

ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO

A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO ARCO-ÍRIS:

Problematizando o Quesito Raça/Cor (1936-1960)

ARARAQUARA

2005

ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO

**A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO ARCO-ÍRIS:
Problematizando o Quesito Raça/Cor (1936-1960)**

Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Araraquara – como exigência para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

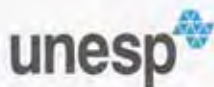
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

ARARAQUARA/SP

2005

TERMO DE APROVAÇÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Araraquara



ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DO CAMPUS DE ARARAQUARA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA PARA JULGAMENTO DA PROVA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA PELO(A) MESTRANDO(A) **ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO**. Aos seis de julho do ano dois mil e cinco, em sessão pública, na Faculdade de Ciências e Letras, na presença da Banca Examinadora, composta pelos(as) docentes: **PROF. DR. MILTON LAHUERTA**, Professor Assistente Doutor do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras/UNESP/Campus de Araraquara; **PROFA. DRA. NEUSA MARIA MENDES DE GUSMÃO**, Professora Livre-Docente do Departamento de Ciências Sociais aplicadas à Educação da UNICAMP/Campinas; e **PROF. DR. DAGOBERTO JOSÉ FONSECA** [orientador(a)], Professor Assistente Doutor do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras/UNESP/Campus de Araraquara; tiveram início os trabalhos de julgamento da Prova de Dissertação de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Sociologia, pelo(a) mestrando(a) **ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO**. Os examinadores, observando o tempo regulamentar, argüíram o(a) candidato(a) sobre a dissertação que o(a) mesmo(a) havia apresentado, intitulada *A construção da nação arco-íris: problematizando o quesito raça/cor (1936-1960)*, tendo o(a) eandidato(a) procurado explicar e/ou rebater as críticas formuladas pelos argüidores. Após a conclusão da prova de Dissertação de Mestrado, foi suspensa a sessão pública e em sessão secreta, os argüidores atribuíram seus conceitos. Reaberta a sessão pública, foram anunciados os resultados: **PROF. DR. MILTON LAHUERTA**, Aprovado; **PROFA. DRA. NEUSA MARIA MENDES DE GUSMÃO**, Aprovado; **PROF. DR. DAGOBERTO JOSÉ FONSECA**: Aprovado. Média Final: **APROVADO**, fazendo jus, portanto, ao título de Mestre em Sociologia, de acordo com o artigo 44 do Regimento Geral da Pós-Graduação da UNESP. Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos(as) Senhores(as) Membros da Comissão Examinadora. Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara – UNESP, aos 06 de julho de 2005.

PROF. DR. DAGOBERTO JOSÉ FONSECA

PROF. DR. MILTON LAHUERTA

PROFA. DRA. NEUSA MARIA MENDES DE GUSMÃO

BRUNO

*Dedicada à memória de meu pai, Arnaldo A. Nascimento
e à minha mãe, Maria de Lourdes,
pessoas em que penso todos os dias com amor*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho contou com a colaboração e a paciência de alguns amigos “P18”, os quais acompanharam minha vida acadêmica e pessoal desde a Graduação. Apesar de não citá-los, nominalmente, vocês consistiram e consistem em interlocutores estimulantes. São pessoas a quem respeito e admiro profundamente.

Minha trajetória acadêmica foi marcada também pela presença de alguns professores da UNESP de Araraquara. Agradeço a Paula, a Renata, a Luci pelas críticas e orientações. E, particularmente, ao meu orientador, Dagoberto, uma pessoa que sempre demonstrou respeito e confiança pelo meu trabalho, tornando-se seu principal interlocutor.

Aos servidores do IBGE, Denísia, Airton e Diego meu reconhecimento.

Agradeço ao apoio financeiro da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E quero agradecer, particularmente, a Rita e ao Alessandro. Cada um, em sua maneira especial, apoiou este trabalho e contribuiu para sua conclusão.

Gostaria de ressaltar que esta dissertação dificilmente se realizaria sem a compreensão e o carinho, do meu amigo e companheiro, Émerson.

RESUMO

A presente dissertação é resultado de um estudo acerca do referencial teórico que influenciou a construção e consolidação do quesito raça/cor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no período de 1936 a 1960.

O caminho por nós escolhido para compreender a construção de tal quesito foi o diálogo entre a hermenêutica (RICOEUR, 1969) e a análise de conteúdo (BARDIN, 1977), no processo de interpretação dos artigos da **Revista Brasileira de Geografia** e da **Revista Brasileira de Estatística**, do referido Instituto.

Seja na revista de Geografia, seja na de Estatística foram selecionados e interpretados os artigos com os seguintes temas: identidade, unidade e segurança nacional; colonização e imigração; educação, saúde e cultura nacional; questão agrária, divisão do território nacional e mudança da capital federal. Semelhante escolha se justificou à medida que tais temas expressavam as questões teóricas e políticas, postas em discussão, pelas obras de diferentes tendências intelectuais dentro e fora do IBGE no período analisado. E, permitiam que entrevíssemos parte das razões das escolhas (políticas e teóricas) adotadas pelo Instituto, na dinâmica entre as informações censitárias e as políticas públicas.

Ao mobilizarmos os diferentes discursos ibgeanos, presentes nas revistas, sugerimos algumas diretrizes para entender como a ambigüidade tornou-se um recurso para explicar e propor soluções para o Brasil Nação: sociedade misturada e não segregada.

Neste contexto, procuramos delinear algumas considerações sobre como a categoria cor tornou-se fundamental no sistema classificatório racial ibgeano, permitindo atualizar o conceito de raça nas décadas de 1930, 1940 e 1950, no Brasil, a partir de um significado teórico e retórico enrijecido de cultura.

ABSTRACT

The present dissertation is the result of a study about the theoretical reference that influenced the construction and the consolidation of the inquiry race/color of the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brazilian Institute of Geography and Statistics), between 1936 and 1960.

The way we chose to understand the construction of that inquiry was the dialog between hermetic (RICOEUR, 1969) and the content analysis (BARDIN, 1977), in the elucidation process of the **Revista Brasileira de Geografia e da Revista Brasileira de Estatística (Brazilian Magazine of Geography and of the Brazilian Magazine of Statistics)**, from the above-mentioned institute.

Both from the Geography magazine and the Statistics one were selected and understood articles with the following themes: identity, unity and national security; colonization and immigration; education, health and national culture; agrarian question, national territory division and change of the state's metropolis. That choice was justified because those themes expressed political and theoretical questions, discussed by works of different intellectual tendencies inside and outside the IBGE during the period we studied. Also, they allowed us to glimpse part of the (political and theoretical) reasons adopted by the institute, within the dynamics between census' information and public politics.

Using the different IBGE's discourses, which are present in the magazines, we suggest some directresses to understand how ambiguity became a resource to explain and propose solutions for Brazil Nation: a mixed society, not a segregated one.

In that context, we aimed to delineate some considerations about how the color category became elemental within IBGE's racial qualifying system, allowing the

modernization of the concept of race in the decades of 1930, 1940 and 1950, in Brazil, from a theoretical and rhetorical meaning fortified by the culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES TEÓRICO – METODOLÓGICAS.....	16
Subcapítulo I – Hermenêutica e análise de conteúdo, um diálogo para o conhecimento.....	17
Subcapítulo II – (Con)textura ibgeana: uma interpretação sobre o IBGE e o Brasil a partir das revistas do Instituto.....	24
CAPÍTULO II – A COR COMO METÁFORA: RAÇA E CULTURA EM QUESTÃO.....	40
Subcapítulo I – Resignificando teorias estrangeiras para a construção da Nação.....	42
Subcapítulo II – Classificação oficial e extra-oficial: raça e cor em debate.....	56
Subcapítulo III – Miscigenação e mestiçagem: consolidando o modelo ambíguo de nacional.....	72
CAPÍTULO III – PENSAMENTO IDENTITÁRIO IBGEANO: A NAÇÃO ARCO-ÍRIS, UMA INTERPRETAÇÃO.....	93
Subcapítulo I – IBGE: institucionalizando a classificação racial extra-oficial (1936-1960).....	95
Subcapítulo II – Revistas de Estatística e Geografia do IBGE: diálogos brasileiros, o ecletismo como condição para o projeto nacional.....	110

CAPÍTULO IV – COLCHA DE RETALHOS: RAÇA E CULTURA NOS DISCURSOS IBGEANOS.....	138
Subcapítulo I – Imigração e trabalhador nacional: experiências de colonização no país.....	140
Subcapítulo II – O padrão das relações étnicas e raciais no Brasil.....	168
Subcapítulo III – Reflexões sobre os recenseamentos nacionais: o quesito cor em questão.....	179
Subcapítulo IV – Unidade e diversidade (raça e território).....	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	206
PUBLICAÇÕES DIVERSAS DO IBGE.....	215
ARTIGOS DA REVISTA DE ESTATÍSTICA – IBGE (1936-1960).....	216
ARTIGOS DA REVISTA DE GEOGRAFIA – IBGE (1939-1960).....	230

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo analisar a construção teórica do quesito raça/cor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A escolha deste quesito justifica-se na medida em que o mesmo forneceu (e fornece) um tipo de sistema classificatório da sociedade brasileira, no qual se consolidou a idéia de Brasil Nação: a sociedade misturada e não segregada. Inicialmente, pensamos em realizar semelhante estudo abarcando o período de 1940 a 1990. Contudo, no decorrer do trabalho de aprofundamento da literatura existente sobre o tema e do levantamento do material da pesquisa, percebemos que a década de 1960 apresentava uma ruptura considerável em termos teóricos e políticos, interna e externamente ao IBGE e ao país. Isso teve influência na redefinição do período pesquisado para 1936 a 1960.

A ruptura em termos teóricos foi caracterizada no contexto externo pelo movimento de avaliação — pós-Segunda Guerra Mundial — da utilização do conceito de raça para justificar o nazi-fascismo e o holocausto. E pela discussão das possibilidades do conceito de etnia enquanto um novo referencial para a classificação censitária.

No Brasil, a discussão teórica — e não a utilização do conceito — sobre etnia tornou-se circunscrita à questão indígena até meados da década de 1970. Outro aspecto significativo do contexto interno foi o enfoque fornecido pela Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo¹: o deslocamento da importância conceitual das teorias raciais e a crescente afirmação da vertente explicativa centrada no conceito de classe social (MAGGIE, 1991).

¹ Dentre os intelectuais desta Escola que trataram do tema das desigualdades raciais no país, destacaram-se Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni. Este último trouxe significativas contribuições para pensarmos a construção da categoria social do negro, além de apontar as dificuldades de se estabelecer os levantamentos censitários no país.

Vislumbramos com este quadro duas tendências distintas nas abordagens teóricas do período: o tratamento da questão indígena a partir do conceito de etnia e da negra a partir do conceito de classe. Uma vez que a adoção de um determinado conceito contribui para tipos distintos de identificação e de solidariedade, a diferença apontada torna-se significativa para o processo de consolidação do sistema classificatório racial ibgeano. Entendemos que tal escolha teórica possuía e talvez ainda possua uma correspondência com a distinta avaliação feita por parte da intelectualidade brasileira no que tange à situação econômica, social e política dos grupos sociais indígenas e negros. Em outras palavras, de maneira geral, a população indígena era vista como uma minoria — tanto em sentido *político* quanto *numérico* — o que implicava na necessidade de preservá-la como “patrimônio cultural vivo” da sociedade nacional, diferentemente da situação da população negra.

A idéia vigente era: trata-se de um grupo majoritário — apesar de não reconhecido como tal — no qual as características raciais e culturais foram transformadas pelos processos de miscigenação (física) e mestiçagem (cultural) em símbolos da nacionalidade brasileira. No entanto, tais pensadores não problematizaram o fato de esses citados processos terem assegurado, como transformações, deslocamentos retóricos. A perspectiva fornecida pela mestiçagem possibilitou aos intelectuais não descolarem a negritude do nacional, algo que foi feito com os indígenas². Tais ponderações sugerem um caminho para que compreendamos o como e o porquê do conceito de etnia tornar-se adequado para tratar a questão indígena, enquanto se defendia o conceito de classe social para a negra.

O conceito de etnia encontra-se, teoricamente, próximo do conceito de raça, pois ambos resgatam uma dimensão de origem comum e permitem elaborar tipos de

² Após 1960, a categoria construída pela intelectualidade (para dar conta desta discussão) foi a de *índios isolados*.

identidade coletiva. Por outro lado, o conceito de classe social permite, a partir da idéia de mobilidade social, uma saída teórica, real, coletiva e individual, com base em um tipo de identidade de circunstância. Ou seja, esta identidade é caracterizada pela possibilidade de alianças cuja base é o questionamento das desigualdades sociais através da ótica da relação unívoca entre esforço pessoal e sucesso. Semelhantes considerações são pertinentes para além do recorte temporal da pesquisa e permitem que entendamos o significado da disputa em torno das categorias sociais que formaram e formam o sistema classificatório oficial, assim como do esforço para dissimular a existência do dissenso com relação às mesmas.

No âmbito político, o período em questão (1936-1960) contempla a efetivação de uma idéia de Estado Nacional — em processo desde o século XIX — pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1954)³, permanecendo, ainda, no de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Na década de 1930 a elaboração de um sistema censitário moderno tornou-se um projeto de Estado e teve sua concretização por meio da criação do IBGE. No que se refere ao contexto interno do IBGE, entendemos que o período (1936 a 1960) contempla o momento da construção e consolidação do sistema classificatório racial, o qual supomos apoiar-se na relação conceitual entre raça e cor. Se o ano de 1936 marcou a fundação da célula inicial do IBGE e inaugurou a fase moderna dos censos no Brasil, a década de 1950 foi significativa por apresentar a primeira crise do instituto e a sua superação⁴.

Outro fator que influenciou nossa delimitação do tema e do período pesquisados foi a existência de vários trabalhos que tratam do período anterior a 1930 e do posterior a 1960. Os trabalhos referentes ao período anterior a 1930 discutem em profundidade a influência do pensamento intelectual marcado pelas teorias raciais na

³ Os presidentes Gaspar Dutra e Café Filho também estiveram presentes neste período.

⁴ Ver em detalhes a discussão sobre a construção do sistema classificatório racial ibgeano, a crise interna na década de 1950 e suas implicações no **Capítulo III**.

construção das instituições políticas e de pesquisa brasileiras. Porém, vale lembrar que tais trabalhos não se propuseram a analisar o sistema de classificação racial do país.

Quando consideramos os trabalhos referentes ao período entre 1930-1960, destacam-se três que tiveram como objeto de discussão o sistema de classificação racial brasileiro. São eles: Oracy Nogueira (1985); Hutchinson (1952) e Marvin Harris (1970)⁵. Tais obras fazem uma comparação do Brasil com relação aos Estados Unidos. A partir do final de 1970, temos o surgimento de alguns trabalhos que irão explorar as discussões propostas por tais autores, sem, contudo, fazer do sistema de classificação racial seu objeto de análise⁶. Dentre eles, encontram-se os de Carlos Hasenbalg e de Nelson do Valle e Silva, os quais contemplaram, de um lado, a crítica interna (dos intelectuais do Instituto) e externa (dos representantes do movimento negro) à classificação do IBGE, e, de outro, a defesa da atualidade e da necessidade da utilização do conceito de raça como um aspecto significativo para o diagnóstico da situação sócio-econômica e cultural da população.

A partir da análise destes trabalhos, Yvonne Maggie escreveu, em 1991, sua tese sobre o sistema de classificação racial, na qual apontou a especificidade deste sistema: o significado que o termo “cor” assumiu na construção da diferença no país. Ao chamar a atenção para o sentido da cor no sistema classificatório, Maggie nos mostrou o porquê de sua utilização e suas implicações na sociedade. No entanto, a questão sobre como a cor tornou-se o fundamento do sistema classificatório racial permaneceu em aberto. Entendemos que, desde o final do século XIX, passou a existir um sistema classificatório racial com tal característica. Contudo, a instituição que o

⁵ A referência bibliográfica completa dos dois últimos encontra-se em: MAGGIE, Y. **A ilusão do concreto**: análise do sistema de classificação racial no Brasil. Rio de Janeiro: 1991 (mimeo).

⁶ Podemos destacar: Moema de Poli Pacheco Teixeira (1987), Roberto Cardoso de Oliveira (1976), Manuela Carneiro da Cunha (1979), entre outros. É importante salientar que o objeto de discussão de tais autores é a identidade étnica. E que é por este viés que forneceram (e fornecem) reflexões sobre o sistema classificatório racial brasileiro. Deste modo, tal sistema será discutido indiretamente até a década de 1990, quando Maggie defende uma tese sobre o tema. Após este trabalho, o sistema classificatório é analisado em um artigo de Rafael G. Osorio (2004).

consolidou foi o IBGE, no período de 1936 a 1960. É a partir deste quadro que a análise do referencial teórico — que estruturou o quesito raça/cor ibgeano — fornece um caminho para respondermos à indagação sobre como a cor passou a ser o conceito-chave do sistema classificatório racial oficial.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES TEÓRICO – METODOLÓGICAS

Este primeiro capítulo visa fornecer um quadro teórico-metodológico e histórico sobre as questões que delinearão o sistema de classificação racial do IBGE (no período de 1936 a 1960). Tais questões foram sugeridas, direta e indiretamente, a partir da interpretação do material das revistas de Estatística e de Geografia do Instituto.

Por compreendermos que a classificação funciona como uma espécie de pré-requisito para toda interpretação (e que apresenta categorias que são usadas semântica e retoricamente), consideramos que todo sistema de classificação estrutura o mundo de acordo com um número variável de categorias, determinando os limites de suas aplicações (CRAPANZANO, 2002). Diante desta consideração, no subcapítulo I, apresentaremos o caminho percorrido para entender a construção e a consolidação do sistema classificatório racial do IBGE: o diálogo da hermenêutica com a análise de conteúdo no processo de interpretação das fontes pesquisadas.

No subcapítulo II buscaremos apontar, de forma parcial, os resultados do processo de interpretação das fontes pesquisadas. Apresentaremos como os conceitos de raça, cultura e cor foram entendidos e manipulados, no interior das revistas, pelos principais expoentes da intelectualidade ibgeana (Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Fernando de Azevedo) para consolidar uma idéia de nação brasileira que influenciou o perfil identitário do país e do Instituto, no período tratado.

Subcapítulo I

Hermenêutica e análise de conteúdo, um diálogo para o conhecimento

Esta pesquisa apresentou uma mudança no caminho para apreender o objeto de estudo proposto, ao longo do curso de Mestrado. Inicialmente, pensamos em realizar dois procedimentos: o primeiro consistiria no levantamento e na coleta das fontes primárias entendidas como tabelas e atas dos censos feitas e difundidas pelo IBGE, assim como artigos que transmitissem sua visão oficial. O segundo seria a realização de entrevistas com alguns intelectuais do Instituto que trabalhassem, direta ou indiretamente, com as questões sobre o quesito raça/cor. Os materiais obtidos através de tais procedimentos seriam objeto de análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

No processo de levantamento e coleta, percebemos que as fontes primárias — que consistiam em materiais relevantes para nossa proposta de trabalho — encontravam nas revistas do Instituto (**Revista Brasileira de Estatística** e a **Revista Brasileira de Geografia**) um suporte textual privilegiado. Segundo Penha (1993), as revistas consistiam em publicações periódicas que apresentavam um papel significativo na formação dos profissionais do IBGE, atuando como veículo interno do Instituto para a difusão de novas teorias e metodologias, e externo (de cooperação científica com outras instituições de pesquisa nacionais e internacionais, assim como de publicação dos resultados das pesquisas para as diferentes instâncias administrativas do país). É fundamental salientarmos que as revistas não foram o objeto da nossa pesquisa, mas consistiram em instrumentos de expressão das tendências teóricas e políticas do IBGE durante o período analisado. Funcionaram, portanto, como nossas fontes primárias. A idéia de trabalharmos com atas e tabelas que envolveram a produção e a análise dos

censos foi preterida em virtude da riqueza do material — contido nas diversas seções das revistas — em formato de artigo.

Com relação à seleção das supracitadas fontes, esta foi direcionada pela preocupação em perceber quais os artigos que apresentavam — na dimensão de temas — os objetos das discussões políticas e das preocupações teóricas da época. Nosso interesse consistiu em compreender como tais temas foram desenvolvidos nas revistas e qual a sua relação com a construção do referencial teórico do sistema classificatório racial do Instituto. Ou seja, entender se e como os temas se articulavam dentro da construção do projeto nacional brasileiro, destacando o papel da classificação censitária como instrumento para desenvolver, organizar e administrar um país que, no contexto da década de 1930, propunha-se “moderno”, e salientando que o processo de construção do projeto nacional implicava na consolidação de uma idéia de povo brasileiro. A proposta de trabalharmos com entrevistas foi, entretanto, considerada inviável em função do tempo para realização da pesquisa.

Temas como identidade nacional, segurança nacional, colonização, imigração, mudança da capital federal, unidade nacional, educação e cultura nacional, a questão agrária, a divisão do território nacional, entre outros, permearam as duas revistas, porém com intensidades e frequências diferentes. A partir da leitura flutuante⁷, percebemos que tais temas expressavam as questões colocadas em discussão pelas obras de diferentes tendências intelectuais dentro e fora do IBGE no período analisado. Eles forneciam, também, direta e indiretamente, um quadro conceitual que nos permitiria compreender o referencial teórico que marcou a construção e a consolidação do quesito raça/cor.

⁷ Este procedimento orientou-se, primeiramente, pela seleção e interpretação de determinados temas (cultura, nação, imigração, colonização, segurança, saúde, organização e educação nacional) cuja característica consistiu em assegurar o reconhecimento de alguns conceitos e de seus respectivos contextos, estabelecendo um conjunto de relações que nos permitiu incluir e excluir artigos, apreendendo sua pertinência para o objeto da pesquisa, sem, contudo, realizar uma interpretação profunda dos mesmos.

Ao considerarmos o material levantado (do período de 1936 a 1960), deparamo-nos com uma publicação trimestral e em alguns momentos semestral de ambas as revistas. Seleccionamos cento e vinte um (121) documentos na **Revista Brasileira de Estatística** e cinquenta e sete (57) na **Revista Brasileira de Geografia**. A diferença numérica, apesar de significativa quantitativamente, não foi expressiva em termos qualitativos para nossa interpretação, salvo quando consideramos a presença incisiva de alguns temas e o silêncio sobre outros dentro da própria revista. O material fornecido pelas revistas foi submetido à análise de conteúdo. Ou seja, tal material foi interpretado metodologicamente tendo como referência

[...] Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que [permitissem] a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

O substrato teórico-metodológico da nossa pesquisa foi o diálogo da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) com a hermenêutica (RICOEUR, 1969). Por hermenêutica, entendemos uma postura teórica que se desdobra numa metodologia a partir da qual impõe-se a necessidade de uma interpretação minuciosa da produção textual. A hermenêutica encontra-se vinculada às questões epistemológicas comuns aos diversos campos do saber das ciências humanas. Estas últimas não deixam de ser ciências compreensivas, as quais

[...] visam a apreensão das significações intencionais das atividades históricas concretas do homem. Esse modelo de racionalização, retirado da interpretação de textos, no mesmo movimento que estabelece a *apreensão do sentido* como essência do método das ciências humanas, delimita o alcance da metodologia das ciências naturais, questionando, acima de tudo, o próprio conceito de objetividade científica. Isso se mostra nas determinantes específicas

desse modelo: a inseparabilidade de sujeito e objeto, uma vez que a compreensão hermenêutica se dá pela inserção daquele que compreende no horizonte da história e da linguagem, as quais são aquilo mesmo que deve ser compreendido; [...] (BRAIDA, 2003, p. 8).
[itálico do autor]

A partir de tais considerações, podemos perceber que a hermenêutica não se apresenta vinculada a um corpo teórico fixo, ou seja, torna-se expressiva de um referencial teórico particular apenas ao ser filiada ao arcabouço do pesquisador. A hermenêutica consiste em uma “arte de interpretar” realizável a partir de um conjunto de técnicas. Tal conjunto, em nossa pesquisa, foi sintetizado pela análise de conteúdo.

A hermenêutica refere-se a uma busca do sentido profundo, imanente ao processo de produção de determinados significantes. Tais significantes adquirem significados mediante a consideração de que representam uma linguagem simbólica, ou seja, uma linguagem de expressões multívocas. Neste sentido, é possível afirmar que a partir da compreensão hermenêutica

[...] Símbolo e interpretação tornam-se, [...], conceitos correlativos: há interpretação onde houver sentido múltiplo; e é na interpretação que a pluralidade dos sentidos torna-se manifesta (RICOEUR, 1969, p. 15).

Cada interpretação é circunscrita por um postulado teórico que se reflete e é refletido por uma determinada metodologia. E mais:

[...] Toda interpretação se propõe a vencer um afastamento, uma distância, entre a época cultural revoluta, à qual pertence o texto, e o próprio intérprete. Ao superar essa distância, ao tornar-se contemporâneo do texto, o exegeta pode apropriar-se do sentido: de estranho, pretende torná-lo próprio; quer dizer, fazê-lo seu [...] (RICOEUR, 1969, p. 18).

Assim, no contexto de busca pela superação do referido distanciamento que encontramos uma base teórico-metodológica profícua para compreender, interpretando

o dito e o sugerido pelas mensagens, tal base foi o diálogo da hermenêutica com a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo trabalha com a comunicação, ou seja, com a expressão e o conteúdo que podem ser inferidos para além da realidade das mensagens. Nesta perspectiva, a análise de conteúdo permitiu que explorássemos, de forma substancial, através da inferência, quais os caminhos, as intenções, as ações e as conseqüências da construção de um quesito da classificação censitária que dialogava (e ainda dialoga) diretamente com nossa herança teórica do século XIX, atualizando-a no século XX. Isto é, no caso, o quesito raça/cor. Ao mesmo tempo, a hermenêutica sinalizou para as possibilidades, os limites e os conflitos das interpretações (RICOEUR, 1969).

Este procedimento metodológico proporcionou-nos algumas diretrizes fundamentais para compreendermos como e até que ponto a classificação racial do IBGE influenciou na construção de um projeto de nação brasileira e de um povo. E nos sugeriu alguns elementos para pensarmos como foi forjada a identidade nacional, entendendo que na dinâmica entre as informações censitárias e as políticas públicas encontrava-se parte das razões das escolhas teóricas e políticas adotadas.

Na análise de conteúdo, o modelo instrumental de comunicação apresenta-se no plano epistemológico como a valorização daquilo que a mensagem veicula dentro de um dado contexto e suas circunstâncias. No plano metodológico, a análise de conteúdo satisfaz aos interesses de uma abordagem quantitativa e qualitativa. A análise de conteúdo é um método empírico que apresenta duas funções complementares: uma heurística — aumentando a potência de descobrir novos significados — e uma de administração da prova — como uma estratégia para confirmar ou refutar as hipóteses que serviram de base para a construção da tese (BARDIN, 1977). Neste sentido, a análise de conteúdo foi um instrumento adequado para que os artigos das revistas de

Geografia e Estatística pudessem fornecer os dados sobre o referencial teórico do quesito raça/cor ibgeano.

Esta abordagem analítica apresentou duas fases: a primeira composta por uma pré-interpretação do material através da leitura flutuante; a segunda por uma interpretação profunda⁸. A fase I caracterizou-se pela escolha dos documentos, formulação das hipóteses e dos objetivos. Nesta fase obtivemos os subsídios para a elaboração do subcapítulo I do capítulo I e do capítulo II da dissertação. A fase II forneceu algumas interpretações do material dos artigos, permitindo que as hipóteses e os objetivos formulados na fase I fossem confirmados e/ou refutados. Na fase II assegurou-se os elementos para a construção do subcapítulo II do capítulo I e dos capítulos III e IV, assim como melhor fundamentação do capítulo II.

A organização da interpretação dos artigos das revistas efetivou-se a partir da seleção da unidade de registro, ou seja, do segmento de conteúdo que é a unidade de base considerada. Na nossa pesquisa a unidade de registro foi o tema. Esta escolha baseou-se no fato do tema ser o recorte de ordem semântica por excelência na análise de conteúdo. O tema como unidade de registro refere-se

[...] a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida uma vez por todas, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas [...] (BARDIN, 1977, p. 105-106).

Em função do material fornecido pelas revistas compor um conjunto de artigos de intelectuais de diferentes áreas do conhecimento que manipulavam conceitos de matrizes teóricas distintas, optamos por considerar cada artigo (tema) como uma unidade de registro. Segundo Bardin (1977) este procedimento é aceitável desde que o

⁸ Por interpretação profunda estamos caracterizando a abordagem hermenêutica, ou seja, a compreensão dos significados explícitos e implícitos dos artigos de ambas as revistas, na construção do quesito raça/cor do IBGE.

documento em questão possa ser caracterizado globalmente (através de múltiplas relações no interior de ambas as revistas e entre as mesmas) e de forma sintética (uma interpretação do artigo em si mesmo)⁹. Outro procedimento estabelecido em nossa pesquisa foi o de caracterizar a unidade de contexto — na qual a unidade de registro adquire significado — como o conjunto de seções de cada revista analisada. Esta unidade de contexto permitiu a caracterização global dos artigos. Mesmo os artigos que não puderam ser classificados através de uma seção, apontaram a seção como referência, ou seja, caracterizaram-se como não pertencentes a uma seção (o que lhes forneceu, indiretamente, uma identidade).

A escolha de uma unidade de contexto tão extensa justificou-se pelo fato de considerarmos um documento inteiro como unidade de registro. Entretanto, Bardin (1977) adverte-nos para o fato de a determinação das dimensões da unidade de contexto ser definida por dois critérios: a pertinência e o custo. O primeiro diz respeito ao tamanho do recorte para servir de contexto. O segundo, por sua vez, refere-se ao tempo disponibilizado para a leitura e releitura de um contexto extenso. O substrato teórico-metodológico da presente pesquisa respondeu satisfatoriamente aos citados critérios.

A escolha do tema-artigo como unidade de registro nos impôs delimitar quais artigos nos auxiliariam na compreensão do objeto proposto. Neste processo, selecionamos — a partir da leitura flutuante — os artigos que traziam as discussões em torno dos conceitos de raça, cultura, nação, etnia, imigração, colonização, segurança, educação e saúde¹⁰. Foram as pistas sugeridas mediante a interpretação de tais artigos que influenciaram na construção do subcapítulo e capítulos seguintes.

⁹ A interpretação das unidades de registro será apresentada, principalmente, no **capítulo IV**. Já a compreensão das unidades de contexto, por sua vez, será demonstrada no **segundo subcapítulo do capítulo III**.

¹⁰ A interpretação de tais artigos será exposta ao longo da dissertação.

Subcapítulo II

(Con)textura ibgeana: uma interpretação sobre o IBGE e o Brasil a partir das revistas do Instituto

No decorrer da dissertação, procuramos demonstrar quais influências teóricas e políticas fizeram-se presentes no Instituto e como as mesmas se colocaram como diretrizes para o projeto de nação brasileira. Neste processo, buscamos evidenciar como o IBGE, ao construir sua identidade institucional, elaborou uma identidade nacional.

O perfil eclético do Instituto foi apresentado a partir da interpretação dos artigos de seus consultores técnicos. Tal perfil teve como principal característica o diálogo, a confluência de teorias que se opunham. Com esta abordagem, o IBGE visou deslocar os conflitos e favorecer uma compreensão do Brasil como um imenso mosaico racial e cultural, cuja síntese era fornecida pela imagem da nação arco-íris (misturada, harmônica e inclusiva). Ao longo dos capítulos, buscamos problematizar este tipo de interpretação destacando o aspecto ideológico da mesma.

A colcha de retalhos ibgeana¹¹ foi costurada com as contribuições teóricas de Oliveira Vianna e de Gilberto Freyre. O primeiro assegurou a permanência do discurso racial num período de valorização dos conceitos de cultura e de etnia. Esses conceitos foram incorporados ao arcabouço de Vianna sem suscitar uma avaliação do discurso racial. Poderíamos supor que este processo permitiu uma espécie de culturalização do conceito de raça. Já Freyre procurou garantir um lugar teórico e político para o conceito de cultura, sem deslocar de fato as abordagens determinista e hierárquica. Tal processo forneceu uma compreensão enrijecida de cultura, o que suscitou uma espécie de racialização deste conceito. Semelhante “costura” forneceu a ambigüidade necessária para a consolidação do projeto de nação arco-íris.

¹¹ Ou seja, o conjunto de fragmentos dos discursos dos teóricos do Instituto.

Quando discorremos sobre as perspectivas nacionais sugeridas por Lippi Oliveira (1997)¹², apontamos a existência de três vertentes no Brasil: a ufanista, a iberista e a americanista. Tais vertentes, ao longo da história do país, apareceram de forma concomitante, porém difusa. A vertente iberista encontrou em Gilberto Freyre seu principal intérprete. A colonização portuguesa no Brasil, a partir das obras deste autor, assumiu um papel fundamental, no que se convencionou chamar de cultura brasileira.

Uma faceta da “costura” da colcha de retalhos, assim como do caráter difuso das vertentes nacionais, pode ser observada no discurso de Carvalho (1941) sobre imigração. O discurso deste autor apresentava duas abordagens. A primeira consistia na interpretação alicerçada no conceito de raça e na valorização do imigrante alemão. Tal abordagem o aproximava de Oliveira Vianna. A segunda compreendia a defesa do legado luso no Brasil, o que o situava ao lado de Gilberto Freyre. O caráter difuso da vertente ufanista e da iberista expressou-se no reconhecimento da herança portuguesa para a formação do “povo brasileiro”.

Os textos-conferências¹³, presentes em ambas as revistas do Instituto, caracterizaram-se por desenvolver uma interpretação ufanista sobre o Brasil: a História difundia a grandeza que a Geografia descrevia, e apontava a mesma como condição e expressão do futuro do país. A vertente americanista fez sentir-se principalmente em torno das opções “agricultura” ou “indústria”, “centralização” ou “descentralização”, dentre outras, no bojo das discussões ibgeanas sobre os limites e as possibilidades do processo de organização nacional¹⁴.

¹² Ver em detalhes as perspectivas nacionais na obra de Lippi Oliveira (1997) no **subcapítulo III do capítulo II**.

¹³ A expressão textos-conferências foi elaborada no processo de construção da presente dissertação, para representar textos com linguagem flexível e coloquial, voltados para a criação e a difusão de um caleidoscópio de idéias e imagens sobre o significado e o valor do nacional no Brasil.

¹⁴ Tais vertentes merecem um estudo específico. Neste trabalho, apenas apresentamos algumas diretrizes que as revistas do IBGE apontaram. Contudo, são hipóteses que podem ser refutadas ou confirmadas futuramente.

Ao contrário de uma interpretação substancial das metodologias e teorias de Boas, Malinowisk, Sílvio Romero, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo, este subcapítulo aspira, apenas, a apresentar de forma parcial o significado das mesmas para o IBGE, isto é, apontar que foram tais teorias e metodologias que se articularam nas reflexões sobre a sociedade brasileira no período de 1936 a 1960.

Salientamos que foi Fernando de Azevedo que assumiu o papel de articulador dos discursos ibgeanos que alicerçaram a expressão genérica de cultura brasileira¹⁵. Ele sistematizou as influências que tais discursos receberam em sua obra **A Cultura Brasileira** (1996). A “cultura brasileira”, expressão genérica e título da obra de Azevedo, tornou-se responsável por não suscitar contradições entre os discursos funcionalista (Malinowisk), racialista (Romero e Vianna) e culturalista (Boas e Freyre), e, sim, “explorar” possíveis convergências.

Na seção *Bibliografia*¹⁶, em 1940, encontramos um artigo de Valdemar Cavalcanti a respeito da obra de Gilberto Freyre **O mundo que português criou**¹⁷. O título em si já é significativo, pois estabelecia os portugueses como os protagonistas da construção do Brasil.

Antes de tecer considerações sobre esta obra, Cavalcanti afirmou que foi **Casa Grande & Senzala** (2000) que marcou Gilberto Freyre como um inovador na abordagem metodológica, seja na crítica internacional, seja na nacional. Freyre foi considerado, pelos demais ibgeanos, um defensor dos valores tradicionais da cultura brasileira. E, nesta perspectiva, um defensor da cultura luso-brasileira em face das expressões culturais que tiveram seu foco na região Sudeste. Dentre tais expressões,

¹⁵ Para uma discussão a respeito dos limites desta expressão ver **capítulo IV**.

¹⁶ A maioria das obras comentadas nesta seção da **Revista de Estatística** está relacionada ao universo temático “Metodologia e Estatística em diferentes países”. Daí selecionarmos apenas um exemplo da mesma.

¹⁷ Trata-se de um conjunto de conferências escritas por Freyre na década de 1930.

destacou-se o Movimento Modernista liderado por São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com Cavalcanti, as referidas expressões culturais eram

[...] agressivas ou intolerantes que [pareciam] dispostas a uma ação de conquista sôbre as antigas — dispostas a absorvê-las ou a dominá-las brutalmente (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1940, N.º 4, p. 798).

É necessário ponderar que tal “ação de conquista” partiu tanto do Sudeste quanto do Nordeste. As elites intelectuais e políticas de ambas as regiões tentaram estabelecer sua hegemonia sobre as interpretações realizadas.

Cavalcanti (1940) ao considerar **O mundo que português criou**, apontou que Freyre relacionou a preponderância dos valores culturais portugueses no Brasil com a existência de plena interpenetração de diferentes valores e de fortíssima miscigenação.

Cavalcanti expôs que não compreendeu porque Freyre separou a noção de democracia social da de democracia política. Poderíamos aventar que tal separação — na conjuntura da ditadura do Estado Novo — expressou o desejo de Gilberto Freyre em esvaziar o significado político do termo democracia. Com isto o autor pôde reconhecer culturalmente os segmentos populacionais negros e indígenas, sem, no entanto, efetuar uma defesa política dos mesmos, o que imporia o questionamento de sua condição de cidadãos de segunda classe. Semelhante separação tornou-se extremamente interessante para o Governo Vargas, que também pôde explorá-la.

Em **O mundo que português criou**, ressaltou-se o papel do português como o construtor, no Brasil e em todos os territórios que colonizou, “[...] de uma mentalidade contrária a quaisquer preconceitos de raça” (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1940, N.º 4, p. 799). Esta perspectiva foi recuperada com a publicação de Ribeiro, autor português, na **Revista de Geografia**, em 1958.

Na análise de Cavalcanti (1940), Freyre inventariou as realizações do IBGE, expondo que este Instituto foi responsável por vários trabalhos de pesquisa que buscaram conhecer e analisar o passado brasileiro mediante técnicas modernas de estudos social e cultural. Foi este o sentido da “ação eficiente” exercida pelo IBGE no país:

[...] Inventariando o que no Brasil, já se tem feito nesse sentido, [Freyre] cita as realizações e iniciativas de numerosos ensaístas, entre êles vários pertencentes ao quadro de técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aludindo, por fim, à “ação eficiente” desenvolvida por essa mesma entidade [...] (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1940, N.º 4, p. 800).

De acordo com Gilberto Freyre (1942), em artigo intitulado “Sociologia e Estatística”, os métodos fornecidos por estas duas ciências não se excluíam. Daí a expressão “[...] nem tanto ao mar nem tanto à terra” (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1942, N.º 11, p. 417). Esta expressão assegurou um tipo de interpretação da realidade social brasileira cuja característica foi a ambigüidade. “Nem tanto ao mar nem tanto à terra” tornou-se uma espécie de lema ibgeano para a construção da nação arco-íris. Decorria desta compreensão que a relação entre a evidência objetiva e a condição, expansão ou intensidade do fenômeno social só podia ser apreendida ao se fazer com que as metodologias dialogassem. Freyre, de acordo com Cavalcanti, parecia compreender que o IBGE realizava esta abordagem com propriedade ao juntar a consciência geográfica à estatística e à sociológica. Freyre expôs da seguinte forma as relações entre tais consciências, no âmbito do Instituto:

[...] É o trabalho que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística está realizando, numa feliz combinação do que há de cientificamente poético com o que existe de prosaico, de prático e de literalmente terra-a-terra na obra de fazer coincidir as “fronteiras econômicas” do

país com as “políticas” (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1942, N.º 11, p. 422).

O IBGE, de acordo com Freyre, caracterizou-se por não apresentar um “cientificismo exagerado”. O termo “ensaísta” representa de forma primorosa o intelectual ibgeano, pois permite que o mesmo possa transitar nos campos científico e literário como forma de construir um conhecimento aberto.

Em 1941, na seção *Inquéritos Geográficos*, Gilberto Freyre, no contexto internacional, ao discorrer sobre o tema “Geografia urbana”, reconheceu a força das orientações metodológicas da Escola de Chicago nos trabalhos sobre a comunidade urbana. Em âmbito interno, Freyre esclarecia que

[...] um cientificismo exagerado insiste em levantar-se contra aqueles trabalhos de história, de geografia ou de sociologia aplicada em que os autores se aventuram a tentativas de interpretação compreensiva, isto é, de conjunto, de época, da área ou da cidade estudada (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, N.º 2, p. 407).

Freyre, como os demais ibgeanos, não se colocava a questão de demarcar os limites entre o fazer ciência e o fazer literatura. Neste contexto, compreende-se a postura do autor em defesa daqueles intelectuais que se aventuravam “a tentativas de interpretação compreensiva”. Tais intelectuais eram considerados literatos pelas universidades, mas Freyre propunha-se a vê-los também como cientistas.

No mesmo número da **Revista de Geografia** de 1941, embora em seções diferentes, encontramos artigos com abordagens teórico-metodológicas totalmente díspares. A seção *Inquéritos Geográficos* apresentou o artigo de Freyre comentado acima, enquanto a seção *Comentários* publicou um artigo de Grenfell Price, autor estrangeiro. O artigo de Price versou sobre as controvérsias a respeito da aclimação do homem branco nos trópicos. Segundo o comentarista, o artigo caracterizou-se pela

presença de duas posições que contrastavam. A primeira defendia a impossibilidade de uma civilização branca nos trópicos, a segunda (que contava com o nome de Afrânio Peixoto) afirmava a possibilidade. Contudo, esta última era assegurada pela higiene.

Nas palavras do comentarista, a higiene representava a arte da adaptação nos trópicos:

[...] Há, pois uma arte de ajudar o clima ou de vencer o clima, adaptando-se a ela. Essa arte é a higiene (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, N.º 2, p. 409).

Semelhante avaliação sobre o papel da higiene era compartilhada pela maioria dos teóricos do IBGE, os quais apoiaram as políticas públicas implementadas pelo Governo nesta área.

Na seção *Noticiário*, em 1942, foi publicado um artigo de Arthur Ramos sobre Malinowski. Tal artigo consistiu em uma homenagem póstuma do IBGE para este autor. Este procedimento justificou-se pelo fato de Malinowski compor o quadro de intelectuais estrangeiros que influenciou as interpretações ibgeanas sobre o Brasil.

Ramos (1942) discorreu, de forma breve, sobre a biografia de Malinowski e destacou sua metodologia:

[...] O que não há dúvida é que o método funcionalista não surge em contraposição com os métodos geográfico e difusionista. Apenas procura corrigir os exageros do historicismo e tirar à etnologia aquele ranço de museu que lhe quiseram emprestar, na pura e simples catalogação de objetos ou traços de cultura. [...] O método funcionalista quer reintegrar o homem numa ciência que na realidade lhe é legitimamente consagrada: a Antropologia, indivisível, como o estudo do comportamento [...] (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1942, N.º 3, p. 677).

Ao mencionar a ausência de contraposição entre os métodos, Ramos (1942) apenas explicitou um tipo de abordagem que foi largamente realizada pelo Instituto: o novo era incorporado, ao passo que o velho era deslocado sem rupturas.

Em 1943, na mesma seção, foi feita outra homenagem póstuma, porém endereçada a Franz Boas. A homenagem ressaltou as contribuições de Boas para o desenvolvimento da ciência antropológica e para a crítica dos mitos raciais. De acordo com a mesma:

[...] Considerado, senão o fundador, mas o maior cultor da moderna antropologia na América, a maioria dos modernos estudiosos da matéria foram seus alunos, salientando-se entre estes o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre. [...] [Boas] denunciou o mito germânico da superioridade dos arianos como um embuste e um charlatanismo e procurava que esta verdade fôsse divulgada pelo universo todo (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1943, N.º 1, p. 170).

Ambas as homenagens (para Malinowski e Boas) apontaram para uma interpretação que reconheceu e valorizou o ecletismo. Uma dimensão deste reconhecimento e valorização foi fornecida pela possibilidade de se falar, na mesma seção (embora em momentos diferentes), que a Antropologia podia desenvolver-se atrelada tanto a uma abordagem funcionalista quanto a uma compreensiva.

Na homenagem a Boas, outros aspectos despertaram nossa atenção: o primeiro, a referência ao nome de Gilberto Freyre como o representante brasileiro da moderna antropologia da América. O segundo, a persistência dos mitos raciais, inclusive nos artigos das revistas do IBGE, apesar da denúncia de charlatanismo¹⁸.

Na seção *Comentários* de 1943, Joaquim Ribeiro divulgou um artigo sobre os fundamentos geográficos do método do folclore brasileiro e resgatou as noções de raça e de cultura em Sílvia Romero:

¹⁸ Isto fica evidente em vários dos fragmentos interpretados ao longo do **capítulo IV**.

[...] Quando Sílvia Romero estabeleceu a sua classificação, o fator racial constituía o eixo da etnografia. [...] Mal se diferenciava cultura e raça, conceitos diversos então confundidos. É fundamental a diversidade entre raça (aspecto natural do homem) e etnia (aspecto cultural do homem). [...] Só mais tarde, com o advento do movimento culturalista apagou-se esse nevoeiro antropológico e a classificação de Sílvia Romero perdeu a atmosfera doutrinária para persistir. [...] A melhor classificação de nossas tradições populares deve ser feita tendo em vista não só a *área de homogeneidade cultural* em que apareceram (fator geográfico) como igualmente os estratos culturais pelos quais passaram através de sua evolução (fator histórico). [...] depois dos sábios alemães terem formulado as bases da “ciência da civilização” (kulturwissenschaft) o conceito de civilização, ou melhor de *cultura* (kultur) veio dar à etnografia um esplendor sem precedentes [...] (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1943, N.º 4, p. 632).

Este discurso de Ribeiro (1943) ressaltou a idéia por nós desenvolvida ao longo da dissertação: os conceitos de raça e de cultura foram tratados (desde o século XIX, no Brasil) como sinônimos. Porém, afastamo-nos deste autor por compreendermos que as diferenças apontadas: “raça (aspecto natural do homem) e etnia (aspecto cultural do homem)” não apagaram o “nevoeiro antropológico”, apenas forneceram um deslocamento retórico de “raça” para “cultura”, no qual a abordagem determinista e a concepção hierárquica permaneceram como pilares de ambos os conceitos. O “movimento culturalista”, liderado por Freyre, serviu para consolidar a ambigüidade cultivada nas interpretações realizadas no país (em particular, no âmbito das faculdades de Direito e de Medicina, assim como dos museus e institutos de História e de Geografia) e revigorada no e pelo IBGE a partir de 1936.

Faz-se necessário refletir sobre as implicações das diferenças entre cultura, raça e etnia, assim como observar a influência da concepção alemã nas definições de cultura e de civilização. No que se refere às diferenças, gostaríamos de destacar o fato de a utilização do conceito de etnia consistir em uma estratégia teórica e política para remeter às dimensões racial e cultural, sem mobilizar diretamente os conceitos de raça e de cultura. Outro aspecto desta utilização encontra-se na possibilidade de relacionar

etnia e nação, permitindo o enfoque das dimensões territorial e política. O conceito de etnia aparece nos diferentes artigos, populariza-se sem se definir, sendo que ora etnia é sinônimo de raça, ora de cultura, ora de nação. A indefinição forneceu a flexibilidade teórica do conceito de etnia, a qual expressou-se através do discurso da cor, isto é, pela utilização da cor como metáfora para se referir à dimensão de origem, seja ela racial ou cultural.

A partir da década de 1930, o movimento culturalista não realizou a exploração da função semântica do discurso do sistema classificatório racial, e, sim, contribuiu para o desenvolvimento de sua função pragmática. O deslocamento semântico de “raça” para “cultura” teve suas características negligenciadas ao ressaltar mudanças teóricas dissociadas da idéia de ruptura. Este processo pode ser explicitado da seguinte forma: difundiu-se uma noção de raça, na qual a idéia de dinamismo encontrava-se ausente, ao mesmo tempo em que se divulgou uma concepção de cultura marcada pelos determinismos (biológico e geográfico).

O autor Delgado de Carvalho, em artigo publicado em 1944, teceu inúmeras considerações elogiosas sobre o papel político e teórico da obra **A Cultura Brasileira** (1996), de Fernando de Azevedo. Carvalho destacou o fato de a mesma compreender a introdução das publicações do Recenseamento de 1940. Segundo este autor, a obra consistiu em

[...] um balanço de nossa situação cultural que muito poucos estavam em condições, não direi de escrever, mas mesmo de planejar. Foi de fato, o plano de Fernando de Azevedo que resolveu o problema, pois representa uma das melhores coordenações de pensamento jamais obtidas em nossa língua (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1944, N.º 2, p. 258).

A avaliação da obra de Azevedo como “uma das melhores coordenações de pensamento jamais obtidas em nossa língua” demonstra seu valor para o IBGE e para o

país. Segundo Carvalho (1944), Azevedo “resolveu o problema” do balanço da situação cultural brasileira, pois conseguiu sistematizar as diversas influências teóricas e metodológicas presentes no interior do IBGE como um todo orgânico. Neste contexto, o ecletismo do perfil ibgeano tornou-se sinônimo de síntese (e de ausência de contradições).

No que diz respeito à questão teórica envolvendo o conceito de cultura, Carvalho (1944) apresentou a compreensão de Fernando de Azevedo nos seguintes termos:

[...] Para o estudo de nossa cultura, o autor prefere o ponto de vista clássico enunciado por Humboldt que estabelece a distinção entre “cultura” e “civilização”. Este último abrangeria tudo que, na ordem material, no desenvolvimento dos costumes e na organização social, torna os povos mais humanos nas suas instituições e mentalidades. Cultura, por sua vez, designaria refinamento, marcado pelo estudo desinteressado das ciências e das artes. É, pois, um estado moral, intelectual e artístico “em que os homens souberam elevar-se acima das simples considerações de utilidade social, compreendendo o estudo desinteressado das ciências e artes” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1944, N.º 2, p. 258).

A visão de cultura como “refinamento” permitiu que as populações indígenas e negras fossem classificadas como portadoras de um “estado moral” inferior ou como não-produtoras de cultura no Brasil. Esta concepção de cultura justificou a construção da expressão genérica: cultura brasileira.

Os grupos negros e indígenas, de acordo com as interpretações ibgeanas, ao não se proporem “o estudo desinteressado das ciências e artes”, reforçavam o papel das elites políticas e intelectuais como as legítimas produtoras de cultura elevada no país. Este contexto, de acordo com Carvalho (1944), estimulou Fernando de Azevedo a examinar a produção e a conservação dos valores que expressavam a atmosfera intelectual do país. Para satisfazer esta demanda, Azevedo teria procurado estabelecer as

ligações entre a cultura institucional brasileira e a cultura ocidental. De certo modo, foi este o objetivo da obra **A Cultura Brasileira**.

Na supracitada obra, a cultura institucional brasileira apresentou como expoentes os nomes de Arthur Ramos, Roquette Pinto, Sílvio Romero, Alfredo Ellis Jr., Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Afrânio Peixoto, dentre outros (em particular Oliveira Vianna e Gilberto Freyre). Outro aspecto desse trabalho foi o reconhecimento dos sábios estrangeiros, entre eles Malinowisk e Boas.

Foram nas páginas da **Revista de Estatística** que encontramos um artigo que apresentava as idéias sobre raça, cultura, etnia e nação de Fernando de Azevedo. Trata-se de uma conferência feita pelo mesmo em 1935 e publicada como artigo pela revista em 1941. Esse artigo retratava as concepções desenvolvidas por Azevedo na obra **A Cultura Brasileira**.

Fernando de Azevedo (1941), partindo das concepções de Renan e de Fustel de Coulanges, compreendia que, na idéia de nação, preponderavam fatores subjetivos (o sentimento e a vontade de pertencer a um grupo determinado). Ao dialogar com autores como Fichte e Mommsen, interpretava que a raça, a língua e o meio geográfico eram os fatores objetivos da nação. Para Azevedo (1941), essas concepções não se opunham e, sim, completavam-se. Tais concepções apenas justificavam de forma ostensiva ou velada as atitudes de dois países (França e Alemanha) na disputa de um mesmo território.

[...] Se as nações correspondessem às raças, a Bélgica pertenceria à França, Portugal à Espanha, [...] Mas se é verdade por um lado, que a unidade nacional de uma pátria, que é coisa política, histórica e social, não é fundada sobre a unidade de raça, tomada a palavra **raça** no sentido de variedade orgânica, uma coisa física e zoológica, é certo, por outro lado, que a raça, neste mesmo sentido físico da palavra, “não é um fator desprezível, observa justamente G. Davy, pois produz inferioridades e conflitos no seio dos povos ou ao contrário favorece a

sua amizade e a sua assimilação” (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1941, N.º 8, p. 855). [negrito do autor]

Segundo o discurso de Azevedo (1941), “a palavra **raça** no sentido de variedade orgânica, uma coisa física e zoológica” equivalia, no senso comum, a “essência”, “substância”, inata ou adquirida, coletiva ou individual. Era mística, metafísica como um “mana”, como o sangue o é, simbolicamente.

Para Azevedo (1941), o fato de a unidade nacional não ser assegurada pela unidade de raça não deslocava a relevância deste discurso para fomentar a divisão da humanidade em tipos superiores e inferiores ou para estimular o desenvolvimento de solidariedades:

[...] as semelhanças de língua, como as de raça, sem que bastem para criar uma unidade, contribuem a fazer comunicar, a assimilar aqueles entre os quais existem essas semelhanças (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1941, N.º 8, p. 856).

O significado de nação presente em Azevedo (1941) encontrava referência na obra de Renan, e era caracterizado por um sentido idealista. Nação, na concepção de Azevedo, representava:

[...] “uma alma, um princípio espiritual. Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente, ter feito grandes coisas e querer fazê-las ainda: eis as condições essenciais para ser um povo” (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1941, N.º 8, p. 857). [aspas do autor]

Fernando de Azevedo (1941), como os demais consultores, avaliava que o reconhecimento do território e sua efetiva ocupação e aproveitamento pelo Governo forneciam à população as condições materiais para o desenvolvimento de um sentimento e de uma vontade comuns, isto é, para o desenvolvimento da nação e do

povo brasileiro. Nesse sentido, o projeto de organização nacional contribuiu ativamente para a conquista da nação na realidade:

A história parece demonstrar que “antes de se definir no ideal, a nação tem necessidade de se conquistar na realidade” e, à medida que se desenvolvem os esforços para essa conquista e unificação do corpo sob a forma de território, sem a qual não existiria a nação mesmo como idéia, se processa a elaboração dessa vontade e consciência comuns, que constituem o elemento espiritual da nação (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1941, N.º 8, p. 858).

Diante de tais considerações, a nação pode ser compreendida como uma realidade espiritual e material, para usar as palavras de Azevedo (1941), ou como uma prática sócio-política, para referir-se a Chauí (2003). As dimensões ideal e prática não se opõem e, sim, complementam-se. Para demonstrar a convergência de tais dimensões, Azevedo (1941) esclarece que o caráter nacional é composto pelo sangue, língua, religião e solo, cuja síntese “[...] favorece a formação e a existência de um ideal concebido e querido em comum” (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1941, N.º 8, p. 856).

O tema do determinismo do meio e da raça, criticado em números anteriores, ressurgiu nas páginas da **Revista de Geografia** em 1946¹⁹. Foi o caso da publicação do resultado de um conjunto de conferências realizadas pelo Prof. Clarence Mills, com o patrocínio do Instituto Mexicano-Norte-Americano de Relações Culturais e da Universidade do México. Acompanhemos mais esta faceta do ecletismo ibgeano:

[...] Vemos ainda que as manchas de população onde, em função do clima, as raças humanas revelam maior energia e espírito empreendedor, acham-se localizadas principalmente nas zonas temperadas do norte e do sul, salvando-se, das regiões tropicais, apenas as que estão protegidas pela altura [...] (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1946, N.º 4, p. 580-581).

¹⁹ Período de abertura política no Brasil e de reavaliação externa e interna do emprego do conceito de raça no contexto do holocausto.

Mills (1946) acreditava poder explicar as diferenças dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos a partir de sua localização geográfica e composição racial. Países desenvolvidos corresponderiam àqueles localizados, em sua maioria, nas zonas temperadas. Por outro lado, países subdesenvolvidos equivaleriam àqueles localizados na zona tropical. Essas considerações, apesar de ultrapassadas (pois, desde o final do século XIX, tais determinismos, como o biológico e o geográfico, haviam sido criticados), circulavam (livremente) respaldadas pela ambigüidade dos discursos ibgeanos.

Na seção *Noticiário*, em 1951, temos uma nota sobre o falecimento de Oliveira Vianna. Tal nota é elucidativa sobre o papel desempenhado por este intelectual na visão do Instituto:

[...] um dos mais argutos interpretadores da evolução do povo e da nação brasileira, escrevendo obras de real valor, que granjearam repercussão internacional, convertendo-se em instrumento útil aos estudiosos e especialistas no assunto. [...] Ainda quando nossa bibliografia não passava de mera tentativa e adaptação, por sinal precária, seu livro *Raça e Assimilação*, publicado em 1932, representou acontecimento decisivo para os rumos a que se iam guiar os estudos dessa natureza (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1951, N.º 2, p. 322).

Esta nota sobre Oliveira Vianna apenas explicitou a intensidade, a abrangência e a permanência de suas interpretações a respeito da realidade social brasileira, no país e no exterior. Vianna, ao publicar **Raça e Assimilação**, de fato apontou “os rumos a que se iam guiar os estudos dessa natureza”, isto é, converteu-se “em instrumento útil” para os estudiosos de raça, cultura e etnia no Brasil.

As contribuições teórico-metodológicas de Vianna, ao contrário das de Freyre, não granjearam uma defesa explícita por parte das elites políticas e intelectuais. No

entanto, isso não impediu que as mesmas fossem amplamente mobilizadas. Deriva desta utilização seu reconhecimento pelo IBGE, na década de 1950.

Castro Barreto, em artigo de 1951, expressou como se deu o deslocamento retórico de raça para cultura, isto é, como se articulou a continu(ação) dos discursos ibgeanos, em um tópico chamado “O Somático e o cultural”. De acordo com este, afirmou Barreto:

Havendo a ciência moderna destruído completamente o mito da superioridade racial, ficou demonstrado exaustivamente que o que torna um povo superior não é a cor da sua pele, nem a configuração dos seus olhos ou de seus cabelos, mas sim, a cultura de que êle é portador [...] “o que demonstra a história é que a superioridade cultural tem passado de uma raça para outra; de um para outro continente, abarcando não somente raças, como também certos fragmentos de um grupo étnico que, por determinadas razões históricas, se encontravam neste momento favoravelmente situadas”, diz a Professora BENEDICT, da Universidade de Columbia (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1951, N.º 46, p. 154-155). [aspas do autor]

Semelhantes discursos caracterizaram-se por interpretações alicerçadas em uma abordagem determinista e em uma concepção hierárquica dos conceitos de raça e de cultura. Foi esse tipo de abordagem e de concepção que se destacou do discurso de Barreto (1951) e encontrou respaldo na fala de Benedict²⁰. Seja a citação da Prof^a. Ruth Benedict literal ou não, a mesma favoreceu um tipo de compreensão que foi realizada e difundida no Brasil pelo movimento culturalista. Este não rompeu com o discurso racial, apenas o deslocou para melhor servir aos interesses da nação arco-íris no período abarcado pelo presente estudo.

²⁰ O fragmento extraído de Benedict não foi acompanhado da bibliografia da autora.

CAPÍTULO II

A COR COMO METÁFORA: RAÇA E CULTURA EM QUESTÃO

Este capítulo busca fornecer um quadro histórico e teórico sobre as reflexões e práticas que estruturaram os sistemas brasileiros de classificação racial oficial e extra-oficial (no período de 1870 a 1960). Nesta abordagem, procuraremos apontar como os conceitos de raça, de cor e de cultura influenciaram na construção das categorias sociais que consolidaram a idéia de Brasil Nação. Para realizarmos uma apresentação sistemática do capítulo o dividiremos em três subcapítulos.

No subcapítulo I, discorreremos a respeito da especificidade do pensamento brasileiro ao se apropriar de teorias explicativas externas e conformá-las às necessidades do país. Para isto, analisaremos o papel das faculdades de Direito e Medicina, dos museus e, particularmente, dos institutos de História e de Geografia na construção e difusão do pensamento científico nacional.

Buscaremos apresentar, no subcapítulo II, como os sistemas de classificação racial oficial e extra-oficial foram construídos e suas influências para a concepção de cidadania no país. Problematizaremos a utilização dos conceitos “escravo” e “liberto”, e, neste contexto, tentaremos explicar como a cor se tornou o aspecto privilegiado da percepção da diferença entre os grupos sociais, assim como o discurso científico e o senso comum para expressá-la.

No subcapítulo III, procuraremos entender o significado do deslocamento do conceito de “miscigenação” para o de “mestiçagem”, e o papel da imigração na construção e negociação da identidade nacional, avaliando a relação entre esta política pública e as “metamorfoses do escravo”. Outra questão a ser estudada consiste nas contribuições das idéias eugênicas e higiênicas para a construção da ideologia do

branqueamento e do modelo nacional de brasileiro. Neste sentido, analisaremos como os termos “nacional” e “estrangeiro” foram manipulados para auxiliar na reformulação das idéias contraditórias sobre a figura do mestiço.

Subcapítulo I

Ressignificando teorias raciais estrangeiras para a construção da Nação

O período dos descobrimentos, segundo Schwarcz:

[...] inaugura um momento específico na história ocidental, quando a percepção da diferença entre os homens torna-se tema constante de debate e reflexão: a conquista de terras desconhecidas levava a novas concepções e posturas [...] (SCHWARCZ, 1993, p. 44).

No entanto, a seleção de determinadas características fenotípicas (as quais foram objeto de elaboração e difusão de uma teoria racial), apesar de ter como marco o contexto da colonização europeia, efetiva-se com a consolidação do capitalismo no século XIX e do modelo de Estado Moderno: o Estado Nação.

No século XVIII, têm-se duas concepções distintas sobre a humanidade:

[...] De um lado a visão humanista herdeira da Revolução Francesa, que naturalizava a igualdade Humana; de outro, uma reflexão, ainda tímida, sobre as diferenças básicas existentes entre os homens. A partir do século XIX, será a segunda postura a mais influente, estabelecendo-se correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais (SCHWARCZ, 1993, p. 46-47).

Podemos afirmar que, no século XIX, ocorreu um processo de reorientação intelectual no contexto externo: procurou-se investir contra os princípios igualitários do século XVIII, e, para isso, concentrou-se no conceito de raça e sua relação com o de povo. Foi a partir desta relação que o discurso racial adentrou as discussões sobre nacionalidade e cidadania (HOBSBAWM, 2002).

Na Europa Ocidental, para limitar os cidadãos de Estados particulares, foram elaboradas duas doutrinas contrastantes de nacionalidade, expressas por dois princípios: o *jus sanguinis* (direito do sangue) e o *jus soli* (direito do solo). O primeiro foi utilizado para estabelecer a nacionalidade, a partir da relação entre um patrimônio cultural transmitido por hereditariedade, e a pertença a um Estado. O segundo princípio, por seu turno, vinculava-a ao nascimento no território de um Estado (STOLCKE, 2002).

No Brasil do século XIX, o tema da nacionalidade delimitou os contornos da idéia de cidadania. Após 1822, encontrava-se em discussão tanto o modelo do Estado brasileiro quanto o conceito de nação. As opções *centralização* e *descentralização* expressaram as distintas posições políticas e teóricas das elites que competiam pelo poder. A caracterização do formato do Estado apresentava, como questões subjacentes, a definição do modelo de Liberalismo e a instituição de um princípio de nacionalidade. Tendo em vista que a Independência foi realizada pela Monarquia e que as elites políticas, econômicas e intelectuais entendiam que o Brasil possuía um Estado — mas não um povo —, o tema da cidadania no país, durante o período do Império e da Primeira República, enfocou os direitos políticos. Com isto não estamos afirmando que o tema dos direitos civis e sociais encontrava-se ausente, e sim que, nos anos que antecederam a década de 1920, ele resultava mais das pressões exercidas pelas manifestações dos movimentos e organizações intelectuais, trabalhistas, educacionais, militares, partidárias, etc., do que propriamente de uma proposição da agenda governamental. Foi a partir da Segunda República (após 1930), que o Governo brasileiro incorporou-o como parte de seu projeto de racionalização do Estado (OLIVEIRA, 1997).

Este cenário estimulou a adoção do modelo descentralizado com a República e a instituição do princípio *jus soli* na esfera legal e *jus sanguinis* no discurso pragmático.

O primeiro princípio funcionou como pressuposto para o ingresso maciço de imigrantes no país. O segundo, por sua vez, alicerçado no conceito de raça, orientou a classificação hierárquica dos grupos imigrantes e dos nacionais, assim como entre eles (STOLCKE, 2002). Tem-se, assim, alguns subsídios que nos permitem entrever as condições a partir das quais a temática racial tornou-se central na definição do povo brasileiro²¹. A década de 1870 explicita um momento específico deste processo: o acirramento das disputas entre os bacharéis de Direito e os de Medicina pela legitimidade dos diagnósticos do país.

No contexto externo, o debate sobre o problema da origem da humanidade²², no século XIX, contrapôs as teorias raciais às noções de igualdade do século XVIII. Na visão monogenista, existia a crença na unidade humana, uma vez que seus tipos poderiam estar relacionados com as noções de perfeição e de progresso. No decorrer do século XIX a versão poligenista — crença na diversidade humana — ganhou adeptos e foi reforçada por uma interpretação biológica — o darwinismo — na análise dos comportamentos humanos. Para a realização desta última, desenvolveram-se dois procedimentos científicos: a Frenologia e a Antropometria, os quais relacionavam a capacidade dos agrupamentos humanos ao formato e tamanho das partes do corpo. Tem-se, assim, o instrumental científico que respaldava a transposição da análise sobre a origem das espécies para uma espécie particular: a humanidade.

Renan, Taine, Le Bon e Gobineau fazem parte de um conjunto de autores poligenistas estrangeiros que trabalharam com o conceito de diferença, a partir de uma leitura racial. Os quatro construíram uma relação entre o conceito de raça e a Teoria Darwinista, relação esta que foi intensamente explorada pelos teóricos raciais

²¹ Esta questão será retomada no **subcapítulo I**, do **capítulo IV**.

²² O debate “poligenia *versus* monogenia” retorna em cena no contexto da década de 1940 na seção *Inquéritos Geográficos* da **Revista Brasileira de Geografia** (1940, N.º 4). Isto sugere-nos uma atualização das discussões em torno do conceito de raça. Ver as características desta seção no **subcapítulo II** do **capítulo III**.

brasileiros, na segunda metade do século XIX (SCHWARCZ, 1993). De acordo com Renan, existiam três grandes raças: branca, amarela e negra, sendo as duas últimas inferiores por serem incivilizáveis. Taine ampliou a noção de raça para nação, fornecendo à acepção biológica uma concepção social e política. Já Le Bon transferiu o referencial analítico das espécies animais para as raças humanas, enquanto Gobineau difundiu a noção da miscigenação como um problema: a mistura²³ de raças distintas resultava em sujeitos degenerados. Os avanços teóricos no campo da Biologia, no final do século XIX, com Darwin (evolução) e Mendel (mutação) foram desconsiderados por estes teóricos raciais que apenas incorporaram o que era necessário para a construção do darwinismo social. Segundo Ortiz (2003) parte da intelectualidade brasileira também ignorou tais avanços, assim como as críticas provenientes dos campos da Antropologia (Franz Boas) e da Biologia. Foi neste contexto que raça e meio definiram o quadro interpretativo da realidade brasileira como categorias do conhecimento até meados do século XX.

As idéias que envolviam o “mito do sangue” e a miscigenação perderam o substrato biológico com a descoberta de que não era o sangue o transmissor das características hereditárias, e sim os genes. No entanto, de acordo com Maio e Santos (1996), este novo contexto exerceu pouca influência nas concepções raciais: contrariamente à idéia de que o genótipo fornecia as informações sobre a proximidade ou a distância entre os indivíduos fenotipicamente distintos, os teóricos raciais continuaram explorando retoricamente o fenótipo e a idéia de pureza²⁴.

²³ Este termo foi empregado no interior das revistas do IBGE e na literatura sobre relações raciais produzida por diferentes instituições (museus, academias, institutos etc.), no decorrer dos séculos XIX e XX, ora como sinônimo de miscigenação, ora como sinônimo de mestiçagem. Este aspecto impôs que mistura pudesse ser apreendida como uma espécie de “ponte” conceitual entre as teorias racial e cultural.

²⁴ Podemos perceber esta utilização em plena década de 1940 ao interpretarmos o material das revistas (particularmente das seções *Comentários e Tipos e Aspectos do Brasil*, ambas da **Revista de Geografia**). Ver **subcapítulo II do capítulo III**.

É importante ressaltar que, paralelamente à Antropologia Física — vinculada às ciências físicas e biológicas através de seus modelos explicativos e “métodos científicos” de mensuração ou quantificação —, desenvolveram-se os estudos etnográficos caracterizados por uma orientação humanitária de tradição monogenista. A Antropologia Cultural que emergiu destes estudos competia pelo status de ciência com a Antropologia Física. No final do século XIX, o referencial teórico da Antropologia Física — as teorias raciais — sofreu consistentes questionamentos no contexto externo, porém este fato não impediu sua consolidação nas instituições científicas brasileiras.

A convergência entre os sistemas de classificação racial extra-oficial e oficial no Brasil foi favorecida pelas contribuições da intelectualidade nacional e estrangeira presente nos museus, academias e institutos etnográficos, históricos e geográficos das várias regiões do país²⁵. Segundo Schwarcz (1993) estas instituições consistiram - em âmbito interno e externo – nos loci privilegiados de discussão, (re)formulação e difusão das teorias explicativas dos problemas brasileiros e de suas possíveis soluções. Os trabalhos resultantes destes “centros de saber” compuseram um quadro sugestivo da autenticidade do pensamento social brasileiro no processo de construção da nação²⁶.

Paralelamente aos museus, desenvolveram-se as primeiras faculdades de Direito e Medicina, assim como os institutos de História, Geografia e Arqueologia do país. Podemos destacar, dentre os institutos, três centros fundamentais: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) — no Rio de Janeiro (1839) —, Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano (IAGP), em 1862, e o Instituto Histórico e

²⁵ Tal convergência torna-se substancial à medida que consideramos que as relações de cooperação e a afinidade política, cultural e institucional entre tais instituições foram reforçadas e ampliadas com a criação do IBGE. Isto nos foi sugerido através da compreensão das seções *Vultos da Geografia no Brasil e Noticiário* (ambas da **Revista de Geografia**), *Notícias sobre o desenvolvimento da Estatística e Vultos da Estatística Brasileira* (ambas da **Revista de Estatística**). Ver em detalhes no **subcapítulo II do capítulo III**.

²⁶ A autora ressalta o fato dos Museus Nacionais permanecerem isolados — até a década de 1870 — das demais instituições do país, encontrando-se voltados para o diálogo com os museus europeus e americanos.

Geográfico de São Paulo (IHGSP), em 1894. Estes institutos apresentaram diferentes abordagens, segundo os interesses das elites locais. No entanto, todos compartilhavam de um objetivo comum: elaborar a história oficial da nação brasileira e, desse modo, um perfil identitário para o país. O Instituto do Rio de Janeiro enfatizou a história da Pátria, consolidando mitos de fundação, a partir dos quais fosse possível distinguir o Brasil como nação. Foi num concurso promovido por esta instituição que surgiu pela primeira vez a referência às três raças fundadoras.

O Instituto de Pernambuco enfatizou o papel deste estado na história do país. Ao discutir sobre nação e povo, reivindicou a especificidade da raça pernambucana e sugeriu a miscigenação como uma proposta para concretizar a raça brasileira. Já o Instituto de São Paulo (re) escreveu a história do Brasil a partir do modelo paulista: o bandeirante foi eleito herói nacional²⁷.

No país, após a Independência, sentiu-se a necessidade de desenvolver uma inteligência local. Para isto, aprovou-se, em 1826, um projeto que propôs a criação de duas academias de Direito: uma em Olinda²⁸ e outra em São Paulo. Dentre os vários personagens destas instituições, destacaremos, após 1870, a influência de Sílvio Romero na primeira, e a de Pedro Lessa na segunda. Romero empregava uma terminologia — retirada de autores como Buckle, Darwin e Spencer, entre outros — na produção de idéias ambíguas que apontavam a miscigenação como uma saída para a construção do Brasil Nação. Outros teóricos lidos por esta Escola foram Le Bon, Lombroso e Ferri, sendo os dois últimos (re) conhecidos por seus estudos na área de criminologia. O determinismo desta escola criminal foi criticado por Pedro Lessa, enquanto o perfil

²⁷ As abordagens e histórias oficiais criadas por estes Institutos podem ser captadas nas páginas das revistas do IBGE. Um exemplo das mesmas foi o tratamento dispensado ao tema da miscigenação e das novas bandeiras, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, a partir do debate sobre o tipo de imigração e de colonização que deveria ser efetivada pelo Brasil. Ver em detalhes no **subcapítulo II do capítulo III** e no **subcapítulo I do capítulo IV**.

²⁸ Em 1854, esta Academia foi transferida para Recife.

eclético da Escola de Direito Paulista escamoteava um Liberalismo de fachada que convivia harmoniosamente com teorias raciais.

Tanto a Escola Paulista quanto a de Recife elaboraram soluções para o problema que envolvia a construção da nação: a primeira defendia a ação de um Estado Liberal²⁹ como condutor do destino do país, a segunda propunha uma boa miscigenação. Como tais soluções não eram excludentes, ambas foram implementadas pelo Governo da Primeira República. No que se refere às faculdades de Direito e Medicina, é importante destacar que vários de seus membros faziam parte tanto dos museus quanto dos institutos³⁰.

As duas primeiras faculdades de Medicina foram fundadas na Bahia e no Rio de Janeiro, ainda no começo do século XIX. Porém, só adquiriram reconhecimento na esfera pública e política a partir de 1870. Neste período, ocorreu uma alteração do quadro de profissionalização, e a figura do médico tornou-se essencial com o desenvolvimento urbano, as seqüelas da Guerra do Paraguai e os surtos de epidemias. A discussão sobre higiene pública liderada pela Escola do Rio de Janeiro compartilhava do mesmo referencial teórico da Escola de Medicina Legal Baiana. Ou seja, a questão racial era argumento central nas análises de ambas as escolas.

Os produtores dos discursos raciais destas instituições mantinham um diálogo profícuo com os das faculdades de Direito, dos museus e dos institutos de História e de Geografia. É interessante observar que, apesar das teorias raciais serem hegemônicas no Brasil até o fim da Primeira Guerra, existiam pensadores discordantes, como Alberto

²⁹ Falar em Estado Liberal impõe-nos questionar qual seria o modelo de Liberalismo. No Brasil do século XIX, *grosso modo*, podemos afirmar que a agenda liberal estava polarizada. Quando se coloca a questão do formato do Estado, as opções centralização e descentralização impuseram-se. Tais opções eram expressivas da disputa entre um ideário (avaliado como moderno, vinculado às experiências norte-americanas, no que tange a relação com o território) e a herança ibérica. Para uma discussão substancial sobre estas e outras questões afins, ver: SANTOS, W. G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas cidades, 1978.

³⁰ Nas seções *Vultos da Geografia do Brasil* e *Vultos da Estatística Brasileira* (**Revista de Geografia e Revista de Estatística**, respectivamente), encontramos referências que sugerem tais relações.

Torres, Roquette Pinto, Manoel Bonfim, Manuel Querino, dentre outros, que, já no começo do século XX, dialogavam com as teorias culturais para pensar alternativas para o país (ORTIZ, 2003). No entanto, é fundamental entender que os arranjos teóricos elaborados por estes autores também eram ambíguos — sua diferença parecia estar situada mais no campo retórico que no conceitual³¹. No Brasil, fizeram-se presentes, principalmente, as contribuições teóricas das escolas de Antropologia e Geografia francesa, alemã, inglesa e norte-americana para refletir sobre os conceitos de nação, raça e cultura.

As elites políticas e intelectuais brasileiras, ao refletirem sobre os supracitados conceitos, desenvolveram, no final do século XIX, os contornos do perfil identitário brasileiro oficial. Este, de acordo com Sodré (1988), tratava-se de um conjunto de iniciativas práticas e discursivas realizadas para afirmar o Brasil externa e internamente como país independente e autêntico. Entretanto, longe das possibilidades fornecidas pelo desenvolvimento material resultante das Revoluções Industriais externas, e com uma população composta por grupos raciais e étnicos considerados inferiores (negros, indígenas e mestiços), o Brasil parecia poder contar apenas com sua natureza exuberante, como símbolo e garantia de sua prosperidade³². No entanto, no processo de elaboração desta avaliação negativa sobre as condições materiais e a população nacional, as elites encontraram uma alternativa para o país: construir um povo digno da sua grandeza natural, capaz de torná-lo uma potência no futuro. Para efetivar este projeto, a miscigenação e a imigração funcionaram como instrumentos fundamentais, consolidando o direito do solo legalmente e o direito do sangue retoricamente.

³¹ Esta questão pode ser percebida quando se considera o tratamento dispensado por estes e outros autores aos conceitos de “miscigenação” e “mestiçagem”. Ora tais conceitos são tratados como sinônimos, ora estabelecem-se diferenciações.

³² Isto sugere algumas pistas para dimensionarmos as possibilidades e limites do ufanismo como uma característica da produção intelectual no Brasil. O ufanismo marcou as produções das revistas do IBGE, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, ver **capítulo III**.

Semelhante quadro estabeleceu, de um lado, a necessidade da miscigenação como solução para o povo, e, de outro, apontou para a necessidade de uma base simbólico-discursiva para a idéia de progresso à medida que a base material era precária. A base simbólico-discursiva, que foi erigida pelos e nos museus, institutos e faculdades nacionais como uma resposta a esta demanda, tinha “raça” como seu conceito-chave³³. O significado biológico de raça, após as críticas nos campos da Antropologia Cultural e da Biologia, foi abalado cientificamente. Porém, continuou presente como um “significado nativo”. Tal base permitiu elaborar um vínculo entre os conceitos de civilização e de progresso, aproximando-os das noções de raça e de cultura. Um dos produtos da referida aproximação foi uma considerável influência do sentido de evolução e do de determinismo sobre as diferentes abordagens que visavam fornecer explicações e soluções para o Brasil.

Nos primeiros anos do século XX, esta aproximação permitiu a efetivação do deslocamento retórico do conceito de raça para o de cultura. Uma faceta deste processo pode ser sintetizada pela idéia de que houve um encontro entre os significados nativos de raça e de cultura. Raça como categoria nativa³⁴ expressava caráter, força, lealdade, etc., como características inatas, o que demonstra parcialmente a permanência de uma concepção biológica. Por outro lado, cultura como categoria nativa permitia, assim como raça, classificar de forma hierárquica os diferentes grupos humanos, diferindo apenas por assegurar uma relativização da idéia de inferioridade. De acordo com Martinez-Echazábal (1996) houve uma espécie de racialização da cultura e

³³ Tal base continuou sendo manipulada pelo e no IBGE, até meados do século XX. Esta idéia de continuidade não resulta de nossa interpretação, e sim do próprio processo de construção teórica do quesito raça/cor.

³⁴ Para uma discussão detalhada sobre categorias nativa e analítica ver GUIMARÃES (2003), com referência completa na **bibliografia**.

culturalização da raça, que se fez presente tanto nos discursos do senso comum quanto nos acadêmicos.

Tem-se, assim, o contexto que apontava para os obstáculos e para as possibilidades que envolviam a idéia de adotar a miscigenação como solução. A inteligência brasileira, visando superar obstáculos e desenvolver possibilidades, realizou uma flexibilização conceitual de duas teorias: darwinismo e evolucionismo social. Estas duas teorias passaram a ser amplamente compartilhadas:

[...] Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a idéia de que a humanidade era uma (SHWARCZ, 1993, p. 18). [aspas da autora]

A imigração forneceu à miscigenação uma saída política e teórica, que pode ser expressa através da elaboração (final do século XIX) e da atualização (no decorrer do século XX) de duas doutrinas tipicamente brasileiras: a do branqueamento, cujo principal representante foi João B. de Lacerda, e a dos mestiços superiores, na qual podemos destacar as figuras importantes de Nina Rodrigues e Oliveira Vianna. Essas doutrinas — acrescidas da flexibilização conceitual do darwinismo e do evolucionismo social — compuseram o sistema explicativo eclético que serviu aos interesses de um país que enfrentava dois grandes problemas: povoar seu território e elaborar uma identidade nacional. Tanto a ocupação do território quanto a construção da identidade apresentavam-se como problemas que continuavam a reclamar soluções na década de 1950. Uma das razões desta permanência é que ambas eram consideradas pré-requisitos para a unidade nacional.

A intelectualidade brasileira³⁵ realizou um deslocamento pragmático do conceito de “miscigenação” para o de “mestiçagem”, o que favoreceu a aproximação entre “raça” e “cultura”. Como já foi salientado, os conceitos de “raça” e de “cultura” foram relacionados a partir de seus significados nativos. No entanto, tal relação foi propiciada pela categoria nativa “cor”. Diferentemente de “raça” e “cultura”, a “cor” é apenas uma categoria nativa, ou seja, não se vincula a um corpo teórico fixo. Esta característica permitiu que ela funcionasse como nexos discursivo entre “raça” e “cultura”, e, neste contexto, pudesse ser utilizada no processo de construção da identidade nacional brasileira (MAGGIE, 1991). A “cor”, como um discurso ambíguo, assegurou as condições teóricas para que o conceito de “raça” fosse reabilitado através das discussões sobre educação, imigração, saúde e segurança, iniciadas na primeira década do século XX e retomadas nas décadas posteriores.

A miscigenação, ao fornecer um caminho para construção da nacionalidade, impôs um limite que pode ser compreendido ao se considerar a noção de “degeneração”. Para as escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, a eugenia foi a alternativa encontrada. A eugenia competia, nos discursos médicos, com a higiene, pois esta última permitia enfatizar o aspecto situacional da inferioridade brasileira, apontando para o caminho da educação e da cultura, ao passo que a primeira potencializava uma leitura biologizante dos problemas do Brasil. A Escola Baiana concebeu a eugenia no plano teórico como o instrumento para purificar a raça nacional. Enquanto a Escola Carioca a tornou seu campo de atuação social. Em outras palavras, a Escola Carioca empregou a eugenia no processo de disciplinarização do corpo e de regulação da vida social pública e privada.

³⁵ Por “intelectualidade brasileira” estamos considerando um conjunto extremamente heterogêneo de intelectuais, no que se refere a tendências teóricas e políticas, assim como a origem territorial (regiões e Estados brasileiros).

Consolidou-se assim, nas primeiras décadas do século XX, a influência do discurso médico sobre os demais discursos científicos e políticos e sobre o senso comum. Isto resultou da concepção do Brasil como projeto, segundo a qual a identidade, a cultura e a raça nacional estavam em formação e exigiam uma intervenção do governo, que se fez sentir substancialmente nas políticas públicas educacionais, eugênicas e higiênicas implementadas a partir de 1930 (COSTA, 1989, e ENGEL, 1989).

Foi a partir de uma idéia de futuro — Brasil como projeto — que o passado do país passou a ser escrito. A História, a Geografia e os sistemas de classificação oficial e extra-oficial foram mobilizados para satisfazer a esta demanda política e social. Uma das implicações deste processo foi a “substituição” do tema racial pelos temas “saúde” e “educação” (DE LUCA, 1999). A característica mais interessante deste deslocamento retórico foi a continuidade de um padrão de representação social sobre negros e brancos tanto na História quanto nos sistemas de classificação racial:

[...] O corpo forte, sexual e moralmente regrado, foi medicamente identificado ao corpo branco. Para isso utilizou-se, ordinariamente, a figura do escravo como exemplo de corrupção física e moral (COSTA, 1989, p. 208-209).

O discurso racial envolvendo não-brancos³⁶ nacionais e estrangeiros tornou-se uma constante no país no final do século XIX. Contudo, no decorrer dos primeiros anos do século XX, este sofreu uma mudança que se manteve nas décadas posteriores:

³⁶ O termo “não-brancos” surge a partir do final da década de 1970 e traz a possibilidade de agregar em um único grupo diferentes populações que apresentam condições sócio-econômicas próximas. No entanto, a crítica feita ao termo refere-se ao fato deste apresentar como parâmetro de definição a população branca. No contexto da crítica desenvolveu-se outra expressão: não-negros, esta última representando uma estratégia de mudança de enfoque. Apesar de utilizarmos a expressão “não-brancos” no corpo do texto, entendemos que esta, assim como “não-negros”, não apresenta potencial heurístico como categoria para os sistemas de classificação racial oficial; muito embora saibamos que se colocam como posições políticas definidas enquanto antagônicas, portanto, concorrentes.

consolidou-se o padrão de ambigüidade de representações, fruto do deslocamento retórico de raça para cultura, através da linguagem da cor, e da diversificação dos temas dos discursos políticos e intelectuais. A consequência deste padrão foi a possibilidade de mobilizar determinados aspectos das teorias raciais, ressignificando-as numa abordagem culturalista (MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, 1996). Tal processo pôde ser percebido nas considerações sobre os grupos não-brancos nacionais (negros, indígenas e mestiços): consistiram no problema do Brasil devido à sua inferioridade racial e cultural, ao mesmo tempo em que foram vistos como parte fundamental da solução posta pela miscigenação e nas considerações sobre os imigrantes.

Apesar de os imigrantes brancos não se encontrarem explicitamente situados no discurso racial, foi em uma abordagem racialista do discurso étnico que eles se transformaram em objeto de discussão: sua capacidade de assimilação tornou-se, assim, tema de debates públicos. Já os imigrantes não-brancos (afro-americanos³⁷, japoneses, judeus, etc.) passaram a ser objeto de discursos que enfatizavam tanto a raça quanto a etnia: racialmente inferiores e etnicamente inassimiláveis (LESSER, 2001).

Diante deste contexto, pode parecer ameaçado o projeto brasileiro de nação. No entanto, foi a ambigüidade que permitiu sua concretização. Os discursos higiênicos, eugênicos e educacionais funcionaram como uma estratégia para difundir os discursos racial e étnico de forma implícita, atualizando-os. Ou seja, propiciando a estes últimos novos significados.

Torna-se relevante a idéia segundo a qual

[...] Raça é um dado científico e comparativo para os museus; transforma-se em fala oficial nos institutos históricos de finais de século; é um conceito que define a particularidade da nação para os homens da lei; um índice tenebroso na visão dos médicos. O que se percebe é como em determinados contextos reelaboram-se símbolos

³⁷ O termo hifenizado segue sua grafia original e não uma utilização conceitual da presente pesquisa.

disponíveis dando-lhes um uso original. Se a diferença já existia, é nesse momento que é adjetivada (SCHWARCZ, 1993, p. 242).

Apesar de esta ponderação realizada por Schwarcz referir-se à análise sobre o papel das instituições e dos cientistas na construção e difusão dos discursos sobre raça no Brasil de 1870 a 1930, entendemos sua pertinência para além do período mencionado. É a partir da década de 1930 que o IBGE trará sua contribuição para a “reelaboração dos símbolos disponíveis”: o Instituto fornecerá um aprimoramento do discurso da cor e de sua difusão para todo país como parte do projeto de organização nacional. Isto implicará numa alternativa para a manutenção da influência dos museus, faculdades e institutos que passam a concorrer com as universidades pela legitimidade dos diagnósticos e das proposições no período. Outro aspecto que demonstra a pertinência das considerações de Schwarcz (1993) para além de 1930 é o fato de contemplar o deslocamento das teorias raciais do âmbito público para o privado, no qual o conceito recebeu tratamentos distintos que se completaram, entretanto, em seus resultados.

Subcapítulo II

Classificação oficial e extra-oficial: raça e cor em debate

Yvone Maggie (1991), ao elaborar o sistema classificatório racial brasileiro, nos demonstra que o mesmo é o resultado de escolhas socialmente construídas na dinâmica sociocultural da sociedade brasileira. Ela diz:

[...] Cada sociedade é, assim, resultado ou marca de suas escolhas classificatórias não havendo sociedade humana pré-lógica ou sem lógica. Todo sistema classificatório tem sua lógica interna e cada sociedade é portanto escrava e senhora, ao mesmo tempo, do sistema classificatório que preside sua existência. A classificação não é, portanto, uma essência, e o social é sempre construção (MAGGIE, 1991, p. 84).

Quando a autora salienta que cada sociedade é escrava e senhora de seu sistema classificatório, ela nos permite perceber que toda classificação desempenha pelo menos duas funções — uma semântica³⁸ e uma retórica³⁹ — e que, na combinação de ambas, a sociedade cria suas possibilidades, ao mesmo tempo em que engendra as regras do jogo que as limitam. Ao usar os termos “escrava” e “senhora”, Maggie apresenta dois conceitos que estruturavam as relações sociais no Brasil até o final do século XIX. No contexto de nossa pesquisa, entendemos que foram estes conceitos — “escravo” e “livre” (que poderia ser ou não senhor)⁴⁰ — que serviram para delimitar os contornos da classificação racial oficial e extra-oficial até a Abolição da Escravatura. Com a Abolição e a Proclamação da República, têm-se a desestruturação do regime de

³⁸ A função semântica fornece um caminho para desvelar o processo de transformação dos significados dos conceitos ao longo do tempo.

³⁹ A função retórica compreende como as categorias suscitam e delimitam seu contexto político e teórico de relevância.

⁴⁰ De acordo com nota em Maggie (1991), dois outros termos completaram o quadro de categorias do sistema escravista de classificação, foram eles: *africano* (designação utilizada para população negra estrangeira) e *crioulo* (utilizada para população negra nacional).

trabalho escravo e a emergência da sociedade de classes, cujo processo impôs as condições para a realização das “metamorfozes do escravo” em negro. Para compreender este processo, faz-se necessário considerar a convergência entre as análises elaboradas por Ianni (1988) e por Maggie (1991): o escravizado era um outro por sua condição social, ou seja, a cor não era um atributo significativo para estabelecer a diferença entre os grupos sociais até a Abolição. Com isto:

[...] o outro passa a ser o mesmo, e torna-se necessário criar um sistema classificatório capaz de manter esse “mesmo” diferente. De direito, o escravo tornou-se o mesmo, mas não de fato, como o sistema classificatório tende a comprovar (MAGGIE, 1991, p. 75).
[aspas da autora]

É importante observarmos que a recorrência às diferenças físicas enquanto algo concreto — a anatomia, os traços fenotípicos (cor da pele, cor e textura dos cabelos, formato da boca, olhos, nariz, etc.) — tende a naturalizar o que foi social e historicamente construído (MAGGIE, 1991). As diferenças entre os grupos são (re) formuladas, (des) valorizadas segundo o jogo de forças presente nas relações sociais. A percepção da diferença ocorre nas relações de contato; no entanto, a consciência de sua importância e possível utilização como instrumento de opressão ou de resistência depende das relações de poder. As diferenças poderão permanecer em estado latente por muito tempo, ou seja, serem mobilizadas apenas em determinados contextos sociais (BRANDÃO, 1986). Foi o que ocorreu no final do século XIX: as relações sociais passaram a ter uma dinâmica diferente, e a condição social de liberto⁴¹ impôs o desafio de (re) pensar e (re) definir os limites da cidadania no Brasil.

⁴¹ A categoria “liberto” foi utilizada para distinguir os ex-escravizados dos livres por nascimento, desde a Independência. Todavia, é com a Abolição que a condição social de liberto impôs uma situação limite, sobretudo no período situado entre o dia 14 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1889, posto que só haviam cidadãos no país.

O que fazer com negros e indígenas? Esta questão pode parecer de importância menor na medida em que a própria idéia de cidadania era muito restrita. Porém, em um quadro no qual os grupos privilegiados não estavam dispostos a permitir que o *status quo* fosse questionado, ela adquire um significado importante. Tal indagação suscitou a necessidade de elaboração de uma base teórica a partir da qual as diferenças fossem selecionadas e naturalizadas como desigualdades. Este substrato conceitual foi produzido e difundido pelos museus, pelas academias de Direito e Medicina e pelos institutos de História e Geografia do país. O resultado da produção destas instituições expressou-se nas categorias dos sistemas classificatórios raciais oficial e extra-oficial. Estes propiciaram o contexto no qual o Governo e as elites intelectuais conceberam a nacionalidade e a cidadania no país.

No entanto, faz-se necessário ponderar sobre a concepção de cidadania. Como aponta Azevedo (1987), a falta de debate sobre o futuro das populações negras — escravizadas —, indígenas e de seus descendentes, elucida parcialmente esta questão. No decorrer das décadas de 1910 e 1920, as demandas por maior participação nas decisões políticas, melhores condições de trabalho, saúde e educação, partiram de diferentes organizações sociais e contemplaram, indiretamente, estas populações, sem as tornarem, no entanto, objeto dos debates.

A integração destes grupos, desde a Abolição e a Primeira República, estava assegurada pelos “princípios da livre concorrência”, ou seja, encontravam-se livres para trabalhar, habitar, alimentar-se e educar-se segundo sua competência. O fato de não terem as condições objetivas para concorrer não era responsabilidade do Estado, e, sim, uma questão de vontade, de empenho e de capacidade de cada cidadão (IANNI, 1972).

Nos diagnósticos das elites intelectuais⁴² e políticas, a situação dos indígenas e dos negros não tinha necessidade de ser debatida uma vez que seu futuro era sinônimo de desaparecimento gradual, ou melhor, de desintegração simbólica enquanto grupos raciais e étnicos específicos. Tais diagnósticos se metamorfosearam na terapia proposta para a construção da nação (AZEVEDO, 1987). Neste contexto, compreende-se a relevância da categorização propiciada pelos sistemas classificatórios raciais oficial e extra-oficial: ela definiu o lugar — político, social, econômico e cultural — a ser ocupado pelos diferentes grupos sociais no projeto brasileiro de nação.

As preocupações das elites intelectuais e políticas concentravam-se em transformar uma população diversa — composta por grupos raciais e culturais “inferiores” (negros, indígenas e seus descendentes) — no povo brasileiro, ou seja, no tipo nacional homogêneo representativo da nação. Para satisfazer aos interesses do projeto de Brasil Nação, a miscigenação foi a saída teórica e prática encontrada. No entanto, no plano discursivo, a miscigenação foi ressignificada pelo paradigma cultural. O resultado foi o desenvolvimento de um sentido ambíguo capaz de aproximar o conceito de “miscigenação” do de “mestiçagem”. Foi a partir destas transformações semânticas e retóricas que o conceito de mestiçagem substituiu o de miscigenação como substrato para a construção da nação. Neste sentido,

[...] a mestiçagem, além de fenômeno biológico, [pôde] também ser considerada um estilo de vida e uma maneira de pensar o mundo, envolvendo cordialidade, produzindo momentos de confraternização e criando discursos na direção do mito da democracia racial (SANSONE, 1996, p. 214).

⁴² Por “elites intelectuais” estamos considerando um grupo heterogêneo de atores políticos formadores de opiniões, que, mesmo se encontrando fora do Governo, influenciavam os pensamentos e as ações, seja através das instituições às quais estavam vinculados, seja através de sua participação direta em manifestações culturais e políticas.

No discurso sobre a construção do povo, os conceitos de “raça” e de “cor” — que permaneceram objeto exclusivo de discussão da temática indígena até a Abolição — foram incorporados à questão negra de forma sistemática. É na relação conceitual entre raça e cor que encontramos uma das idéias estruturantes do Brasil Nação: sociedade misturada e não segregada.

Compreender a transformação do escravizado em negro propicia uma diretriz para pensarmos a respeito do papel que a relação entre os conceitos de “raça” e de “cor” exerceu e exerce no plano das relações de produção e no simbólico — com a ressalva de que o primeiro também possui uma dimensão simbólica. Entendemos que a citada relação conceitual foi elaborada de acordo com a proliferação de discursos e representações sobre os grupos negros apropriada pela Imprensa, produzida e “compartilhada” pelo senso comum e pelo pensamento literário e científico no final do século XIX. Segundo Schwarcz:

[...] parece haver [...] o negro “comprovadamente” inferior dos editoriais científicos; o negro degenerado e não civilizado das notícias; o negro fujão e marcado dos anúncios de fuga; o negro desordeiro ou “suspeito de escravo” das ocorrências policiais; o negro das “mortes naturais” presentes no “obituário”; o “negro alugado” dos classificados e “dependente” das notícias de libertação; ou o “feiticeiro” dos contos de suspense (SCHWARCZ, 2001, p. 160).
[aspas da autora]

A autora, diante desta síntese significativa do sistema classificatório racial extra-oficial brasileiro sobre o negro, no período anterior e posterior à Abolição da Escravatura, aponta para o fato de semelhante caleidoscópio de imagens ser ambíguo quando se refere ao “preto”. Este é considerado amigo, fiel, trabalhador, pacífico e totalmente dependente do branco. Ao explicitar tal diferença, Schwarcz (2001) salienta que não importa qual ou quais destas imagens serão dominantes, e sim que elas compõem um quadro ambíguo (negro/preto) estruturador do imaginário social,

mobilizado em determinadas situações para demarcar as diferenças entre os classificadores e os classificados, ressaltando que ambos são construídos no mesmo processo.

Como já foi indicado por Maggie (1991), a desagregação do sistema escravista no país impôs a necessidade de se repensarem as categorias que delimitavam as diferenças sociais. Neste contexto, a cor passou a funcionar como uma metáfora para expressar as desigualdades presentes na sociedade como diferenças de natureza. Esta escolha não foi arbitrária, uma vez que assegurou um signo/símbolo que comunicava diferenças significativas na cultura:

[...] A cor, como uma marca racial decisiva, ele a transportará consigo do interior da escravidão, como símbolo desta. Por isso, ainda na vigência da escravatura começou a produzir-se a metamorfose do escravo em negro a que inicialmente o próprio negro nada ou muito pouco pode opor. Somente depois da abolição, muitas décadas depois, ele tentará “destruir” a sua raça, para ser “branco”, homem livre como o são os brancos, já que é penosa a condição de negro (IANNI, 1988, p. 180). [aspas do autor]

Semelhantes considerações permitem que exploremos o papel que a cor passou a desempenhar no sistema classificatório racial brasileiro a partir do final do século XIX: a cor funcionou como um subterfúgio lingüístico para resgatar, no imaginário social, a ambigüidade das representações. É o conceito de cor que vincula o preto ao negro. A categoria “preto” envolve os significados: ex-escravo, degenerado, violento, incivilizado, feio, dependente, amigo, pacífico, trabalhador etc. Nessa ambivalência de imagens propiciada pela cor, o preto pode ser o negro – o inassimilável, o violento, o inferior – como pode não sê-lo, e assim tornar-se um componente importante do mestiço, o que o torna assimilável, aceitável, ainda que inferior. Ao se definirem socialmente as representações sobre a cor preta, cria-se simultaneamente aquelas sobre a branca. Com uma particularidade fundamental: a cor permite uma leitura essencialista e

ao mesmo tempo espontaneísta, objetiva e subjetiva. Enquanto categoria nativa, a cor não se encontra vinculada a nenhuma teoria social específica, porém, no plano estético e moral, pode essencializar idéias e valores (GUIMARÃES, 2003).

Ao falarmos nos termos “escravo”, “negro” e “preto”, entendemos que há um vínculo entre seus significados, que foi forjado com a utilização do termo “cor”. A cor tornou-se o suporte para as representações ambíguas que satisfizeram o ideário de nação que visava agregar e não dividir. Para compreender melhor esta utilização retórica, pensemos nas imagens suscitadas pelo significado de negro no final do século XIX: violência, preguiça, incivilidade, dentre outras. Se transpusermos estas idéias para o sistema classificatório racial, ao adotarmos a categoria “negro”, estaríamos reconhecendo a existência política de um grupo social não-integrado, não-assimilado, e, mais preocupante, não-assimilável em termos raciais e culturais. Neste contexto, encontrava-se impossibilitado o reconhecimento do negro como parte de uma nação “pacífica e coesa” como a brasileira. A recorrência à cor como ponte — entre os três termos: “escravo”, “negro” e “preto” — forneceu uma opção: adotar o preto como categoria classificatória oficial. A cor permitiu transitar entre estas duas possibilidades: violência/separação (negro) e passividade/integração (preto). Ao assumir o preto como categoria oficial desde 1872 até o censo de 2000, fica patente seu papel no projeto de nação brasileira.

Segundo Piza e Rosemberg (1998/99) o Brasil realizou o primeiro recenseamento nacional demográfico em 1872. A classificação foi baseada nas categorias “escravo” e “livre”, e acrescidos os termos “branco”, “preto”, “pardo” e “caboclo” como subtópicos da condição social. O censo de 1872 apresentou uma característica que permaneceria nos censos subsequentes — inclusive nos realizados pelo IBGE: a utilização de um critério misto de fenótipo e ascendência para a

classificação da população. Este censo e o de 1890 tiveram uma importância fundamental no período: forneceram os dados estatísticos⁴³ que serviram para orientar as políticas públicas debatidas. Entre as últimas, destacava-se a imigração européia — e a resistência à imigração de não-brancos — e a devolução da população negra a seu continente de origem. Existiam duas opções, uma proposta pelos emancipacionistas e outra pelos imigrantistas⁴⁴: a primeira sugeria o aproveitamento da mão-de-obra nacional (negros, indígenas e mestiços em geral), ao passo que a segunda vinculava a defesa contundente da Abolição à necessidade do imigrante branco. Os imigrantistas, apoiados por um referencial teórico racista e pela difusão de uma representação ambivalente da população negra, obtiveram êxito em sua proposta.

No que diz respeito às categorias utilizadas no censo de 1890, houve uma mudança: o termo “pardo” foi substituído pelo termo “mestiço”, e o recorte de cor ficou limitado aos dados sobre população geral e estado civil. A utilização da categoria mestiço é significativa em um período em que se formula uma política de branqueamento da população, alicerçada na miscigenação.

Nas primeiras décadas do século XX, temos um período de silêncio sobre a cor da população nos censos, e poderíamos supor que este foi o momento de consolidação das imagens ambíguas a respeito dos grupos sociais não-brancos nacionais (negros, indígenas e mestiços) e não-brancos estrangeiros (afro-americanos, asiáticos, árabes etc.). Segundo Lesser (2001), dentre os não-brancos estrangeiros, destacavam-se os imigrantes “não-brancos e não-pretos” (asiáticos, judeus etc.). Estes últimos fomentaram novas discussões em torno do tema da identidade nacional, colocando em xeque a opção brasileira pela miscigenação. Por outro lado, a presença dos imigrantes

⁴³ A maioria da população era preta e parda. Ver tabela: REIS, J. J. *Presença Negra: conflitos e encontros. In Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 94.

⁴⁴ Para compreender a dinâmica e os personagens políticos envolvidos nesta discussão, e, dessa forma, pontuar algumas questões sobre o papel dos Partidos e seus modelos de Liberalismo ver: AZEVEDO, C. M. **Onda negra medo branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

brancos também acentuou estas discussões⁴⁵. Diante de uma conjuntura marcada pela recente Abolição e Proclamação da República, era interessante para a *unidade nacional* brasileira não suscitar o questionamento sobre raça junto à população.

No final do século XIX e na primeira década do XX, o contexto internacional foi marcado pelo acirramento das disputas entre as metrópoles (particularmente, França, Inglaterra, Alemanha e Itália), dentro e fora do continente europeu. Estas disputas foram impulsionadas pelos diferentes nacionalismos. Cada país envolvido suscitava debates em torno dos conceitos de cultura e de raça — como possibilidades discursivas de unidade — para delimitar as fronteiras territoriais dentro da Europa e justificar a política neocolonialista em direção aos continentes africano e asiático (HOBSBAWM, 2002).

Apesar de a Primeira Guerra eclodir apenas em 1914, as condições para sua efetivação estavam dadas no último quartel do século XIX. O Brasil encontrava-se numa situação delicada internamente: a política de imigração, como fornecedora dos contingentes humanos para construir seu modelo de nacional mestiço, corria o risco de ser comprometida, já que estes imigrantes pensavam, comportavam-se e se sentiam como estrangeiros.

O governo brasileiro procurou conter o processo de desenvolvimento de solidariedades não desejadas, tanto entre os imigrantes que estavam no Brasil e os seus conterrâneos europeus quanto entre os grupos nacionais indígenas e negros. Tanto o cenário interno quanto o externo contribuíram para a não-realização do censo brasileiro em 1910, ao passo que os censos de 1900 e de 1920 foram efetivados sem a recorrência à questão sobre a cor. A temática racial foi fomentada na conjuntura externa pelos movimentos do fascismo (1922) e do nazismo (1933), e se intensificou com a Segunda Guerra. No entanto, o Brasil continuou tratando esta questão de forma indireta. A

⁴⁵ Ver em detalhes estas questões no **subcapítulo III** deste **capítulo**.

Revolução de 1930 serviu como justificativa do Governo para a não-realização do recenseamento no período. Desta forma, o país ficou cerca de quarenta anos sem verificar, no levantamento das informações censitárias, os dados sobre identidade que podem ser lidos a partir do quesito raça/cor.

Em 1940, iniciou-se a era dos censos modernos no Brasil, destacando-se o papel do IBGE como o principal órgão consolidador do sistema classificatório racial oficial — cuja base foi a classificação racial extra-oficial existente desde o século XIX. O censo demográfico de 1940 resgatou as categorias “branca”, “preta” e “parda” e acrescentou a categoria “amarela”. Este conjunto manteve-se inalterado até 1990, quando foi introduzida a categoria “indígena”. Na década de 1970, o quesito raça/cor também não foi inquirido — período, este, de recrudescimento da ditadura militar. Desde 1940, a inserção deste quesito suscitou controvérsias sobre sua utilidade e objetividade. A proposta de retirada do quesito apresentou o ápice deste processo na década de 1970. A retirada foi considerada nos seguintes termos:

[...] A Subcomissão [do Censo Demográfico], depois de apreciar os antecedentes da pesquisa e considerando a sua remota validade, quer pelas restrições técnicas, quer pela inexpressão dos resultados em relação às classificações atuais de tipos étnicos, opina pela exclusão do quesito relativo à cor (VIII RECENSEAMENTO GERAL, 1969, p. 7).

Apesar das controvérsias nas décadas de 1940 e 1950 havia uma opinião favorável ao questionamento sobre a cor. Em nota em um documento sobre a organização e execução do Recenseamento de 1940⁴⁶, Giorgio Mortara opinou sobre a questão afirmando que a escolha pela inserção ou exclusão do quesito era mais política do que técnica. Outro argumento a favor da inserção do quesito foi apresentado por

⁴⁶ CARVALHO, A. **Observações sobre a organização e execução do Recenseamento Geral do Brasil em 1940** (mimeo).

Lourival Fontes, no referido documento: o quesito era considerado fundamental para a propaganda do Brasil no estrangeiro. Tratava-se de um período marcado por calorosos debates sobre imigração e colonização⁴⁷.

Os resultados dos recenseamentos (1940 e 1950): as desigualdades sociais (no trabalho, na saúde, na educação etc.) entre os diferentes grupos que formavam a população brasileira parecem ter influenciado na publicação parcial dos dados do Recenseamento de 1960 e sugerido a supressão do quesito em 1970. Outro fator que certamente contribuiu para estas omissões foi a reorganização do movimento negro. A repercussão dos dados dos recenseamentos foi ignorada pelo parecer da Subcomissão, e a mesma adotou uma postura “técnica” para opinar pela exclusão do quesito em 1970: os resultados sobre cor seriam inexpressivos em relação às classificações atuais de tipos étnicos, o que justificaria sua exclusão. Cabe ressaltar que não há uma definição sobre o que seriam as “classificações atuais de tipos étnicos”. Outro aspecto que merece atenção é o fato de cor e raça serem tratados como sinônimos, seja no documento de 1940, seja no de 1969.

Os censos demográficos de 1940 e 1950 apresentaram um tratamento diferente com relação à categoria parda. No censo de 1940 esta categoria foi lida *a posteriori* — como expõem Piza e Rosemberg (1998/99) — a partir da consideração de que o recenseado classificou-se com a utilização de um termo não-relacionado nos oficiais, ou simplesmente não declarou a cor, algo que deveria ser simbolizado por um traço. Podemos entender que, no censo de 1940, existiu uma recomendação sobre o procedimento a ser seguido pelo recenseador, ao passo que no levantamento de 1950 esta recomendação não ocorreu. Quando apontamos para a diferença na coleta dos censos de 1940 e 1950 — sobre a categoria parda — buscamos evidenciar uma

⁴⁷ Ver o papel desempenhado por Mortara e Fontes no IBGE no **capítulo III**. E os debates em torno da imigração e da colonização — “a marcha para o oeste brasileiro” — no **capítulo IV**.

discussão que pode ser formulada nos seguintes termos: há ou não uma divergência quando consideramos a heteroclassificação e a autoclassificação? O que alguns estudos — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/76), Pesquisa Mensal de Emprego (PME/98) — demonstraram foi a existência de um quadro de cores que evidenciou divergências e convergências no que se refere às perguntas aberta e fechada sobre este quesito⁴⁸. Porém, a questão sobre hetero e autoclassificação não foi problematizada nestes estudos.

Em 1986, o Instituto Gallup realizou um conjunto de entrevistas referente a uma pesquisa em São Paulo. Um dos propósitos era entender a natureza da identidade racial brasileira. Silva (1994) partiu deste trabalho para discutir a relação entre hetero e autoclassificação e demonstrar que há diferença entre ambas. De acordo com sua análise, a autoclassificação apareceu fortemente influenciada pela situação sócio-econômica do entrevistado, enquanto a hetero⁴⁹ permitiu um critério mais objetivo, ou seja, menos influenciado pela posição sócio-econômica e mais vinculado às características do fenótipo do entrevistado. No entanto, devemos problematizar esta idéia de critério mais objetivo. Osorio (2004) em artigo sobre o sistema classificatório racial ibgeano, analisando inclusive o trabalho de Silva (1994), nos sugere uma diretriz que merece consideração:

[...] No fundo, a opção pela auto ou pela hetero-atribuição de pertença racial é uma escolha entre subjetividades: a do próprio sujeito da classificação ou a do observador externo (OSORIO, 2004, p. 96).

Concordamos com Osorio (2004) quando ele explicita o caráter subjetivo de ambos os métodos de identificação. Porém, entendemos que o autor não explicita o fato

⁴⁸ Para análise destas amostragens, ver as seguintes obras: SILVA, N. V. Morenidade: modo de usar. **Estudos Afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, n.º. 30, p. 79-95, dez. 1995. SCHWARTZMAN, S. Fora do Foco: Diversidade e Identidades Étnicas no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, n.º. 55, p. 83-96, nov. 1999.

⁴⁹ A heteroclassificação foi realizada antes do início da entrevista: o entrevistador deveria anotar a cor — dentre categorias preestabelecidas — do entrevistado.

de que a não-distinção entre estes métodos tem impedido a percepção do caráter relacional e ambíguo que envolve o processo de negociação da classificação.

A partir das conclusões de Silva (1994) de que, no Brasil, a identidade racial é estabelecida de acordo com um cálculo social, e que “não só o dinheiro embranquece, como, inversamente, a pobreza também escurece”, temos a seguinte conclusão: é imprescindível reconhecer que a relação entre hetero e autotransclassificação é que fornece um quadro profícuo para analisar a construção das identidades no país. Isto aponta para a necessidade de adotar este tipo de procedimento (relação entre hetero e autotransclassificação) para o recenseamento nacional e as PNAD's. A adoção simultânea e explícita de ambos os métodos de identificação permitiria a emergência de um conjunto de referências sobre as ambigüidades, contradições e hesitações que acompanharam esta definição relacional, ao ser captada pelo censo. Asseguraria, também, um caminho para dialogar com o imaginário social brasileiro, compreendendo melhor a plasticidade que envolve o processo de classificação.

Para apreender as reais condições de integração dos diferentes grupos sociais na sociedade brasileira, é necessário realizar algumas observações sobre as idéias suscitadas pelas categorias que compuseram e compõem o sistema classificatório racial oficial. No que se refere às categorias censitárias de 1872 a 2000, podemos perceber a permanência de um padrão na classificação: o discurso da cor, a leitura racial e étnica da população brasileira só é possível de ser realizada sem rupturas a partir da manipulação deste conceito. A linguagem da cor consolidou a representação da sociedade brasileira como uma nação arco-íris, inclusiva por definição. A referência a uma identidade nacional centrada no conceito de cor permitiu mobilizar — de acordo com os contextos — a ambigüidade das representações dos grupos raciais e étnicos não-brancos, ao

mesmo tempo em que assegurou sua incorporação como parte do modelo de mestiço nacional.

Ao falarmos nas categorias “branco”, “preto”, “pardo”, “amarelo” e “indígena”, estamos trabalhando com um referencial eclético. O termo branco – como já foi apontado – apresentou um sentido racial e étnico reconhecido na linguagem do senso comum e na científica. Apesar de remeter-se à cor, simbolizou (e continua simbolizando), dentro de uma concepção alargada de representação social, o belo, o bom, a luz, a paz, a higiene etc. Imagens, todas elas, incorporadas e reproduzidas no e pelo imaginário social. Para compreendermos o alcance desta representação devemos lembrar que

[...] A associação da cor preta com maldade e feiura, e da cor branca com bondade e beleza remonta à tradição bíblica, resultando daí que o simbolismo do branco e do preto constitui parte intrincada da cultura européia, permanecendo no folclore e em seu patrimônio literário e artístico (BROOKSHAW, 1983, p. 12).

As três cores não-brancas — preto, pardo e amarelo — são definidas contrastivamente (em graus de posituação e negatuação relativas e não-excludentes) aos significados representados pela cor branca. Diferentemente da categoria “branco”, cuja característica foi sempre um discurso unívoco, as categorias não-brancas tornaram-se discursos ambíguos: negativas ao assegurar o reconhecimento racial e étnico como grupo específico, e positivas quando incorporadas na construção da nação. Para exemplificar esta questão, consideremos a categoria “preto”. Esta, ao ser lida como “negro” permite, de um lado, suscitar uma imagem de violência, de separatismo etc., ao valorizar a particularidade étnica e racial. De outro, suscita uma representação de passividade, de integração etc., ao mobilizar a idéia de pertencimento ao projeto nacional.

A categoria “amarelo”, que se fez presente nos jornais e nos discursos políticos no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, quando o assunto em pauta foi a imigração, referiu-se particularmente a um grupo étnico e racial heterogêneo: os asiáticos orientais. Este grupo foi relacionado com as populações indígenas de forma discursiva, o que lhe forneceu também uma representação ambígua na sociedade brasileira. A partir de 1920, a imigração asiática⁵⁰ se intensificou no país, e a categoria para classificar esta população — “amarelo” — foi inserida na década de 1940, como uma forma de reconhecer sua presença e de integrá-la no padrão de harmonia da nação arco-íris. Já o termo “pardo”, categoria ambígua por excelência, forneceu a possibilidade de se aproximar simbolicamente do grupo considerado superior (o branco), negando o componente inferior (não-branco) de sua mistura.

No discurso da cor, o pardo, diferente do termo mestiço, não suscitou a discussão sobre pureza, mas permitiu mobilizar a noção de mestiço superior através da identificação com o componente branco. É interessante a observação de Ianni (1988) sobre esta categoria. O termo pardo, assim como o negro, foram ressignificados dentro do contexto brasileiro de desestruturação do sistema escravocrata:

[...] Os estereótipos, o código de etiquetas etc; que o mundo escravocrata elaborou, passam a fazer parte do próprio pardo da mesma forma que a sociedade que produziu o escravo vai gerar o negro (IANNI, 1988, p. 197).

Tanto a categoria “mestiço”⁵¹ quanto a categoria “caboclo”, presentes no censo de 1890, referem-se diretamente a descendência racial e étnica, a primeira enfatizando a relação entre brancos e negros, a segunda entre indígenas e brancos. Sabe-se que tais

⁵⁰ Para a Tabela sobre Imigração, ver p. 26 na obra: LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2001.

⁵¹ Para uma análise detalhada da origem terminológica de algumas categorias como “mestiço”, “caboclo”, “pardo”, etc., ver: PETRUCCELLI, J. L. **A cor denominada: um estudo do suplemento da Pesquisa Mensal de Emprego de julho de 1998**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

categorias não retornam no censo de 1940⁵². As categorias oficiais — dentro de um sistema moderno de classificação — são, retoricamente, apenas cores, até 1990.

Na década de 1990, a categoria “indígena” é inserida no sistema classificatório oficial. Sua particularidade encontra-se no fato de não deixar dúvidas a respeito do reconhecimento étnico e racial que simboliza. A representação no imaginário social continua sendo ambígua, mas tal característica não é mobilizada pelo discurso da cor, como ocorre nas outras categorias. No entanto, poderíamos supor que este reconhecimento da especificidade é possibilitado porque não é visto como uma ameaça ao modelo de nação brasileira. Ou seja, trata-se de um grupo minoritário no sentido político e numérico, o qual contou com um movimento organizado (indigenista) a partir da década de 1960. Tal movimento auxiliou de forma política e conceitual no processo de luta simbólica e ideológica para legitimar a introdução desta categoria no sistema classificatório oficial. Devemos ressaltar que este processo levou cerca de trinta (30) anos para promover uma mudança no quadro das categorias do Instituto.

Não se instituiu, no IBGE, o reconhecimento no sistema classificatório, sem o recurso do discurso da cor, de outros grupos também minoritários no Brasil — como os asiáticos, os árabes, etc. Este fato não se deu porque eles ainda são considerados simbolicamente pela sociedade brasileira como estrangeiros, diferentemente dos indígenas que são nativos da terra e, portanto, nacionais.

⁵² Mesmo não se encontrando presentes no censo, fazem parte de uma seção particular da **Revista de Geografia: Tipos e Aspectos do Brasil**. Ver em detalhes no **subcapítulo II** do **capítulo III**.

Subcapítulo III

Miscigenação e mestiçagem: consolidando o modelo ambíguo de nacional

Os discursos sobre saúde e educação tiveram um papel muito importante ao deslocar a temática racial das páginas dos jornais no começo do século XX:

[...] o problema racial [deixou] de constituir uma questão pública e veiculada explicitamente, transformando-se, ao invés disso, numa série de imagens dispersas, interiores e por isso mesmo ainda, e até hoje, muitas vezes consensualmente aceitas (SCHWARCZ, 2001, p. 255).

Estes discursos permitiram abordar a questão racial e étnica de forma indireta: o doente e o ignorante eram identificados socialmente a partir de seus atributos físicos e culturais.

O silêncio da classificação sobre o quesito cor (a ausência do quesito nos censos de 1900 e 1920) e a efetivação da ambigüidade de representações sobre os não-brancos nacionais (o discurso da cor envolvendo negros, indígenas e mestiços) tornaram-se compreensíveis e funcionais a partir do deslocamento da temática racial. Um dos resultados deste processo foi a permanência da negociação das diversas identidades na esfera privada. Nesta esfera, mobilizaram-se diferentes discursos dentro do padrão ambíguo das representações no imaginário social, ao passo que, na esfera pública, expressaram-se as discussões em torno do modelo nacional e do papel do imigrante neste modelo, sem adentrar ou explicitar as disputas que envolviam as categorias do sistema classificatório racial oficial. Apesar da classificação extra-oficial ocorrer no cotidiano dos contatos entre os diferentes grupos sociais, as elites intelectuais

encontravam-se hesitantes em instituir a classificação oficial porque isto implicava em assumir uma determinada caracterização do povo e da nação.

No universo simbólico das primeiras décadas do século XX, construiu-se a figura do mestiço como modelo nacional de brasileiro. Esta construção foi reiterada nas décadas seguintes sem equacionar o tipo de mestiçagem. De forma geral, existiam duas propostas⁵³: a primeira vinculava a concepção de mestiçagem ao conceito de raça e propunha a eugenia como solução para os problemas que envolviam o modelo nacional. Nesta interpretação, o sentido da mestiçagem encontrava-se próximo ao da miscigenação. A segunda proposta relacionava a mestiçagem aos conceitos de cultura e etnia e propunha a higiene e a educação como alternativas aos referidos problemas. Tal configuração evidencia um quadro diante do qual era extremamente difícil estabelecer o consenso sobre as categorias do sistema classificatório racial. Afinal, como classificar o que ainda se encontrava em formação?

O quesito cor, ao permitir o diálogo com a questão da identidade nacional, suscitando a mobilização de outros tipos de identidade, só pôde retornar ao censo na década de 1940, período em que o mito da mestiçagem — unidade na diversidade com ambigüidade — estava enraizado na mentalidade popular. A opção pela cor como linguagem oficial deste sistema evidenciou seu papel retórico de atualização de antigas concepções sobre raça diante do desafio imposto pelas discussões sobre cultura e etnia no país.

Ao falarmos da ambigüidade de representações, é fundamental que entendamos a sutileza que o discurso da cor permitiu: as representações sobre brancos e não-brancos no país assumiram uma dinâmica distinta nas primeiras décadas do século XX. A ambigüidade permaneceu, mas foi requalificada ao referir-se ao nacional e ao

⁵³ Tais propostas fizeram-se presentes na interpretação dos artigos sobre imigração e colonização das **Revista de Geografia** e da **Revista de Estatística** do IBGE, nas décadas de 1930, 1940 e 1950.

estrangeiro. Este último foi adjetivado com as categorias “desejável” e “indesejável”, as quais consistiram em uma outra maneira de se remeter às teorias raciais sem mobilizar o conceito de raça. Tornou-se possível discorrer sobre a inferioridade racial e cultural dos grupos não-brancos apenas qualificando-os de nacional ou estrangeiro. Em diferentes momentos, nos artigos das revistas de Geografia e de Estatística do IBGE, os japoneses são chamados de “grupos alienígenas” em contraposição aos brasileiros (nacionais). A referência à cor permitiu manipular as idéias sobre estes grupos, em uma dinâmica de aproximação e distanciamento de acordo com os interesses das elites intelectuais e políticas. Os grupos eram considerados assimiláveis ou inassimiláveis segundo o tipo de proposta de imigração defendida pelo artigo da revista. Caso o autor fosse defensor da imigração japonesa, procurava classificar esta população, destacando suas qualidades para o trabalho. Caso fosse opositor, buscava desqualificá-los salientando sua incapacidade de assimilação dos costumes, dos valores, da língua nacional e da dificuldade de miscigenação com o povo brasileiro, entre outros aspectos.

No discurso da cor, os não-brancos nacionais (negros, indígenas e mestiços em geral) tornaram-se, por uma questão estrutural, civilizáveis e assimiláveis à medida que foram incorporados como parte do projeto de nação miscigenada. O ideal branco não foi abandonado, mas retoricamente ressignificado a partir dos discursos científicos e políticos envolvendo o conceito de mestiçagem. Nestes discursos, assim como no senso comum, o mestiço funcionou como substrato da nação brasileira coesa e homogênea.

A linguagem multívoca da mestiçagem teve sua eficácia no plano retórico e político ao transformar o problema nacional — os grupos não-brancos — em parte da solução. A mestiçagem brasileira — mistura e não união — assegurou um padrão de nacionalidade cuja característica principal foi a idéia de continuidade na representação dos grupos não-brancos, através de um discurso que metamorfoseou o conflito em

hierarquia, e enfatizou o papel da ordem na construção da nação. Este papel poderia ser compreendido como a idéia de assegurar a imutabilidade do *status quo*, e ressaltar na noção de progresso a idéia de evolução com sentido único (MAIO & SANTOS, 1996).

O imigrante como componente importante do mestiço, ou seja, como parte da composição demográfica nacional tornou-se objeto de categorização, desde o final do século XIX. No entanto, foram os imigrantes que não serviram ao modelo de mestiço brasileiro que impuseram o debate sobre os limites da nacionalidade. De acordo com Lesser estes imigrantes eram os “não-brancos e não-pretos”:

[...] Os imigrantes desafiavam os conceitos simplistas de raça, acrescentando à mistura um elemento novo: a etnicidade. [...] Entretanto, foram os 400 mil asiáticos, árabes e judeus, considerados não-brancos e não-pretos, que mais puseram em xeque as idéias da elite sobre a identidade nacional [...] (LESSER, 2001, p. 25).

O debate a respeito da imigração não compulsória — ao inserir o elemento de etnicidade no discurso racial — acentuou a ambigüidade discursiva sobre as representações dos não-brancos nacionais e dos não-brancos estrangeiros⁵⁴. No entanto, é interessante constatar que o reconhecimento da etnicidade dos grupos não-brancos estrangeiros figurava como uma ameaça ao projeto brasileiro de nação, ao mesmo tempo em que consolidava a diferença entre os de dentro e os de fora. Dentre os imigrantes não-brancos (os chineses, os japoneses, os turcos, os árabes, os afro-americanos, etc.), destacaremos dois grupos para uma consideração mais detalhada: os japoneses (“não-brancos e não-pretos” estrangeiros) e os afro-americanos (não-brancos estrangeiros).

⁵⁴ No período de imigração compulsória — antes da Abolição — existia o sistema classificatório escravista, no qual os grupos não-brancos negros eram categorizados de acordo com os termos “africano” e “crioulo”. O primeiro para representar o negro estrangeiro, o segundo para representar o negro nacional. Este sistema classificatório ficou comprometido com a Abolição.

Na década de 1920, um grupo de afro-americanos, ou seja, de estadunidenses descendentes de africanos, tentou imigrar para o Brasil e foi objeto de discriminação. As autoridades brasileiras classificaram os afro-americanos como negros e impediram (diplomaticamente) sua vinda para o país. A categoria “negro” sintetizava, nos discursos destas autoridades, apenas uma conotação negativa. Esta última simbolizava seu reconhecimento étnico e racial. O discurso da cor, envolvendo as categorias “negro” e “preto”, foi o instrumento que permitiu relacionar os grupos descendentes de africanos estrangeiros aos descendentes de africanos nacionais, num processo que atualizou as representações ambíguas (negro/preto), ao mesmo tempo em que assegurou o distanciamento entre os de dentro (nacionais) e os de fora (estrangeiros). Enquanto tal discurso explorou, para os de dentro, a ambigüidade (negro/preto), para os de fora, essencializou a negatividade. A linguagem da cor permitiu que se reconhecesse a etnicidade como uma característica dos grupos estrangeiros, negando-a aos grupos nacionais. Para estes últimos, a categoria “preto” reforçou a imagem de grupos assimilados.

Com os imigrantes “não-brancos e não-pretos” (japoneses) ocorreu algo semelhante aos grupos afro-americanos. Através do discurso da cor, os japoneses foram reconhecidos como um perigo — qualificado, após a Segunda Guerra, como “perigo amarelo” — para a sociedade brasileira. E as imagens ambíguas dos grupos nacionais não-brancos indígenas tornaram-se vinculadas às suas imagens.

Segundo Lesser (2001), foi a partir da relação estabelecida, no nível discursivo, entre os indígenas e os asiáticos que se desenvolveu a defesa deste imigrante. Opositores e defensores da imigração asiática compartilhavam da mesma opinião, segundo a qual tratava-se de um grupo racial e culturalmente intermediário na escala evolutiva. No entanto, parte dos defensores acreditava que os asiáticos certamente

teriam o mesmo destino dos indígenas: o desaparecimento gradual. Esta tendência não parece ter sido confirmada pelas estatísticas ibgeanas de 1940 a 2000.

As categorias “preto” e “negro” veiculam idéias diferentes que são manipuladas como um todo coerente pela recorrência à linguagem da cor. Após estabelecer a dinâmica do processo que envolveu a discussão dos grupos não-brancos nacionais e estrangeiros, gostaríamos de deixar explícito nossa opção pela utilização da categoria “negro” para os grupos nacionais, ao invés de “preto”. Com isto, não estamos valorizando as representações negativas que foram vinculadas a tal categoria, e, sim, reconhecendo sua relevância analítica e política.

Poderíamos supor que foi através do discurso da cor que os grupos negros nacionais participaram da negociação da identidade nacional nas primeiras décadas do século XX. Estes grupos, os estrangeiros “não-brancos e não-pretos” (japoneses, chineses, judeus, sírios, etc.) e os estrangeiros brancos (alemães, italianos, etc.), tiveram suas organizações com fundamento étnico combatidas e destruídas pelo Governo Vargas. Os grupos negros e indígenas, diferentemente dos grupos japoneses, alemães, libaneses, etc., não tinham uma elite organizada com condições políticas e econômicas de impor algumas condições na negociação, dentre elas, a identidade hifenizada.

A destruição e desorganização das “instituições étnicas” de todos os grupos por parte do Governo, particularmente nas décadas de 1930, 1940 e 1950, não impediram que várias delas se reestruturassem. No caso das instituições dos “grupos estrangeiros”, desenvolveu-se uma nova estratégia junto à sociedade brasileira: afirmar sua brasilidade publicamente. As instituições dos grupos não-brancos nacionais (negros, indígenas e seus descendentes) encontraram grandes obstáculos ao tentar afirmar a etnicidade, pois esta foi apropriada pelos discursos dos movimentos culturais e políticos modernistas e transformada em símbolo nacional. Isto resultou na necessidade de se instituir

estratégias distintas de negociação junto ao Governo. Segundo Guimarães (2002), uma das estratégias, desenvolvida por parte dos grupos negros, foi o pacto simbólico e ético em torno da idéia de democracia racial como um valor a ser concretizado através de políticas trabalhistas, educacionais e culturais. Este pacto foi denominado “nacional-desenvolvimentista”.

A retórica da mestiçagem forneceu uma linguagem ambígua de inclusão e exclusão na nacionalidade: a *cor*. Podemos aventar que, no contexto da Escravatura, o discurso da cor foi monopolizado pelas elites brancas nacionais como uma forma de dificultar o desenvolvimento, por parte dos diferentes grupos sociais, de um tipo de solidariedade baseada em sentimentos de pertencimento racial e étnico, mas que, a partir da Abolição, passou a ser apropriado pelos sujeitos dos diferentes grupos, que viram nele uma estratégia para se integrarem na sociedade individualmente: caso dos sujeitos dos grupos não-brancos, particularmente mestiços e negros. Os grupos brancos, nacionais e estrangeiros, desfavorecidos social e economicamente, reconheceram neste discurso um instrumento para assegurar e reafirmar sua diferença em relação aos grupos não-brancos do mesmo nível sócio-econômico (IANNI, 1972).

No começo do século XX a classificação dos imigrantes sofreu um deslocamento a partir dos discursos sobre saúde e educação. As categorias “desejável”⁵⁵ e “indesejável” tornaram-se formas “sutis” de se trabalhar com idéias raciais etnicizadas. O imigrante desejável foi entendido como aquele que estava disposto a assumir a cidadania e a nacionalidade brasileira, isto é, desenvolver e consolidar um tipo de solidariedade baseada na identidade nacional mestiça. Já o imigrante indesejável era aquele que ameaçava cultural e racialmente esta idéia de Estado Nação, por não contribuir na formação do tipo nacional e se dispor a aceitar a cidadania brasileira, mas

⁵⁵ A categoria “desejável” pode sugerir a idéia de que tais imigrantes não seriam objeto de preconceito. Tal sugestão é válida apenas parcialmente, seja para os discursos oficiais, seja para as falas no cotidiano das relações sociais.

não a nação. De acordo com Chauí (2003), tal característica de aceitar a cidadania, mas não a nação, expressa-se no fato de desejar compartilhar dos mesmos direitos dos nacionais, porém manter uma identidade alicerçada no sentimento de pertença a seu país de origem. O Brasil já possuía um grande número de não-brancos que teve que ser incorporado ao nacional, outros não-brancos (afro-americanos) e “não-brancos e não-pretos” (japoneses, chineses, judeus, sírios etc.) poderiam causar um desequilíbrio social e demográfico⁵⁶.

Ao mesmo tempo em que os não-brancos e os “não-brancos e não-pretos” estrangeiros eram considerados uma ameaça, eles desempenharam dois papéis importantes: em primeiro lugar, permitiram que a ambigüidade como padrão das representações no imaginário social fosse mantida na medida em que não se referia de forma negativa aos nacionais, e sim aos outros (os estrangeiros). Além disso, também permitiram que o reconhecimento étnico fosse possível apenas para minorias — não no sentido político, mas em termos quantitativos no sistema classificatório oficial.

As categorias “desejável” (imigrante branco) e “indesejável” (imigrante não-branco e não-branco e não-preto) emergiram dos discursos científicos sobre higiene e eugenia num contexto de valorização do nacional como o produto da mestiçagem. O imigrante desejável — branco —, apesar de aceito por sua “reconhecida superioridade racial”, quando comparado ao mestiço, passou a ser questionado culturalmente. Nestas discussões, alguns grupos de imigrantes brancos (os alemães, por exemplo) tiveram ressaltada sua incapacidade de assimilação. Tais questões sugerem que a intelectualidade brasileira apresentava pleno discernimento das diferenças conceituais e políticas que envolviam mobilizar raça ou etnia para a classificação.

⁵⁶ Este tipo de desequilíbrio já existia, mesmo não havendo um recenseamento nacional que apresentasse este quesito para demonstrá-lo. É interessante considerar que, para demonstrar o oposto, ou seja, que o país estava se tornando branco, alguns levantamentos censitários — com o recorte “cor” — foram feitos por particulares. Sobre o censo de 1920, ver: RAMOS, A. **O negro brasileiro**. São Paulo: Cia Nacional, 1940.

Os grupos “não-brancos e não-pretos” acrescentaram outro elemento nestas discussões: a ressignificação da brancura (FONSECA, 1994). Este processo, nas primeiras décadas do século XX, fez-se perceber a partir de uma leitura étnica da brancura: etnicamente branco correspondia às identidades pré-imigratórias inofensivas; branco significava economicamente rico e produtivo — o status social como o aspecto mais relevante da brasilidade (LESSER, 2001). Entretanto, estas novas acepções não abalaram o alicerce racial da brancura.

As possibilidades discursivas para a construção da nação estavam delineadas pelas elites brasileiras desde a Independência: permitir a dialética das identidades particular e geral no processo de reconhecimento dos diferentes grupos sociais do país, fornecendo visibilidade pública à mesma, ou assegurar uma construção ideológica de cultura e identidade nacional cuja característica mais significativa fosse o caldeamento anulador das diferenças. Dentre tais possibilidades escolheram a segunda opção e implementaram a política de imigração, no final do século XIX. Foram os países europeus que forneceram o contingente humano — “superior” racial e etnicamente — que faltava para o projeto de Brasil Nação. A nação brasileira tornou-se, assim, emblemática.

A miscigenação foi debatida no aspecto racial pelos institutos, museus e faculdades de Direito e de Medicina, porém, popularizou-se ao ser abordada culturalmente. Tal popularização fez com que as produções literárias e científicas passassem a ter uma amplitude maior com o desenvolvimento e fortalecimento das editoras, sendo difundidas também através de palestras, conferências, encontros, etc., em diferentes instituições como o IBGE, Associação Brasileira de Educação, IHBG, dentre outras. Este processo iniciou-se nos primeiros anos do século XX, com as

campanhas cívicas de saúde e de educação⁵⁷, e se consolidou com os movimentos culturais no Sudeste e no Nordeste do país no decorrer da década de 1920.

No final do século XIX a população brasileira começou a ser objeto de uma intervenção pública na vida privada, a qual teve início nos centros urbanos. Tal intervenção deu-se a partir de campanhas de vacinação compulsória, reestruturação urbana, construção de meios de transportes, etc. No interior do país, semelhantes intervenções permaneceram ausentes. A idéia de um interior devastado por doenças e pela pobreza tornou-se uma evidência com as expedições científicas que se intensificaram no começo do século XX. O país que surgia destas expedições apresentava a maioria de sua população abandonada pelo poder público (DE LUCA, 1999).

Os protagonistas dos discursos científicos (em particular dos discursos médicos e educacionais) colocaram sobre si a responsabilidade de fornecer o diagnóstico⁵⁸ da nação: vazios demográficos, identidade nacional quase inexistente, desarticulação física e econômica das diferentes regiões, unidade nacional ameaçada. Estas interpretações sobre os problemas brasileiros suscitaram as discussões em torno do papel da História e da Geografia como instrumentos (pedagógicos, em sentido amplo) do Governo na construção da nação, e apontaram um caminho para se pensar uma saída para o povo brasileiro, o qual passava pela reelaboração da alternativa representada pela miscigenação: a mestiçagem. Esta última foi positivada com o instrumental científico fornecido pelos conceitos de cultura e eugenia. A partir desta transformação retórica, o problema do povo deixou de ser uma questão de constituição física, psicológica ou cultural — imposta pelo referencial racial — e se tornou uma questão de saúde e de educação. Iniciou-se, assim, a consolidação do processo de relativização da

⁵⁷ Semelhantes campanhas foram reavivadas a partir da década de 1930, como parte do projeto de organização nacional desenvolvido pelo Estado.

⁵⁸ Tal diagnóstico foi estabelecido nos primeiros anos do século XX e repetiu-se na década de 1930.

inferioridade do povo brasileiro. No entanto, a eugenia — que floresceu neste período como uma política pública e se fez presente até a Segunda Guerra — apresentava uma especificidade:

[...] Apesar de aparentemente estar afinada no mesmo diapasão do sanitarismo e da higiene, de fato a eugenia reintroduzia a noção de raça e de seres biologicamente superiores e inferiores. Essas concepções facilmente poderiam migrar do âmbito individual para o coletivo [...] (DE LUCA, 1999, p. 230).

A eugenia influenciou a reelaboração dos significados dos conceitos de raça, de cultura e de etnia nos debates sobre a imigração e seu papel para a mestiçagem. Através do discurso da cor, a eugenia assegurou a permanência do significado biológico de raça num contexto de reconhecimento e valorização dos conceitos de cultura e de etnia. Estes últimos tiveram seus significados nativos relacionados com os significados nativos de raça.

As teorias científicas tornaram-se acessíveis — para um público maior que as elites intelectuais — ao serem abordadas nos enredos dos ensaios⁵⁹, em particular ao longo dos séculos XIX e XX. Este tipo de obra passou a fornecer um material privilegiado para o entendimento de quais foram as imagens (re) produzidas e divulgadas para os públicos leitor e ouvinte e suas implicações sociais⁶⁰. Ao nos remetermos a este tipo de produção e a seu alcance social, entendemos que poderia ser mobilizado um conjunto considerável de obras e autores que dialogaram, direta ou

⁵⁹ Estamos classificando como “ensaios” um conjunto de obras cuja característica é o diálogo entre a Literatura e a Ciência. Dentre as obras, podemos destacar: CUNHA, E. **Os sertões**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. BEVILACQUA, C. **A filosofia positivista no Brasil**. Recife: Industrial, 1883. BONFIM, M. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: A Noite, [s.d.]. FREYRE, G. **O manifesto regionalista**. Recife: Região, 1926. RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1935, além de outras.

⁶⁰ Para entender o papel e a relevância dos ensaios na sociedade, faz-se necessário compreender a relação dialética entre texto e contexto. Ver: MELLO E SOUZA, A. C. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000. Para uma abordagem sobre cor e preconceito na literatura ver: QUEIROZ JR., T. **Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira**. São Paulo: Ática, 1982.

indiretamente, com a idéia de mestiçagem como elemento central no processo de construção do modelo nacional de brasileiro. Todavia, faz-se necessário, para satisfazer aos interesses da nossa pesquisa, realizar um recorte. Neste, a escolha do período buscou contemplar um momento no qual os ensaios tornaram-se parte de um empreendimento empresarial. Segundo De Luca (1999), tal período coloca em evidência o nome de Monteiro Lobato⁶¹ como modernizador da estrutura gráfica do país — no sentido da produção e da distribuição — assim como escritor.

A importância política e intelectual de Monteiro Lobato no pensamento social brasileiro foi-nos sugerida por De Luca (1999). Já a de Euclides da Cunha, a partir da leitura flutuante dos artigos das revistas de Geografia e de Estatística do IBGE. Devemos salientar que grande parte da influência de ambos os autores encontra-se relacionada às contribuições para o tema da mestiçagem. Este aspecto foi bem observado nas obras de Brookshaw (1983) e de De Luca (1999). E influenciou nosso recorte em torno das obras: **Urupês** e **Os Sertões**, de Lobato e de Cunha, respectivamente.

A popularidade de Lobato deu-se a partir da figura do Jeca Tatu que se consolidou na obra **Urupês**, em 1914. É interessante refletir sobre o significado da *mestiçagem* a partir deste personagem literário popular. O Jeca Tatu representou a figura do mestiço do interior, *degenerado* pelo *sangue* e pela *cultura*. Esta referência negativa sobre a mestiçagem, contrapôs o Jeca a outro homem do interior: o sertanejo. Nesse personagem, as idéias negativas sobre a miscigenação cederam lugar a uma

⁶¹ Para compreender o alcance da influência das obras de Lobato, junto ao público adulto e infantil brasileiro, sobre as representações do mestiço e do negro, ver: BROOKSHAW, D. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

representação ambígua que foi possibilitada pela idéia de “boa mestiçagem” presente na obra de Euclides da Cunha⁶².

As elites intelectuais, que ficaram à margem do poder na Primeira República, também desenvolveram discursos que confluíram para criar as possibilidades de povo brasileiro. Foram essas elites que relacionaram, discursivamente, o bandeirante paulista ao sertanejo euclidiano — resultado de boa mestiçagem. Esta construção mítica permitiu ao bandeirante ser generalizado para as várias regiões do país como modelo de uma elite mestiça brasileira que desbravou, ocupou e construiu a nação territorial e politicamente. Semelhante construção foi desenvolvida pelos institutos de História e Geografia, em particular pelo IHGB e IHGSP, e reforçada a partir do trabalho de difusão cultural realizado pelo IBGE⁶³.

Por volta de 1918 a frase de Lobato: “O Jeca não é assim, está assim”, foi significativa de um período de definição do padrão da mestiçagem brasileira, no qual a higiene, a eugenia e a educação permitiram relativizar o determinismo das teorias raciais, e a cor assegurou a continuidade do padrão ambíguo de representação. Ao tornar a figura do Jeca uma vítima da doença e propor sua recuperação como dever do Estado, Lobato criou uma identificação entre o Jeca e a maioria da população brasileira, sugerindo que ambos eram capazes de ser recuperados através das políticas públicas de saúde e de educação.

Foi a linguagem da mestiçagem que vinculou os personagens Jeca, Sertanejo e Bandeirante. A fluidez desta linguagem expressou-se no discurso da cor. Este discurso permitiu mobilizar a idéia do *continuum* entre o branco e o preto como a característica que (in) definiu o mestiço, símbolo do brasileiro.

⁶² A obra de referência é: CUNHA, E. **Os sertões**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Já a discussão sobre “boa mestiçagem” na obra de Euclides da Cunha encontra-se em BROOKSHAW (1983). Tanto na obra de Cunha quanto na de Lobato, os conceitos de miscigenação e mestiçagem são intercambiáveis.

⁶³ Ver em detalhes esta discussão no **subcapítulo II do capítulo III**.

Na presente pesquisa, partimos da idéia de que houve um deslocamento retórico das teorias raciais para o discurso da cor, o qual assegurou a culturalização da raça e a racialização da cultura. E que isto permitiu a consolidação de uma perspectiva retórica unívoca para a identidade nacional cujo alicerce foi o padrão de ambigüidade. Tanto a “positivação” quanto a “negativação” das imagens dos grupos sociais não-brancos tornou-se circunstancial e relativa, ou seja, diariamente negociável nas relações sociais, mas inquestionável como um valor nacional compartilhado.

O mestiço que emergiu da transformação do Jeca e da consolidação do bandeirante como herói nacional tornou-se, a partir da convergência dos discursos cívicos envolvendo temas como saúde, educação e trabalho, e das produções literárias e científicas que colaboraram direta ou indiretamente na construção e difusão de tais discursos, um modelo aceitável para representar o povo brasileiro. Em decorrência deste fato, o mestiço passou a ter condições substanciais de substituir o imigrante branco como modelo nacional de brasileiro.

As elites intelectuais e políticas (sejam do Império, sejam da Primeira ou da Segunda República) consolidaram e difundiram a idéia de que a mestiçagem era o aspecto diferenciador da nação, ou seja, era a própria condição da existência do povo brasileiro. O problema que encontramos ao falar destas elites é que, no Império, o conceito manipulado pelas mesmas não era o de mestiçagem, e sim o de miscigenação; sua ênfase teórica estava posta no termo “raça” e numa avaliação pessimista da mistura.

O deslocamento retórico do conceito de miscigenação (e da noção de raça) para o conceito de mestiçagem (e para a noção de cultura), iniciado pelas elites no Império, intensificou-se na Primeira República através do discurso da cor e da manipulação dos conceitos de higiene, de eugenia e de educação. Tal processo alcançou seu ápice na Segunda República, quando a mestiçagem se consolidou como linguagem múltívoca. A

política de branqueamento — que se iniciou no final do século XIX e continuou vigente ao longo do século XX — sugeriu que o ideal branco não seria abandonado, mas conformado a tal padrão de mestiçagem. Entretanto, este padrão continuou a incomodar as elites intelectuais e políticas, pois, no Brasil, a mestiçagem passou a consistir em um elemento amorfo.

Lippi Oliveira (1997), ao tratar da questão nacional na Primeira República, no Seminário de História Econômica e Social cujo tema foi “A Década de 1920 e as origens do Brasil moderno”, forneceu-nos um conjunto de reflexões que auxiliaram na construção de um quadro de referências sobre o período e suas implicações para as décadas posteriores. *Grosso modo*, a autora apontou a existência de três perspectivas nacionais distintas que refletiram diferentes modelos de identidade nacional. Uma delas era o ufanismo, no qual “[...] a nacionalidade é pensada não como resultado dos regimes políticos, mas sim como fruto das condições naturais da terra” (OLIVEIRA, 1997, p.187). Acrescenta-se a esta interpretação das qualidades da terra, os valores das raças originárias — dentre elas, o branco português. Com a consolidação da Primeira República e a instituição da “política de governadores”, o ufanismo é parcialmente abalado por algumas interpretações pessimistas sobre o Brasil. Estas recaíram sobre a reflexão a respeito da nacionalidade como resultado de regimes políticos.

No processo de reflexão sobre a nacionalidade, a partir do viés da avaliação do regime político, destacam-se as outras duas perspectivas nacionais: a americanista e a iberista. A primeira identificava a instituição da República com o rompimento com o legado português⁶⁴ — corporificado nos valores culturais, éticos e políticos do regime monárquico — e impunha a necessidade de reformar o Brasil cultural e institucionalmente, tendo como referência o mundo americano, mais precisamente, o

⁶⁴ A ruptura com o legado cultural português já havia se dado antes e após a independência do Brasil. Na época, buscava-se adotar o legado cultural francês. Ver FONSECA, D. J. (1994).

estadunidense. A segunda entendia que a “[...] nacionalidade simbolizava a defesa e a valorização do singular. Daí a repulsa em se tomar como modelo a sociedade americana, fruto da colonização inglesa e do protestantismo” (OLIVEIRA, 1997, p. 187).

De acordo com Oliveira (1997), ao lado dessas perspectivas nacionais, desenvolveram-se algumas modernistas. Tais perspectivas adquiriram significados distintos a partir da consideração sobre a relação parte (Brasil) e todo (demais nações). Seguindo este critério (relação parte e todo), Oliveira (1997) destacou a existência de três abordagens. A primeira, caracterizada pela expressão “a parte que pretende dispensar o todo”, apresentava um claro sentido ufanista ao identificar a alma brasileira com a vida do interior e as virtudes desta, na relação direta entre o homem e a natureza. Um exemplo deste tipo de abordagem foi o Movimento Verde-Amarelo. As outras duas abordagens: a “parte que pretende deglutir o todo” — que foi expressa pelo Movimento Antropofágico — e a “parte que pretende incorporar o todo”, via erudita que teve em Mário de Andrade um de seus expoentes⁶⁵, apresentaram uma valorização do nacional em sentido genérico na medida em que o relacionaram a uma interpretação sobre o moderno. Essas perspectivas impuseram a necessidade de equacionar a discussão herança ibérica *versus* modelo americano, nas diversas esferas da vida social brasileira.

Foi neste contexto que se inseriram parte das obras que trataram do tema da mestiçagem de forma propositiva, ou seja, que a consideraram uma chave explicativa para e uma particularidade da sociedade brasileira.

No decorrer das primeiras décadas do século XX, as versões — já citadas — sobre o nacional foram polarizadas por grupos políticos e intelectuais que, preocupados em fornecer diagnósticos e terapias para o país, colocaram-se como porta-vozes de uma

⁶⁵ Para uma reflexão sobre o sentido do moderno e do movimento modernista enfocando intelectuais e obras, ver (Principalmente **capítulo VII**): BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1997.

reivindicação genérica por modernização, cujo sentido também era difuso. Ao refletir sobre os intelectuais, a década de 1920 e o sentido dos termos moderno, modernista e modernização, Lahuerta (1997) proporciona-nos uma ponderação fundamental para compreendermos este processo de reivindicações e mudanças:

[...] a exigência de modernização que movimentara as energias da sociedade ao longo dos anos 20 não tinha um sentido muito definido. Pois se é verdadeiro que a intelectualidade passa a pensar o país, propondo reformas e a construção de uma nação moderna, há que se fazer a ressalva que tudo isso ocorre de maneira muito ambígua (LAHUERTA, 1997, p. 96).

Esta exigência de modernização, que apresenta na ambigüidade uma de suas principais características, continua nas décadas seguintes, mas com uma particularidade: passa a ser conduzida pelo Estado, o qual constrói a legitimidade de sua atuação a partir da incorporação de determinadas demandas da sociedade civil, e das preocupações das correntes opostas ao Governo, “[...] não apenas nas agendas do Estado, mas também em sua própria estrutura” (LAHUERTA, 1997, p. 103).

Diante de um contexto que aspirava à modernização, a perspectiva ufanista poderia, talvez, parecer anacrônica. Esta interpretação seria um equívoco, pois tal perspectiva era moderna. No entanto, cabe-nos entender em qual sentido. Foi a partir do tema nacional, ou melhor, da valorização do nacional, que o ufanismo se colocou como uma abordagem moderna e constante, nas análises sobre os problemas brasileiros.

O ufanismo marcará fortemente, mesmo que de forma indireta, as interpretações sobre o país nas décadas de 1910, 1920 (com os Movimentos Modernistas e as Campanhas cívicas pela educação e saúde) e nas primeiras décadas da Segunda República. O IBGE foi um dos *loci* de sua influência⁶⁶. Esta pode ser

⁶⁶ Ver detalhes sobre o ufanismo no contexto do IBGE no **subcapítulo II do capítulo III**.

percebida ao analisarmos o tratamento que o Instituto dispensou à Geografia. Com o IBGE, a abordagem geográfica foi revigorada para contribuir sistematicamente para um melhor e maior conhecimento sobre o território nacional. A valorização da natureza e sua relação com o homem possibilitaram uma nova crença no potencial do Brasil e do brasileiro. Diante deste quadro, torna-se aceitável que compartilhemos a idéia expressa por Oliveira (1997) sobre o papel do ufanismo no Brasil:

[...] O ufanismo em suas formas de ver e interpretar a nação deitou raízes na cultura brasileira e se fez presente em inúmeras construções simbólicas que pretenderam marcar a identidade nacional (OLIVEIRA, 1997, p. 188).

Dentre as várias construções simbólicas, podemos ressaltar a abordagem que valoriza e reconhece a herança ibérica e a que busca filiar-se à americana. Ambas irão confluír para fornecer como resultado uma idéia de moderno que se aproxima do nacional. Este considerado como diálogo do passado com o futuro, impondo como interpretação a idéia de que a modernização encontra-se inscrita no passado.

Para compreender melhor esta idéia, torna-se relevante acompanhar algumas das ponderações realizadas por Reis Filho (1997) ao analisar o tema: “A Década de 1920 e as origens do Brasil moderno”. De acordo com o autor, as estratégias de desenvolvimento que emergiram da organização do território nacional de meados do século XIX, e se fizeram presentes nas primeiras décadas do XX, funcionaram como produto a um só tempo da técnica, da política e da cultura. E, neste sentido, forneceram uma concepção de moderno, cuja particularidade foi a valorização do nacional. Segundo Reis Filho (1997),

[...] não se estabelecia uma oposição cultural entre modernidade e tradição. A modernização era vista como uma vocação, como um destino já traçado no passado, com a continuidade necessária em uma

série de eventos de sentido semelhante. Dessa forma, o universal se ligava diretamente ao regional (REIS FILHO, 1997, p. 155).

Outro caminho para compreender tais interpretações sobre a confluência do moderno e do nacional é problematizarmos o papel dos discursos educacionais como discursos cívicos em sentido amplo. No artigo de Carvalho (1997), refletindo sobre a década de 1920 e a idéia de Brasil moderno, encontramos uma referência profícua. Carvalho (1997), ao analisar o papel da educação a partir dos discursos cívicos, em particular os produzidos pela Associação Brasileira de Educação (ABE) nos anos de 1920, compreende que a “[...] questão educacional recobria uma gama variada de questões não-qualificáveis como questões pedagógicas no sentido estrito do termo” (CARVALHO, 1997, p. 118). Nesta perspectiva, a autora ressalta o papel retórico do discurso educacional da ABE, o qual, ao avançar por oposições (isto é, trabalhando com termos como desânimo, pessimismo, utilitarismo, descrença, etc., que dramatizam o mal que devia ser combatido), contribuiu para amalgamar, no movimento, ideologias conflitantes. “[...] Resíduos de positivismo e organicismo congraçavam-se aí com o catolicismo que ganhava força entre os intelectuais” (CARVALHO, 1997, p. 122)⁶⁷.

A análise da autora deve ser expandida para o discurso educacional e cívico em sentido irrestrito. Pois, como ela própria salienta, existe uma deficiência por parte da historiografia educacional, a qual se expressa, de um lado, pela dissociação entre os discursos realizados por diferentes organizações nacionais do período, e, de outro lado, pela subestimação dos mesmos para o estabelecimento de práticas consensuais para além do espaço destas instituições. Algo comum a estas organizações é a defesa implícita e, às vezes, explícita de uma solução autoritária para os problemas brasileiros.

⁶⁷ Estas idéias foram sugeridas a partir do material das revistas, em particular, da **Revista de Geografia**.

Um dos frutos deste processo foi a construção simbólica de vínculos entre os discursos higiênicos, eugenistas e educacionais. Neste contexto, entende-se o porquê da instituição do padrão de ambigüidade ser a condição e a característica da construção da nação brasileira.

[...] a metáfora sanitária [se torna um] recurso retórico de grande eficiência sensibilizadora: a imagem negativa e um tanto abstrata da ausência de educação é substituída, com vantagem, pela imagem concretizante da doença que induz a imaginação do ouvinte a visualizar, no horror análogo do câncer ou da degenerescência física, os malefícios da situação educacional do país (CARVALHO, 1997, p. 124).

A referência à doença, nos discursos cívicos em geral, convertia as questões de constituição do povo e da nação, assim como outras discussões sociais e políticas, em questões de higiene e de eugenia.

A partir destas considerações podemos compreender qual o tipo de relação que se estabeleceu entre o passado e o futuro: não se tratava apenas de rupturas, e sim de rupturas e continuidades. Eis o projeto modernista brasileiro que irá se consolidar sobre a égide do Estado Novo: o moderno enquanto um todo eclético, e mais, como sinônimo de nacional. As críticas formuladas contra a relação entre moderno e nacional serão forjadas a partir das organizações da sociedade civil e terão respaldo e apoio nos quadros de algumas universidades, particularmente nos da Universidade de São Paulo. Tais críticas serão sentidas, de forma difusa, a partir da década de 1940, em especial como resultado de estratégias culturais para se desvincular do sentido autoritário que marcou este processo. Deste modo, podemos afirmar que a interpretação sobre o moderno como sinônimo de nacional far-se-á presente ao longo do período abarcado por nossa pesquisa.

A diferença de postura nos discursos das elites intelectuais e políticas foi o tom regionalista da nordestina, o tom importador da carioca, e o tom moderno da paulista. Esta última, ao impor seu modelo de modernização como um exemplo a ser seguido pelo país, forneceu uma interpretação sobre o próprio significado da modernidade: a aparência de síntese e a essência eclética. Tal interpretação foi imposta — para usarmos uma expressão de De Luca (1999) — como um diagnóstico para a (N)ação, a partir da necessidade de equacionar a relação passado, presente e futuro, fornecendo uma noção de organização institucional do país e uma caracterização do povo brasileiro.

As várias e diferentes propostas pedagógicas voltadas para a educação e para a saúde buscaram construir um tipo de indivíduo que fosse crente e desejoso da ação intervencionista do Governo para construir o Brasil e o brasileiro. Ou seja, um indivíduo que legitimasse uma postura autoritária, mesmo que provisória, como necessária para solucionar os problemas do país. Tais propostas encontraram respaldo científico e político no IBGE, um dos principais institutos do país, a partir da década de 1930.

CAPÍTULO III

PENSAMENTO IDENTITÁRIO IBGEANO:

A NAÇÃO ARCO-ÍRIS, UMA INTERPRETAÇÃO

Este capítulo procura apresentar a história institucional do IBGE e expôr quais foram os caminhos sugeridos por suas revistas (**Revista Brasileira de Estatística**⁶⁸ e **Revista Brasileira de Geografia**) para que compreendêssemos a construção e consolidação do referencial teórico do quesito raça/cor no período de 1936 a 1960.

As revistas, ao passo que proporcionaram um quadro de referências para a organização institucional do país, desenvolveram um perfil identitário para o mesmo e para o IBGE. Os diferentes quesitos elaborados pelo Instituto, para explicar a realidade brasileira e propor alternativas aos seus problemas, expressaram o resultado deste processo. Visando uma melhor apresentação do capítulo, o mesmo será dividido em dois subcapítulos.

Abordaremos de forma parcial, no subcapítulo I, a história do IBGE, enfocando o papel desempenhado pela Geografia e pela Estatística no processo de construção de um órgão moderno no período de centralização política. Apontaremos algumas teorias e intelectuais que influenciaram direta ou indiretamente a institucionalização do sistema classificatório racial do IBGE, e suas implicações para a idéia de “Brasil Nação”. Tentaremos, a partir disto, entender como o Instituto articulou, em seu referencial teórico, a relação entre a tradição e a modernidade, e qual o papel desempenhado pelo termo cor neste processo.

No subcapítulo II, procuraremos fornecer um panorama geral do material selecionado. Trata-se de um texto com abordagem descritivo-interpretativa para permitir

⁶⁸ Esta revista incorporou a **Revista de Economia e Estatística** a partir de 1940.

que o leitor conheça as unidades de contexto. No decorrer do subcapítulo, apresentaremos como foi realizada a seleção dos artigos e sua relevância qualitativa para os objetivos da pesquisa. Enfocaremos cada seção das revistas e sua respectiva contribuição para a interpretação do referencial teórico e para a compreensão das preocupações políticas presentes no IBGE. Buscaremos demonstrar, de forma parcial, como a organização das seções e sua relação com os artigos avulsos propiciaram a noção das revistas como um todo ambíguo (que nega a existência da contradição).

Subcapítulo I

IBGE: institucionalizando a classificação extra-oficial (1936 – 1960)

A preocupação com a conquista e manutenção do território está posta como uma particularidade da herança ibérica no Brasil, e se fez sentir, particularmente, no contexto internacional de acirramento das disputas pela posse de territórios coloniais no final do século XIX. O pensamento identitário brasileiro, que, desde a Independência, passou a identificar nação e espaço, ofereceu uma idéia de grandeza e riqueza que pôde ser simbolicamente apropriada pela História do país (DE LUCA, 1999).

A abordagem geográfica ao fornecer uma percepção positiva do Brasil impôs também um desafio: resolver a questão diversidade *versus* unidade na construção política e social da nação, já que este dilema estava presente no próprio processo de integração territorial. Se a importância deste tipo de abordagem tornou-se um fato para o projeto brasileiro de nação, o reconhecimento da Geografia como um campo autônomo do conhecimento e sua relação com a Estatística foram objetos de críticas nas décadas iniciais do século XX.

No Brasil, a presença de um pensamento geográfico sistemático deu-se somente a partir da criação do Conselho Nacional de Geografia em 1937. Seguindo uma tendência semelhante a do século XIX, o Conselho resultou de duas correntes de iniciativas: uma voltada para o exterior, outra para o interior. A primeira marcada pelas tentativas de adesão efetiva à União Geográfica Internacional — junto à qual o país vinha desenvolvendo uma renovação da própria idéia de Geografia —, a segunda pela criação em 1934 das primeiras cátedras de Geografia nas faculdades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na década de 1930, o Estado avaliava que era necessário

[...] um padrão mais racionalizado de informações relativas ao quadro territorial brasileiro em seus aspectos físicos, político-administrativos, cartográficos e agrários, com vistas a fornecer subsídios tanto para os programas político-econômicos do governo quanto para os programas especiais de cada Ministério (PENHA, 1993, p. 74).

Tão importante quanto produzir as estatísticas era difundi-las interna e externamente. Em virtude disto, ainda no século XIX, José Cândido Gomes expôs as primeiras idéias para a organização de uma publicação que apresentasse um quadro sintético dos resultados estatísticos do país. Inspirado nas experiências elaboradas na França e na Bélgica, Gomes propôs a organização da Estatística Geral em dois conjuntos: População e Território, além de alguns quadros especiais. Contudo, somente parte de suas idéias foi viabilizada com a criação da Diretoria Geral de Estatística (DGE) em 1871. O estabelecimento de uma estatística no nível nacional ficou apenas como projeto, pois faltava, dentre outros recursos, pessoal qualificado.

A criação da DGE assegurou a realização do primeiro recenseamento geral em 1872; após este trabalho, a diretoria foi desestruturada. Bulhões de Carvalho revitalizou-a a partir do Decreto n.º 6628 de 5 setembro de 1907⁶⁹, e criou o Conselho Superior de Estatística (CSE), que foi o primeiro passo para o desenvolvimento do Sistema Estatístico Nacional (SEN). O CSE, apesar de ser consultivo, era um órgão central que visava coordenar e uniformizar os trabalhos realizados pelas diferentes instituições estatísticas públicas e privadas. Deste modo, Bulhões havia criado um órgão que, respeitando os princípios constitucionais (que asseguravam autonomia na produção das estatísticas municipais, estaduais e federais), permitia iniciar um sistema estatístico integrado. No entanto, sua consolidação só ocorreu de fato com a construção do Conselho Nacional de Estatística — CNE (1936) — e do IBGE (1938). Um dos nomes

⁶⁹ Para um estudo aprofundado da história da criação das organizações que foram as bases do IBGE, ver: MENDONÇA, Y. B. **Roteiro para uma monografia sobre a história do IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

vinculados ao legado de Bulhões de Carvalho foi Mário Augusto T. de Freitas. Ambos compreendiam a necessidade de haver uma cooperação administrativa das três esferas governamentais para a realização das estatísticas nacionais, e trabalharam neste propósito. Bulhões de Carvalho foi reconhecido na década de 1930 como o “Fundador da Estatística Geral Brasileira”, ao passo que Teixeira de Freitas teve seu nome relacionado diretamente a criação e a história do IBGE:

[...] Consolidando vários movimentos nacionais, com vistas à instalação de um órgão central de estatística e em consonância com o momento nacional que preconiza o maior e melhor conhecimento do território brasileiro — objetivo de unificação do governo Vargas — é criado, pelo Decreto n.º. 24609, de 6 de julho de 1934, o Instituto Nacional de Estatística — INE — célula inicial do IBGE de hoje (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — Resenha histórica, 1992, p. 16).

O IBGE foi o produto da integração dos Institutos Nacionais de Estatística e de Geografia em 1938 — para usar uma expressão que é parte do tema do trabalho de Penha (1993) — no contexto da centralização política do Estado Novo. No entanto, após realizar o primeiro grande recenseamento do século XX — o de 1940 — e organizar algumas publicações importantes, o IBGE entra em crise⁷⁰ na década de 1950: as práticas estatísticas e geográficas tornaram-se objeto de questionamento em âmbito interno e externo à instituição. É interessante considerar a observação de Penha:

[...] as práticas geográficas do IBGE ao longo dos anos 30 e 40, formaram um conjunto de influências no qual se misturou o saber geográfico brasileiro tradicional com orientações estrangeiras oriundas das escolas alemã, francesa e norte-americana de Geografia (PENHA, 1993, p. 87).

⁷⁰ Para um estudo detalhado sobre a crise do IBGE na década de 1950, ver: CÂMARA, L. **Exame crítico da Estatística Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, CNE, 1951 (mimeo); LOPES, W. **A Crise do IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

Um claro exemplo disso encontrou-se no pensamento de Teixeira de Freitas, para o qual confluíram uma leitura de Ratzel — da escola alemã — sobre os fatores geográficos na formulação da política do Estado, com a de Alberto Torres sobre a “organização nacional”. Numa perspectiva geopolítica,

[...] A idéia da organização política da sociedade em função do binômio território-população, tal como formulada por Teixeira de Freitas, ganhou desdobramentos posteriores, expressos pelo desenvolvimento da teoria do Poder Nacional, elaborada no âmbito da Escola Superior da Guerra, ao longo das décadas de 50 e 60 (PENHA, 1993, p. 119).

A crise do IBGE resultou das análises das práticas estatísticas. O trabalho que desencadeou este processo foi escrito pelo estatístico Lourival Câmara em 1951, em resposta a uma solicitação da direção do IBGE. Câmara, após analisar as práticas realizadas pelo CNE de 1936 a 1951, afirmou que as estatísticas básicas eram insuficientes e de má qualidade, e que foram negligenciadas para satisfazer um número excessivo de estatísticas secundárias, como levantamentos minuciosos sobre bosques e parques públicos, etc. Outros problemas diagnosticados foram o atraso na publicação dos resultados, o alto valor e a duvidosa precisão dos levantamentos. Segundo Câmara, este quadro era agravado por um número abundante de inquéritos sobre fenômenos pouco variáveis e pela insuficiente formação profissional.

O Presidente do IBGE, o General Polli Coelho, requisitou o referido estudo e apoiou-se nas questões suscitadas pelo mesmo para justificar o seu posicionamento desfavorável aos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto, assim como a sua própria estruturação⁷¹. Entretanto, com esta atitude, o General parecia estar mais preocupado em

⁷¹ O General Polli Coelho tornou público seus pontos de vista no folheto “A questão do Conselho Nacional de Estatística” (1952), mas também em cartas e entrevistas a órgãos da imprensa, como o **Jornal Correio da Manhã**. Ver referência completa em LOPES, W. **A crise do IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

polemizar com Teixeira de Freitas — o criador da instituição — do que de fato em contribuir para uma possível reestruturação do IBGE. Independentemente do seu real interesse, a repercussão interna e externa teve proporções consideráveis. Internamente, o corpo administrativo repudiou a atitude de Polli Coelho, e redigiu inúmeras cartas de apoio a Freitas. Elaborou-se, assim, um movimento em defesa do IBGE, o qual culminou com a elaboração de dois documentos: um escrito por Teixeira de Freitas e outro por Waldemar Lopes. Tais documentos contrapuseram o trabalho realizado por Câmara e, particularmente, as opiniões expressas pelo General.

Teixeira de Freitas redigiu “Em defesa das Estatísticas Brasileiras”. Neste documento, procurou demonstrar os avanços das estatísticas desde a criação do IBGE, porém reconheceu as dificuldades para alcançar os objetivos iniciais propostos. Já Waldemar Lopes — que pediu demissão do cargo de Secretário Geral do CNE — escreveu o documento intitulado “A crise do IBGE”. Ao refutar as críticas feitas por Polli Coelho, fez saber os elogios que o modelo sistêmico brasileiro recebeu, inclusive, do Presidente do Instituto Internacional de Estatística, o senhor Stuart Rice. De acordo com este último:

[...] a experiência estatística brasileira pode oferecer contribuições de real valor ao desenvolvimento da estatística internacional, tanto nos limites do Hemisfério Ocidental como no próprio campo mundial (LOPES, 1952, p. 127).

Entretanto, faz-se necessário considerar o resultado deste processo no nível interno:

[...] O balanço final da crise trouxe duas conseqüências: a criação da Comissão Técnica de Revisão das Campanhas Estatísticas – CTRACE –, com função básica de avaliar o elenco de levantamentos das campanhas, ajustando-os à nova realidade brasileira, e a criação da Escola Brasileira de Estatística, [...], idealizada como formadora de

pessoal qualificado (sólida formação matemática e estatística) para assumir posições técnicas e administrativas nos serviços estatísticos brasileiros. Reforçaram essas iniciativas movimentos de organismos internacionais que visavam à padronização das estatísticas das Américas (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, Resenha Histórica, 1992, p. 26).

Nas décadas de 1950 e 1960, desenvolveu-se a teoria do Poder Nacional, elaborada no âmbito da Escola Superior da Guerra e difundida no e pelo IBGE através dos congressos, palestras que o mesmo fornecia à Escola e para as demais instituições de pesquisa e de ensino do país. As relações entre o IBGE e a Escola Superior da Guerra tornam-se significativas ao considerarmos que, indiretamente, a teoria do Poder Nacional contribuiu para o fortalecimento do IBGE como órgão central da produção de estatística, e serviu como justificativa teórica e política para a ampliação da participação das forças armadas na vida nacional brasileira.

Em 1967, o IBGE tornou-se uma Fundação. Neste contexto, as estatísticas primárias e as derivadas passaram a contar com recursos estáveis para sua efetivação, assim como com a utilização de novas tecnologias de levantamento e de apuração dos dados. Isto resultou em transformações estruturais para a instituição. No entanto, faz-se necessário considerar que, mesmo tornando-se uma fundação, as idéias da Escola Superior de Guerra continuaram influenciando-na na década de 1970. De acordo com uma lei sancionada pelo Presidente da República em 1973, ficou estabelecido que o objetivo básico do IBGE era:

[...] assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, especialmente ao planejamento econômico e social à Segurança Nacional [...] (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, Resenha Histórica, 1992, p. 32).

A partir da apresentação do Anuário de 1977, expressou-se claramente um deslocamento no interesse da produção estatística do Estado para a sociedade:

[...] Pela primeira vez evidencia-se a definição das informações segundo as necessidades dos usuários, modernizando-se dessa forma a concepção adotada até aquele momento, que era a produção de estatísticas de interesse do Estado. A influência e interação com a comunidade científica é intensa e vários assuntos são introduzidos, visando ao maior estudo das condições econômicas e sociais da sociedade [...] (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, Resenha Histórica, 1992, p. 36).

Na década de 1980, consolidou-se a preocupação do IBGE “[...] em reafirmar “o propósito de abrir a Casa ao usuário, para que não só o Governo Federal, mas toda a sociedade [pudesse] influenciar sua atividade-fim”” (ANUÁRIO DE ESTATÍSTICA DO BRASIL, 1992). Nas décadas seguintes, aprofundou-se o processo de abertura, e, conseqüentemente, de exigências e críticas por parte da sociedade civil com relação à produção do quadro oficial da situação social e econômica do país.

No âmbito externo ao IBGE, mas interno ao Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, iniciou-se uma série de críticas pontuais à forma como os quesitos de interesse social foram construídos, e os apontamentos que forneceram para as políticas públicas implementadas. A partir de meados da década de 1970, parte das críticas partiu do próprio Instituto. Para satisfazer aos interesses de nossa pesquisa, enfocamos apenas o quesito raça/cor: as discordâncias em torno do quesito não culminaram em mudanças nas suas categorias até a década de 1990 (com a inserção da categoria indígena).

Ianni (1988), ao analisar a questão racial no país, apontou para as condições da produção das estatísticas com recorte de cor:

[...] As dificuldades que os órgãos censitários têm encontrado na pesquisa dos grupos de “cor” da população brasileira sempre foram grandes, pois a conotação social da “raça” tem impedido o

levantamento rigoroso dos dados (IANNI, 1988, p. 25-26). [aspas do autor]

Este autor, ao afirmar que a conotação social da raça contribuiu para impedir o rigor dos levantamentos dos dados, expôs um problema que deve ser aqui cuidadosamente considerado: o preconceito racial tem dificultado a construção de estatísticas que contribuam para assegurar políticas públicas setoriais voltadas para garantir uma cidadania real e não apenas formal para os grupos negros e seus descendentes, historicamente discriminados no país.

É fundamental compreendermos que a invisibilidade dos supracitados grupos na História e na Mídia⁷², entre outras, dificultou a construção de identidades étnica e racial positivas. O que influenciou de fato a percepção das populações não-brancas foram e são as imagens estereotipadas suscitadas através das categorias sociais elaboradas e difundidas historicamente. O universo simbólico que aflorou e aflora do processo de classificação aparece, ideologicamente, isento de conflitos e de disputas. Isto traz como consequência a dificuldade de questionar a “cientificidade” e a “objetividade” dos resultados censitários.

A década de 1930 foi expressiva da consolidação do desenvolvimento do capitalismo no país, cuja característica foi a inexistência de rupturas bruscas com relação ao período anterior — oligárquico⁷³. Apesar de não terem sido abruptas, as mudanças foram significativas: podemos destacar a crítica ferrenha e constante que o ideário liberal passou a sofrer no nível político e teórico. O clímax foi alcançado com a crise da super-produção de 1929. Outra transformação importante foi a emergência, na

⁷² Apesar de estarmos vivendo um processo de reformulação — através da elaboração de políticas de ação afirmativa que versam sobre a inserção do negro na mídia, sobre a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura do Negro (Lei Federal 10.639/03), etc. — este é muito recente para que possamos avaliar sua contribuição para possíveis alterações no sistema de classificação racial do país.

⁷³ Para uma discussão sobre a revolução de 1930, ver: FAUSTO, B. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1970. Para compreender o seu sentido burguês e/ou oligárquico ler: FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

conjuntura internacional, das vertentes autoritárias de pensamento, favorecidas pelos movimentos políticos e culturais do fascismo e do nazismo.

O autoritarismo se colocou como a alternativa para substituir os princípios liberais na economia e na política, dentro e fora do Brasil. Internamente, estas vertentes de pensamento foram expressas pelas personalidades de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral⁷⁴. Poderíamos citar outros, como Plínio Salgado ou Francisco Campos; no entanto, os dois primeiros construíram a base ideológica do Estado Novo (1937). A relação entre Sociedade e Estado, a partir deste contexto, passou a ser regida pelo intervencionismo deste último em todas as esferas da vida social. A idéia segundo a qual era necessário um governo forte e centralizado materializou-se nas políticas intervencionistas implementadas pelo Estado.

Segundo Penha (1993), a centralização adquiriu legitimidade em função de um discurso que envolveu o tema da unidade nacional, da modernização institucional e do desenvolvimento econômico-industrial como pilares do projeto brasileiro de nação. Nesta perspectiva, o intervencionismo tornou-se uma ideologia compartilhada tanto pelo povo quanto pelas elites políticas e intelectuais das diferentes regiões do país. Mesmo os grupos contrários ao governo ditatorial de Vargas aceitaram a presença do Estado como promotor do desenvolvimento “geral” e administrador dos conflitos.

De acordo com Camargo (1999), o desafio do Brasil foi e continua sendo superar o federalismo oligárquico e construir o federalismo democrático. Ou seja, proporcionar

⁷⁴ É interessante considerar a questão colocada por Boris Fausto (1999): os teóricos do Estado Novo não mediram esforços para demarcar suas diferenças com o integralismo e o nazi-fascismo. Um exemplo interessante — observado por mim — foi a formulação da diferença entre os conceitos de autoritarismo e totalitarismo na obra de Azevedo Amaral. O trabalho em questão é: AMARAL, A. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Nacional, 1934.

[...] num [país] continental como o Brasil [...] a modernização e o desenvolvimento econômico, social e político, com descentralização (CAMARGO, 1999, p. 39).

O Governo Vargas fez sentir sua intervenção principalmente através da burocracia — a qual sofreu um processo de (re) estruturação, como com o princípio de estabilidade e estatuto dos funcionários, entre outros procedimentos — e das forças armadas. Para compreender o papel desempenhado por estas últimas, é interessante a leitura que Penha faz do trabalho de Souza⁷⁵:

[...] As crises internas no período 30-37 e o limiar da segunda guerra vão imprimir uma nova concepção logística no seio militar, atento para a integridade e defesa nacional. Dentro destas concepções, o apoio incondicional ao Estado forte e ao autoritarismo de governo torna os militares importantes protagonistas do processo de centralização em curso, funcionando como árbitros do regime, em muitas das questões nacionais (PENHA, 1993, p. 56).

Diante do papel exercido pelos militares é interessante a reflexão que José Murilo de Carvalho (1999) faz da razão pela qual as forças armadas não assumiram o poder pós 1937. O argumento encontrado pelo autor salienta o fato de a unificação do exército ser muito recente — os vencedores da revolução de 1930 eram tenentes, algo que havia abalado a disciplina e a hierarquia internas. Deste modo, inexistiam as condições para que um general assumisse o poder sem causar rupturas. Vargas tornou-se, assim, necessário.

O governo de Vargas⁷⁶, em virtude de ter reintroduzido o tema da nação — dentro da lógica: o Brasil para os brasileiros —, impôs uma nova reflexão sobre o povo.

⁷⁵ A obra em questão é: SOUZA, M. C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

⁷⁶ A Era Vargas foi constituída por três (3) fases: uma “revolucionária”, que teve início em 1930, uma ditatorial, que começou em 1937, e outra “democrática”, que se institui a partir de 1945. Nesta última, ele exerceu o poder indiretamente através de Gaspar Dutra e, depois, diretamente, quando retorna pelo voto. Para uma análise detalhada da Era Vargas, ver as obras: SCHWARTZMAN, S. **Estado Novo**: um autorretrato. Brasília: UnB, 1983 e PANDOLFI, D. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

O tom deste nacionalismo foi fornecido pela valorização da figura do mestiço, mas também, principalmente, pelo reconhecimento da existência, em nível discursivo, de uma democracia racial, cujos fundamentos vinham sendo desenvolvidos desde os primeiros anos do século XX. De acordo com Cunha:

[...] O modelo idealizado de um homem brasileiro não resultava do reconhecimento da diversidade étnica e cultural e da intensa miscigenação, mas sim da visão de que a nação imaginada só seria realizada como projeto político se a heterogeneidade fosse oficialmente reconhecida senão nas essências ao menos na forma — nas “aparências que criam realidades” (CUNHA, 1999, p. 284). [aspas da autora]

Para compreender o processo de reconhecimento da heterogeneidade presente nos discursos do governo — deve-se entender que as suas diferentes fases permitiram momentos de maior ou menor abertura e fechamento — faz-se necessário considerar que “reconhecer” nunca foi sinônimo de “aceitar”. Em outras palavras, o reconhecimento tornou-se possível na medida em que foi assegurada a permanência do padrão de ambigüidade de representações dos diferentes grupos sociais na classificação extra-oficial (Imprensa, Literatura, Congressos Científicos, etc.; que não deixam de ser, de certa forma, oficiais) e na institucional, que se consolidou com o sistema classificatório racial ibgeano.

As aparências que criam realidades impuseram as possibilidades para explorar, de um lado, o discurso de sociedade inclusiva e, de outro, os limites da heterogeneidade possível. Num contexto em que o referencial teórico racial encontrava-se deslegitimado politicamente pelo da cultura, é interessante observarmos o que ocorreu com a categoria negro no quinquagésimo Aniversário da Abolição, evento patrocinado pelo Governo Federal em 1938:

[...] permaneceria como um poderoso adjetivo que qualificava diferencialmente o homem comum, o cidadão, [...] e o vadio. Enquanto substantivo, apareceria invariavelmente emoldurado pela autoridade do discurso oficial, sacralizado pelas hostes científicas que o definiam como um “tipo antropológico”. Como qualificativo, foi objeto sobretudo das instituições curativas e corretivas, sendo, portanto, passível de abordagens policiais e médicas. Se o substantivo tornou-se único, cativo dos livros e das discussões intelectuais, o adjetivo ganhou maior plasticidade na incontável pluralidade de termos que singularizavam e personalizavam os indivíduos no cotidiano e nas relações interpessoais. Se com o uso do substantivo pretendia-se classificar, o adjetivo era utilizado para descrever, perdendo densidade sempre que mediado pela situação (CUNHA, 1999, p. 261). [aspas do autor]

As discussões e políticas públicas desenvolvidas pelo governo de Vargas em torno dos temas “saúde”, “educação”, “segurança” e “trabalho” apontaram os principais caminhos trilhados no sentido de intervir na vida pública e privada do homem brasileiro. O Estado Novo precisava satisfazer os pilares do projeto de nação: unidade nacional, modernização institucional e desenvolvimento econômico-industrial. O segundo pilar estava se concretizando com as intervenções e conseqüentes reformas na burocracia pública. O primeiro e o último, que incidiam diretamente sobre os temas “trabalhador nacional” e “imigração”, necessitavam de um equacionamento. Era passível o diagnóstico que apontava para a necessidade de recuperar o trabalhador nacional em termos físicos e profissionais. As políticas de previdência, de saúde e de educação tiveram um papel decisivo neste processo. Outro aspecto que compôs o diagnóstico foi o papel desempenhado pela cor:

[...] as condições de elaboração social da cor como atributo do novo tipo de trabalhador, do trabalhador livre, [consistiram na] última transfiguração do escravo, preservada na sociedade de classes (IANNI, 1988, p. 283).

Ao tornar a saúde pública um programa de governo, os ideais sanitaristas e eugenistas das décadas anteriores foram resgatados e reforçados. A mudança dos

hábitos dos trabalhadores foi entendida como uma estratégia satisfatória para criar um trabalhador saudável e competitivo, mas mostrou-se insuficiente para inseri-lo no mercado de trabalho. Este último encontrava-se saturado no meio urbano em função do quadro de êxodo rural e do fluxo imigratório, o que tornou a integração do trabalhador nacional (mestiços, negros e indígenas) uma questão de cota, assim como a política imigratória. Contudo, paralelamente a esta avaliação, o meio rural reclamava da falta de braços.

O debate em torno do tipo de imigrante que seria favorecido pelas cotas impôs as categorias “desejável” e “indesejável” assim como as de “nacional” e “estrangeiro” no imaginário social. Por outro lado, este contexto potencializou o resgate dos estereótipos sobre os não-brancos nacionais.

Como um projeto de governo, o IBGE institucionalizou a ambigüidade das representações dos grupos sociais não-brancos a partir da consolidação do deslocamento retórico do discurso racial para o discurso da cor. A cor por ser uma categoria nativa — flexível, e, ao mesmo tempo, essencializadora — pôde desvincular-se das teorias raciais e se integrar às culturais sem causar questionamentos de conceito. Os sentimentos e as sensações que determinada cor suscita foram entendidos como naturais, ou seja, não se problematizou o fato de o gosto e de as representações serem construções sociais.

O termo cor forneceu uma construção do preconceito que dialogou, de um lado, com a marca, e, de outro, com a origem — para usar as expressões de Nogueira (1985). É através da linguagem da cor que se descreveram as características, suscitando imagens ambíguas, como se compusessem um discurso coerente. As marcas foram e são (re) elaboradas de acordo com o lugar e o momento, podendo comportar idéias contraditórias como as suscitadas pelo falar do negro na citação de Cunha (1999).

O “negro” pode ser um adjetivo quando relacionado à cor como marca social, ou seja, quando é concebido como sinônimo de “preto”. Este discurso é ambíguo, e pode mobilizar idéias positivas ou negativas, pois sua linguagem descritiva é flexível. Já o “negro” pode torna-se substantivo — isto é, expressar uma linguagem unívoca — ao veicular o reconhecimento da origem racial e étnica.

Nesta perspectiva, a cor adquiriu importância e eficácia para os sistemas classificatórios raciais extra-oficial e oficial ao ser um tipo de discurso que permitiu descrever classificando. Através da cor, a descrição é fluida, subjetiva, contraditória, enquanto a categorização torna-se objetiva, científica, isenta de ambigüidade e de conflitos. É pela linguagem da cor que se permitiu racializar a cultura e culturalizar a raça.

Por racialização da cultura entendemos que as diferenças de valores, idéias e sentimentos (expressas na construção e na combinação de sistemas simbólicos nos campos da arte, da religião, da política, etc.) foram concebidas como representativas de um determinado grupo racial, que, enquanto tal, encontra-se localizado dentro de uma estrutura hierárquica, na qual os grupos não-brancos formam a base. Sobre culturalização da raça compreendemos que os grupos não-brancos continuaram ocupando a base da hierarquia social, mas tiveram sua inferioridade relativizada através da utilização de diferentes procedimentos, dos quais, dentre os mais significativos, temos a eugenia e a higiene, que apontavam para sua possibilidade de integração no projeto de Brasil Nação.

O discurso sobre assimilação fundiu-se com o discurso da miscigenação, promovendo, assim, de um lado, a racialização da cultura e, de outro, a culturalização da raça. O termo mestiçagem sintetiza bem este processo: o discurso da cor foi sua máxima expressão. Para compreendermos como este processo se desenrolou no sistema

classificatório ibgeano, foi preciso analisar os principais pensadores que elaboraram discussões em torno dos conceitos de raça e de cultura no Instituto.

As revistas de Geografia e de Estatística do IBGE desempenharam um papel importante na formação dos profissionais e na difusão externa das produções do Instituto. Neste contexto, foram instrumentos significativos para observarmos o desenvolvimento do referencial teórico que influenciou as construções e análises dos quesitos censitários. Diante do vasto quadro de autores e temas, as revistas nos impeliram a realizar um recorte para satisfazer os objetivos de nossa pesquisa. Em tal recorte, destacou-se o nome de Fernando de Azevedo como sintetizador de determinadas concepções de raça, cultura, etnia e nação no interior do IBGE. Tanto Oliveira Vianna quanto Gilberto Freyre encontraram em Fernando de Azevedo um interlocutor. Outros autores e outros temas se fizeram presentes — de forma direta e indireta — ao lado ora das noções de Vianna, ora das de Freyre. Mas foi através de Azevedo que pudemos acessá-las e interpretá-las⁷⁷.

⁷⁷ Os resultados destas interpretações que permitiram elucidar o referencial teórico do quesito raça/cor serão apresentados, em particular no **capítulo IV**.

Subcapítulo II

Revistas de Estatística e de Geografia do IBGE:

diálogos brasileiros, o ecletismo como condição para o projeto nacional

No decorrer de nossa pesquisa, enfrentamos algumas dificuldades, dentre elas, a de forjarmos parâmetros interpretativos adequados, condizentes com o material levantado. E a de considerarmos a existência, nas revistas de Estatística e de Geografia, de influências teóricas, preocupações e propostas recorrentes ao longo do período trabalhado, sem forçar o estabelecimento de linhas de continuidade para revelar um sentido e uma unidade últimos à produção dos diferentes autores.

Ao trilharmos os caminhos sugeridos pelos artigos das referidas revistas, entramos em contato com uma produção política e intelectual que se deu no cotidiano das décadas de 1930, 1940 e 1950, cuja intensidade e diversidade não se esgotaram no recorte por nós realizado. Acompanhando as pistas lançadas nas diferentes seções e textos, agrupamos as produções, presentes nos artigos, segundo os temas: educação, saúde, imigração e colonização, divisão do território nacional (assuntos subjacentes ao tema: a questão agrária e a transferência da capital federal), segurança, unidade e organização nacional. Este agrupamento nos foi insinuado, primeiramente, a partir da leitura flutuante⁷⁸, e, posteriormente, confirmado pela compreensão efetiva dos artigos.

A leitura flutuante foi o procedimento utilizado para estabelecermos o contato inicial com o material que viria a ser nossas fontes primárias. Aventávamos, no começo da pesquisa, realizar a seleção e interpretação de fontes primárias e a aplicação de entrevistas. Entretanto, ao conhecermos a **Revista Brasileira de Geografia**, deparamo-nos com um material muito rico, uma vez que cada seção suscitava uma forma de

⁷⁸ Vide nota no **subcapítulo I** do **capítulo I**.

entender e apreender as facetas do IBGE. Uma referência constante na **Revista de Geografia** chamou-nos a atenção: em diferentes momentos, os autores remetiam-se ao papel desempenhado pela **Revista de Estatística** na obra do Instituto. A partir desta sugestão indireta, buscamos conhecê-la. Diante de nossos olhos, desvelou-se um panorama abrangente do Instituto. Tornou-se quase impossível desvincularmos nossa atenção do material fornecido pela mesma, o que nos levou a selecionar tanto a revista de Geografia quanto a de Estatística. Desse modo, podemos dizer que dois fatores influenciaram nossa decisão de abandonar a idéia das entrevistas: o primeiro foi a qualidade do material das revistas, e o segundo, o prazo de dois anos para o término da pesquisa.

Percebemos que o material publicado nas revistas expressava os pilares do pensamento ibgeano, pois os autores, em sua maioria, pertenciam ao corpo de servidores do Instituto. Os colaboradores do IBGE — os quais não tinham um vínculo empregatício com o mesmo — apresentavam uma relação direta ou indireta com o projeto intelectual e político do Instituto, na medida em que pertenciam a outras instituições públicas de pesquisa e de ensino, ou à própria administração do Governo. Como exemplos de colaboradores, podemos citar os consultores técnicos. Estes eram selecionados pelos dirigentes do IBGE de acordo com a seguinte consideração: “[...] deverão ser cidadãos de notável cultura e de reconhecida especialização na seção técnica que lhes for atribuída” (REVISTA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1937, N.º 1, p. 59). Através de seus consultores, podemos ter algumas pistas sobre o perfil eclético do Instituto, assim como sobre a dimensão da influência do pensamento ibgeano na sociedade brasileira, uma vez que tais consultores pertenciam às elites intelectuais e políticas do país. Por elites intelectuais e políticas estamos entendendo um conjunto de homens cuja produção cultural e intelectual tinha uma dimensão política

prática, capaz de influenciar as diretrizes adotadas pelos Governos (das esferas federal, estadual e municipal). Isto quando não trabalhavam diretamente na administração⁷⁹. Dentre o corpo de consultores, podemos destacar os nomes de Fernando de Azevedo, Azevedo Amaral; Roquette Pinto; Oliveira Vianna; Everardo Backheuser; Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Lourenço Filho, Lourival Câmara, Delgado de Carvalho, Padre Leonel Franca, Carneiro Filipe, Lourival Fontes, Afrânio de Carvalho, Giorgio Mortara, Manuel Diégues Jr., entre outros .

A quantidade de artigos publicados pelos consultores técnicos, assim como o tempo de atuação nesta função, variou. Como foi salientado anteriormente (em nota), Fernando de Azevedo foi consultor por mais de dez anos. Isto, no entanto, não se expressou na condição de um dado quantitativo na produção de artigos deste autor em ambas as revistas. Em outros termos, independentemente da quantidade, o caráter qualitativo dos artigos impôs-se como significativo, tanto para Fernando de Azevedo quanto para os demais.

Encontramos, em diferentes números e seções das revistas de Estatística e de Geografia, reiteradamente, referências diretas ou indiretas sobre as idéias de raça, de cultura e de etnia formuladas por Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, ao longo do período analisado. Tais referências permitiram-nos elaborar uma interpretação a respeito da construção teórica do quesito raça/cor⁸⁰.

Outra maneira de apreendermos a influência exercida pelo IBGE sobre a produção intelectual brasileira foi atentarmos para as relações que o mesmo mantinha com diversas instituições do país. Semelhantes relações foram compreendidas em uma perspectiva histórica a partir das considerações presentes nas seções *Vultos da*

⁷⁹ Para compreender melhor esta questão, o caso de Fernando de Azevedo torna-se significativo. Fernando de Azevedo foi consultor técnico do IBGE por mais de uma década e atuou como um dos organizadores do sistema nacional brasileiro de educação nos anos de 1940. As concepções do mesmo sobre este sistema marcaram as propostas implementadas pelo Governo Federal.

⁸⁰ Desenvolveremos esta questão no **subcapítulo II do capítulo IV**.

Geografia do Brasil (Revista de Geografia) e *Vultos da Estatística Brasileira (Revista de Estatística)*, e, em uma abordagem contemporânea, na publicação das revistas, a partir de ponderações presentes nas seções *Noticiário e Relatórios, Resoluções e Leis* (ambas da **Revista de Geografia**), *Notícias sobre o desenvolvimento da Estatística e Resenha (Revista de Estatística)*. Para compreender a natureza destas relações, na perspectiva contemporânea, observemos as palavras de Macedo Soares, presidente do IBGE, na seção *Relatórios, Resoluções e Leis*⁸¹:

[...] cooperam, filiadas ao nosso sistema uma expressiva constelação de instituições culturais — o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Ciências, o Clube de Engenharia, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Associação de Geógrafos Brasileiros (*REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA*, 1941, N.º 3, p. 745).

Trata-se de relações de cooperação, parceria e afinidade cultural, política e institucional, algumas das quais tiveram seu início no século XIX. Este foi o caso da relação com o IHGB⁸². Entretanto, faz-se necessário ressaltar que não foi a instituição IBGE que estabeleceu relações com o IHGB, e sim parte de seus intelectuais que permaneceu atuando direta (segundo sua presença enquanto membro da instituição) e indiretamente (através de seu legado intelectual) em ambas as instituições (Oliveira Vianna e Roquette Pinto são exemplos disso). A partir dos seus intelectuais, as diferentes instituições elaboraram uma rede de noções teóricas, visões políticas e institucionais que moldaram algumas características fundamentais em sua organização e no seu arcabouço conceitual. Tem-se um constante diálogo com o passado através do reconhecimento do valor das tradições. Atribui-se às últimas um sentido moderno, daí

⁸¹ Os trechos selecionados dos artigos de ambas as revistas apresentaram a construção e a ortografia original, na Dissertação. Todavia, no que se refere à ortografia, deve-se salientar que artigos do mesmo período seguiram orientações ortográficas distintas.

⁸² Isto nos foi sugerido através da interpretação das seções *Vultos da Geografia do Brasil* e *Vultos da Estatística Brasileira*. Voltaremos a estas seções em outro momento do presente **subcapítulo**.

não falarem em passado como concepção de algo que deveria ser superado, e sim como algo que apontava para o futuro, mas que ainda não possuía os meios de sua concretização. A noção de continuidade implícita nesta abordagem não resulta de nossa interpretação, e sim das idéias apresentadas no material de ambas as revistas.

Macedo Soares, em outro momento desta seção, prossegue falando sobre as instituições:

[...] Também podemos lembrar a simpatia com que a Imprensa Brasileira e as organizações religiosas nos vêm acompanhando e auxiliando [...] (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, N.º 3, p. 748).

Cabem algumas considerações sobre a Imprensa Brasileira e a Igreja. Sobre a primeira, a maior parte pertencia ao Governo ou funcionava sob sua vigilância, o que lhe conferiu um caráter de simpatia não apenas para com o IBGE, como para com todas as instituições e iniciativas do Governo. Tratava-se de uma imprensa oficial, sem abertura para questionamentos, o que foi característico deste período (Estado Novo).

No que se refere à Igreja, 1940 marcou um estreitamento das relações entre a mesma e o IBGE. Semelhante aproximação foi perceptível na organização do primeiro Recenseamento Geral promovido pelo Instituto: a Igreja auxiliou na campanha censitária de forma decisiva. Os religiosos contribuíram no convencimento da população para que a mesma aceitasse receber os agentes recenseadores nas residências. A relação entre IBGE e Igreja pode ser mais bem dimensionada ao considerarmos o reconhecimento do Instituto ao papel civilizacional da Igreja Católica no Brasil, desde a colonização. Macedo Soares forneceu-nos algumas considerações sobre o referido papel ao escrever uma carta endereçada a Pio XII, em 1940, a qual foi publicada na seção *Resenha*:

[...] A doutrina social da Igreja Católica, inspirada nas lições divinas do Evangelho e no profundo conhecimento da natureza humana, afigura-se-lhe, por isso, não só a mais harmoniosamente afinada com as tradições históricas de um povo que nasceu e se formou à sombra protetora da Cruz, senão também a mais eficientemente adaptada às exigências múltiplas e complexas do nosso reajustamento social. Animado desta íntima persuasão, julgou o Instituto dar às considerações inspiradoras de sua resolução o mais expressivo relevo e a chancela de uma consagração singular com o apelo “à mais alta, mais exigente e mais universal autoridade moral no seio da sociedade humana — a do Soberano Pontífice da Igreja Católica” (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1940, N.º 3, p. 599). [aspas do autor]

Torna-se desnecessário discorrer exaustivamente sobre o significado do Papa e da Igreja para a sociedade brasileira e para o trabalho do IBGE, na própria avaliação do Instituto. Contudo, devemos destacar o sentido de humanismo que a Igreja comportava. Este, historicamente, justificou atrocidades, sobretudo no período escravista e colonial, na medida em que se fundamentava em uma classificação hierárquica, a partir da qual indígenas e negros não eram considerados humanos. O reconhecimento da humanidade destes grupos foi acompanhado de sua caracterização como grupos infantis, inferiores e supersticiosos. Mesmo após uma reavaliação da Igreja sobre tais concepções (nas últimas décadas do século XX), parece existir uma tensão nesta instituição quando a questão racial e étnica é mencionada (FONSECA, 2000). Isto impôs que refletíssemos sobre os limites do reajustamento social que foi proposto ao Instituto e implementado pelo Governo nas décadas de 1930, 1940 e 1950.

A resolução que recebeu os votos e a benção papal foi elaborada em 1939 e denominada de Resolução N.º 127. Versava sobre a política brasileira de assistência social e pretendia assegurar a todos os trabalhadores um nível uniforme de conforto e de dignidade. Percebe-se, a partir dos estudos publicados na década de 1950 do e pelo IBGE⁸³ e da UNESCO⁸⁴, que tal uniformidade esbarrou nas fronteiras raciais e étnicas.

⁸³ Podemos citar como exemplo o trabalho de MORTARA (1945) na **Revista Brasileira de Geografia**.

Inúmeros geógrafos e estatísticos compuseram o corpo institucional fixo do IBGE e produziram textos fundamentais para compreensão dos diagnósticos feitos pelo Instituto e das propostas implementadas pelos Governos. Todavia, correndo o risco de sermos por demais sintéticos, gostaríamos de ressaltar três nomes, José Carlos Macedo Soares, Mário Augusto Teixeira de Freitas e Cristóvão Leite de Castro, como símbolos do pensamento político, estatístico e geográfico ibgeano. Estes homens ficaram cerca de quinze anos na direção do IBGE, na do CNE e na do CNG, respectivamente. Isto permitiu que a base do Instituto fosse consolidada. As transformações ocasionadas a partir de 1952⁸⁵, com a crise interna do IBGE, não foram suficientes para abalar o perfil institucional construído nas décadas anteriores.

A leitura fluante nos permitiu perceber que vários artigos das duas revistas apresentavam uma linguagem eloqüente, retórica e ufanista que buscava e conseguia envolver o leitor como se este estivesse presenciando um orador. Entretanto, somente a partir de uma interpretação profunda entendemos que esta característica era resultado do fato de vários artigos serem textos-conferências⁸⁶ apresentados para e em diferentes instituições do país (IBGE, Associação Brasileira de Geógrafos, Associação Brasileira de Educação, Sociedade Brasileira de Estatística, Universidade do Paraná, Prefeitura de Juiz de Fora, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro de São Paulo, Itamarati, Estado Maior do Exército, entre outras). A diversidade da natureza e da localização destas instituições evidencia como se realizava parte do projeto educacional e cultural que foi organizado e difundido pelo IBGE. O Instituto entendia que era necessário popularizar os conhecimentos produzidos assim como fomentar o espírito de patriotismo e de

⁸⁴ Destacam-se os trabalhos de NOGUEIRA (1985), IANNI (1972 e 1988), FERNANDES (1978), entre outros.

⁸⁵ Um panorama da crise interna do IBGE em 1952 foi propiciado no **subcapítulo anterior**.

⁸⁶ Como explicitado em nota do **capítulo I** trata-se de uma expressão para representar textos com linguagem flexível e coloquial, voltados para a criação e a difusão de um caleidoscópio de idéias e imagens sobre o significado e o valor do nacional no Brasil.

comprometimento com a obra de organização do país. Estas idéias ficaram explícitas em vários eventos (assembléias, congressos, cursos de aperfeiçoamento, etc.) das e nas referidas instituições, assim como em eventos oficiais de caráter estatístico e geográfico que o Instituto organizou ou dos quais participou — seja no Brasil, seja no Exterior — a partir de seus representantes da Geografia e da Estatística. Os artigos resultantes destes últimos encontraram-se agrupados em seções específicas: *Noticiário*, *Relatórios*, *Resoluções e Leis* (na **Revista de Geografia**) e *Notícias sobre o desenvolvimento da Estatística*, *Resenha* (na **Revista de Estatística**).

O sentido último dos textos-conferências era sensibilizar um público diverso (autoridades políticas ou intelectuais das diversas regiões do país, corpo administrativo do Instituto, professores do ensino secundário, estudantes, etc.) para os problemas nacionais e tornar conhecida a história institucional do IBGE. Seleccionamos na seção *Relatórios*, *Resoluções e Leis* alguns trechos significativos do trabalho desenvolvido pelo Instituto na obra de organização do país. O IBGE:

[...] vê, ouve e sente tudo que brota [das] fontes recônditas da vida nacional, cujas pulsações acompanha em condições que lhe permitem interpretar as imagens, as vozes e os impulsos dessa realidade multifária, como ninguém mais, talvez, pudesse fazer em face da austera expressão dos róis numéricos. E daí os brados das suas sentinelas avançadas. Daí as advertências, as sugestões e os concitamentos, que partem das suas almenares, exprimindo, sempre algo de grave para os destinos da Pátria (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, N.º 4, p. 747).

Nesta fala, o Instituto é um todo orgânico e, como tal, é o único capaz de compreender e propor alternativas para o Brasil a partir da interpretação da “austera expressão dos róis numéricos”. O caminho seguro, objetivo e científico para tal compreensão só pode ser alcançado através do diálogo da Estatística e da Geografia (os alicerces do Instituto). Esta última idéia é sugerida a partir da necessidade de captar com

propriedade a “realidade multifária” do país. Somente um sistema interpretativo eclético pode responder satisfatoriamente a esta necessidade. Ao retratar seus servidores como “sentinelas avançadas”, foi fornecida a idéia de que o Instituto era composto por um grupo sempre atento e bem preparado para interpretar e intervir na realidade brasileira.

Outra parte dos textos selecionados refere-se àqueles elaborados para fomentar e divulgar os debates teóricos e técnicos do e no IBGE, em âmbito interno e externo ao Instituto. A respeito destes últimos, devemos destacar que encontramos artigos que traziam contribuições teóricas, mas que não apresentavam um interlocutor que polemizasse com o autor. Eram artigos de autores nacionais e estrangeiros, cujas publicações as redações das revistas⁸⁷ julgavam pertinentes. Na **Revista de Geografia**, encontramos os dois tipos de textos: os avulsos⁸⁸, com a finalidade de difundir perspectivas teóricas distintas, e os agregados (artigos em seções caracterizadas pelo objetivo de estimular debates, com a presença de um interlocutor). Como exemplos destas seções, podemos destacar *Comentários* e *Inquéritos Geográficos*.

Na seção *Inquéritos Geográficos*, abordaram-se diferentes temas. Um deles foi “Etnografia”. A presidência do IBGE convocou um consultor técnico para tratar sobre o assunto. Como ocorria comumente, nesta seção, o consultor⁸⁹ dialogava, de forma crítica, com uma considerável bibliografia nacional e estrangeira e apresentava proposições objetivas sobre o tema.

Em “Etnografia”, o consultor buscou discorrer sobre o significado moderno do termo e o estado de seus conhecimentos e métodos. Para realizar tal empreendimento,

⁸⁷ As redações de ambas as revistas, apesar de não se apresentarem nominalmente, interessam-nos, indiretamente, na medida em que são responsáveis pelas seções e artigos não-assinados. Os artigos assinados são considerados apenas de responsabilidade do autor, nos dizeres das redações. No entanto, compreendemos que os artigos e seções, assinados ou não, precisam ser considerados como representativos de uma responsabilidade compartilhada entre os autores e a visão institucional -teórica do IBGE.

⁸⁸ A inexistência de uma seção “Artigos” *strictu sensu*, em ambas as revistas, levou-nos a classificar os artigos que não puderam ser classificados em uma seção como “avulsos”.

⁸⁹ Não foi possível identificar quem era o consultor uma vez que o mesmo não assinou a seção.

princípios reconhecendo o mérito dos trabalhos realizados pelos museus do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Pará. Ponderou sobre o fato de ser um ramo da Antropologia ainda deficiente no Brasil e ressaltou os jesuítas como os primeiros etnógrafos do país. O consultor técnico expôs ainda o fato dos trabalhos etnológicos e etnográficos atuais (década de 1940) do Museu Nacional terem como referências os métodos modernos da escola americana. Após esta consideração realizou uma digressão significativa:

[...] Manda a Justiça Histórica colocar à frente dos Etnógrafos estrangeiros que no Brasil se preocuparam com este ramo da Antropologia, o nunca assás lembrado Dr. Carl Freder Phil von Martius, predecessor da Etnografia indígena (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1940, N.º 4, p. 595).

Este retorno a um “Vulto da Geografia” representa o diálogo contínuo com o passado. Um diálogo que se expressa de forma ainda mais intensa quando o consultor indica a proposição que deve ser adotada, pelo CNG, nesta matéria: “[...] conjugar esforços com o Museu Nacional” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1940, N.º 4, p. 615). No entanto, não podemos negligenciar o fato de o consultor sinalizar com outra opção: criar um ramo especializado da Geografia Etnográfica, com o seu corpo de especialistas. Mas precisamos ressaltar que a advertência (exigência de maior tempo e maiores gastos para a obtenção dos resultados), apresentada junto à segunda opção, anula parcialmente a viabilidade e o interesse da e pela mesma. Tem-se, assim, a partir da orientação do consultor, sua escolha, a qual pode ser generalizada como uma escolha do próprio IBGE: a continuidade das relações de cooperação e de parceria entre o Instituto e as instituições congêneres do país.

Já na **Revista de Estatística**, apesar da existência de artigos voltados para as finalidades de difusão teórica propriamente dita e de polêmica, estes não se encontravam agrupados em seções.

Tanto os textos teóricos (avulsos e agregados) quanto os textos-conferências (avulsos e agregados) foram selecionados para interpretação, pois, entre os últimos, mesmo aqueles que não apresentavam explicitamente uma discussão conceitual, permitiram que a conhecêssemos nas entrelinhas. Outra razão para esta escolha é que tais textos (teóricos e conferências) forneciam aos seus temas uma forma de tratamento semelhante à existente em várias obras do final do século XIX. Ou seja, os textos se colocavam com um caráter científico, mas, ao abordarem os temas, permitiam entrever as reticências, as hesitações, as aspirações, as divergências e as convergências que acompanhavam a sua construção.

Antes de adentrarmos com mais propriedade nas seções das revistas, é importante considerar que a **Revista de Estatística** não apresentava um padrão fixo nas mesmas, seja na nomenclatura, seja na forma como eram compostas⁹⁰, o que a diferenciava da **Revista de Geografia**. Esta última pareceu pretender caracterizar com suas seções, bem definidas, um conjunto de referências que assegurasse uma unidade simbólica a partir da diversidade do material e da abordagem. No entanto, ambas as revistas apresentaram inserções e retiradas de seções ao longo do período analisado. Um aspecto importante que deve ser considerado é o fato de a maioria das seções das revistas não ser comparável entre si. As exceções são a seção *Vultos da Geografia do Brasil*, a qual encontra sua irmã xifópaga na seção *Vultos da Estatística Brasileira*; e as seções *Noticiário e Relatórios, Resoluções e Leis*, na **Revista de Geografia**, as quais podem ser relacionadas com as seções *Notícias sobre o desenvolvimento da Estatística, Resenha, Através da Imprensa e Informações Gerais*, na **Revista de Estatística**. As seções *Através da Imprensa e Informações Gerais* apresentavam uma particularidade: a publicação de artigos que haviam sido divulgados em jornais do país e em revistas

⁹⁰ Alguns títulos presentes na **Revista de Estatística** apresentaram-se na forma (tipo de letra) como nomes de seções. No entanto, os mesmos só apareceram uma única vez, o que nos levou a classificá-los como artigos.

brasileiras e estrangeiras, enquanto as seções *Noticiário, Relatórios, Resoluções e Leis, Notícias sobre o desenvolvimento da Estatística e Resenha* (esta última em menor proporção) forneceram textos que eram comunicações oficiais, seja do Governo, seja do IBGE.

As seções *Noticiário e Relatórios, Resoluções e Leis* permitiram-nos acompanhar as realizações dos Conselhos de Geografia e de Estatística — em especial do primeiro — na vida social, política e cultural ibgeana, brasileira e internacional⁹¹. Uma parte dos textos-conferências da **Revista de Geografia** encontrava-se nestas seções. Quando recorremos às seções “análogas” na **Revista de Estatística** (*Notícias sobre o desenvolvimento da Estatística, Resenha, Através da Imprensa e Informações Gerais*), percebemos que as duas primeiras possibilitaram quadro semelhante ao fornecido pelas seções *Noticiário e Relatórios, Resoluções e Leis*, ou seja, apresentaram uma parte dos textos-conferências e enfocaram as realizações do Conselho Nacional de Estatística.

Na **Revista de Geografia**, podemos destacar as seções *Inquéritos Geográficos, Comentários, Tipos e Aspectos do Brasil e Vultos da Geografia do Brasil* como fundamentais na composição de um conjunto de referências que, ao serem relacionadas com os artigos selecionados (os quais não se encontravam alocados em uma seção específica), possibilitaram uma interpretação sobre o perfil identitário em construção. Como foi ressaltado anteriormente, as seções *Inquéritos Geográficos e Comentários* forneceram grande parte das discussões conceituais realizadas pelo CNG. Os artigos presentes nas mesmas foram objeto da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e terão seus resultados expostos, de forma sistemática, no capítulo IV.

⁹¹ O aspecto internacional torna-se relevante na medida em que permite compreender o desenvolvimento da influência dos dirigentes do IBGE sobre as várias organizações do país, no nível nacional, como parte do reconhecimento recebido pelos mesmos nos fóruns de Estatística e de Geografia internacionais.

A seção *Tipos e Aspectos do Brasil* apresentava texto e desenho. Comumente, realizava a valorização dos aspectos físicos e humanos de diferentes regiões do país, privilegiando com o termo *tipo* algo que, na paisagem e no povo, era compreendido como característico de uma região. Sobressaía nesta seção a importância da atividade econômica e as curiosidades sobre o lugar. Como exemplos desta seção podemos destacar: “Vaqueiro de Marajó”, “Vaqueiro do Nordeste”, “Negras baianas” e “Caboclo Amazônico”⁹², entre outros. O conceito de tipo que aparece na seção retrata um grupo social concreto, ou seja, que pode e é encontrado em diferentes regiões do Brasil. No entanto, sua relevância para a interpretação de nossa pesquisa encontra-se no fato de esta noção de tipo fornecer os subsídios positivos (possíveis) para construção do *tipo ideal* de nacional. Este último entendido em termos weberianos.

Para satisfazer ao tema “Vaqueiro de Marajó”, a referida seção realizou uma análise da topografia da Ilha, além de dissertar sobre a importância da pecuária como atividade econômica. Expôs uma curiosidade do período das cheias, quando o vaqueiro utilizava o boi como montaria ao invés do cavalo. É um detalhe importante para nossa pesquisa: discorreu sobre sua composição étnica, e a esta juntaram-se as informações anteriores para a caracterização do referido *tipo*. De acordo com a seção:

[...] o tipo étnico característico do peão de Marajó é o caboclo, mestiço de branco e índio, com predominância deste último sangue (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1940, N.º 1, p. 90).

A relevância desta consideração torna-se perceptível na medida em que entendemos que existe uma compreensão de raça que se encontra implícita no texto. Ao destacar sua configuração sangüínea, a seção apontou para a existência de uma diferença biológica nos termos do século XIX. Em outras palavras, ignorou a

⁹² Vários tipos foram apresentados no decorrer do período (1939-1960). No entanto, como as revistas não são o objeto da pesquisa e sim suas fontes primárias, selecionamos apenas quatro exemplos.

proximidade genética dos grupos e destacou a relação entre configuração física e delimitação racial. Isto é significativo quando consideramos a existência de uma larga influência do conceito de cultura no período. Daí a necessidade de refletirmos sobre o que representou o conhecimento e a manipulação deste último conceito na sociedade brasileira nas décadas de 1930, 1940 e 1950, e sua relação com raça e etnia⁹³.

A seção *Tipos e Aspectos do Brasil*, nesta e nas demais temáticas, sugeriu a interpretação dos condicionantes sociais (espirituais) e naturais (materiais), fornecidos pelo lugar, para compreender o sentido do *tipo étnico*. A noção de espírito presente nos condicionantes sociais afastou-se de uma interpretação religiosa. Fernando de Azevedo⁹⁴ utilizou-a para expressar um conjunto de relações, práticas, desejos e sentimentos que assegurava uma unidade simbólica. A relação entre esta unidade simbólica e o fator racial proporcionou uma compreensão de cultura. A unidade simbólica que se expressa e é expressada pela relação entre os conceitos de raça e de cultura assegurou a possibilidade de desenvolver uma idéia de etnia que dialogava com o conceito de nação: projeto futuro comum⁹⁵. Têm-se, assim, algumas ponderações conceituais que nos permitiram entender o *tipo étnico* como uma faceta do *tipo ideal* nacional. E este último como uma construção em processo. A temática “Vaqueiro de Marajó” foi ilustrada por um desenho do *tipo*, assim como da flora e da fauna do lugar⁹⁶.

A idéia de mistura se fez presente direta e indiretamente nas diferentes temáticas abordadas por esta seção. Outro aspecto que observamos foi a predominância da ausência da noção de conflito. Uma das temáticas que veiculou com propriedade a

⁹³ Ver detalhes sobre esta discussão no **capítulo IV**.

⁹⁴ Azevedo foi introduzido nesta discussão por fornecer as idéias-sínteses sobre raça, cultura, etnia e nação que irão orientar as várias seções e artigos de ambas as revistas, seja de forma explícita, seja implícita.

⁹⁵ Foram esboçadas algumas idéias sobre os conceitos de raça, de cultura, de etnia e de nação; todavia, os mesmos serão objeto de discussão do **capítulo IV**.

⁹⁶ O recurso do desenho esteve presente em todas as temáticas desta seção. Vários desenhos da mesma foram publicados na obra de Fernando de Azevedo (1996).

idéia de mistura foi “Vaqueiro do Nordeste”. Já em “Negras Baianas” encontramos um exemplo significativo da ausência de conflitos. Encontramos na temática “Caboclo Amazônico” uma análise sobre a composição demográfica da Região Norte brasileira, a partir dos resultados do Recenseamento Geral de 1940. Diferentemente do que ocorreu nas outras temáticas citadas, esta foi assinada⁹⁷, e apresentou algumas considerações relevantes sobre as diferenciações fenotípicas e uma compreensão da categoria censitária “pardo”.

Em “Vaqueiro do Nordeste” destacamos o seguinte registro:

[...] É o sertanejo do Nordeste, magistralmente descrito, estudado e interpretado pelo gênio imortal de Euclides da Cunha. [...] O seu tipo étnico provém do contato do branco colonizador com o gentio, durante a penetração de gado nos sertões do Nordeste. A predominância de sangue índio acentua-lhe o espírito aventureiro e o sentimento de liberdade de ação. [...] O gaúcho é combativo, impulsivo, exuberante; o seu irmão nordestino não é combativo, mas combatente; não é impulsivo, e sim calculista; não tem a palavra e o gesto largos; é lacônico e retraído (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, N.º 2, p. 432).

Esta citação suscita algumas considerações. A primeira, relativa à forma como se refere a Euclides da Cunha. Este autor é considerado um “vulto” nas duas revistas do Instituto e, particularmente, na de Geografia. Suas concepções sobre o meio e o homem encontraram plena acolhida no referencial teórico do IBGE, ao longo do período analisado. O *tipo* estudado pelo mesmo foi o sertanejo, o qual pôde ser interpretado como um símbolo do nacional, uma vez que era um mestiço, e não qualquer mestiço: o sertanejo foi o herói das “bandeiras” nos sertões nordestinos, e sob esta perspectiva foi reconhecido como autêntico produto brasileiro. Têm-se, em Cunha, a valorização (da mestiçagem) e o repúdio (à miscigenação). O tipo de mestiçagem aceitável, mas não desejável, era a do branco com o indígena, numa linguagem caracterizada pela

⁹⁷ O autor da mesma foi José Veríssimo da Costa Pereira.

ambigüidade. Por outro lado, a idéia de um herói nacional encontrou na seção sua “universalização” territorial: as bandeiras de Norte a Sul foram contempladas pelo sertanejo e pelo gaúcho⁹⁸. A composição sangüínea (racial) e a interação de fatores físicos, sociais e culturais de ambos os *tipos*, a partir da leitura euclidiana, parecia explicar o perfil psicológico, étnico e político dos mesmos, o que apontava para uma abordagem determinista do autor.

O determinismo do meio e da raça precisa ser qualificado. De acordo com a nossa compreensão, o determinismo euclidiano é relativo. O adjetivo relativo sugere um tipo de interpretação do Brasil que não anula suas possibilidades enquanto nação, mas impõe a ambigüidade como característica fundamental. Foi a partir desta reflexão que entendemos como Cunha pôde valorizar o nacional possível brasileiro e, ao mesmo tempo, reconhecer um padrão classificatório hierárquico para os grupos humanos, cujo ápice era representado pela Europa⁹⁹. Estas concepções orientaram a noção de mistura, o papel da imigração e os possíveis significados de raça, de cultura e de etnia nas obras deste autor e em outras seções da **Revista de Geografia: Comentários e Inquéritos Geográficos**. Tais idéias também foram difundidas em artigos avulsos de ambas as revistas. Isto reitera o valor heurístico de tais concepções para a interpretação do objeto de nossa pesquisa.

A ausência da idéia de conflito é um dado relevante, pois se encontra implícita na noção de mistura. A temática “Negras Baianas” forneceu-nos alguns elementos fundamentais para esta reflexão. Segundo a seção *Tipos e Aspectos do Brasil*:

A negra baiana é figura das mais características da pitoresca e tradicional capital do Estado da Baía – a cidade de Salvador, dentre os

⁹⁸ O gaúcho foi retratado como tema da seção *Tipos e Aspectos do Brasil* em outro número da **Revista de Geografia**.

⁹⁹ Ver a respeito, em FONSECA (2004), referência sobre o padrão classificatório brasileiro e as características fenotípicas que se aproximam do branco e se afastam do negro.

diversos tipos humanos lá correntes, desde o elemento branco até o negro puro, através de vários graus de mestiçagem. [...] A graciosidade e faceirice brejeira que possuem quando moças, exteriorizadas pelos requebros da sua coreografia bárbara nos batuques dos “candomblés”, bem como o gosto pela música e canto [já foram objeto de composições populares]. [...] É realmente uma figura bizarra e pictórica. Na gravura vemo-la, no desempenho da sua atividade principal: comércio de quitutes. [...] Com a Abolição passou de vez da senzala para a casa-grande, onde então continuou a exercer tão somente os misteres maternais de ama de leite, de segunda mãe dos filhos do senhor de engenho. [...] Com a gradativa transformação dos nossos costumes familiares, a velha mucama “veio para a rua”, onde, gozando a liberdade “embora tardia” que lhe fora dada, passou a viver por conta própria [...] Hoje em dia, a popular negra baiana, é uma sobrevivência da carinhosa mãe preta, da prestimosa e utilíssima ama de leite, dos nossos pais e avós (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, N.º 4, p. 883). [aspas do autor]

Faz-se necessário considerar, de forma preliminar, que a seção, ao trabalhar com os adjetivos *pitoresco e bizarro*, forneceu algumas idéias-sínteses da representação do negro, de sua cultura, de sua religião e do estado brasileiro com a maior população negra do país, no contexto da década de 1940. Esta periodização é significativa: trata-se da conjuntura marcada pelo Estado Novo e pela Segunda Guerra Mundial. O país realizava, neste momento, uma verdadeira “cruzada” ideológica interna e externa, difundindo a idéia de que éramos uma nação pacífica, coesa e não-preconceituosa. No entanto, recrudescia a perseguição aos terreiros e aos capoeiras (expressões da religiosidade e da cultura dos grupos negros brasileiros), assim como às organizações políticas em bases étnicas e raciais (de grupos negros, japoneses, alemães, italianos, etc.). O Brasil organizava e implementava, neste período, seu projeto de padronização (nacionalização), no qual não existia lugar para a aceitação e para o respeito à diversidade. Esta última apenas foi reconhecida quando se enfocou o aspecto da mistura. A recorrência à mestiçagem no texto elucida parcialmente esta questão.

Aprendemos na temática “Negras Baianas” um dos mitos da história oficial brasileira sobre as populações negras: a Abolição da Escravatura não resultou de um processo contínuo de lutas, mas foi, na verdade, obra da benevolência das elites brancas.

Mas este mito não estaria completo caso não se salientasse a contribuição social e cultural das populações negras, em particular da mulher negra, através de dois estereótipos: a “mulata sensual” e a “mãe preta”. Com relação ao primeiro, temos uma referência sutil à graciosidade e à faceirice das moças negras ao realizarem “*sua coreografia bárbara nos batuques dos ‘candomblés’*”. A seção remeteu-se ao fato de algumas composições populares terem reconhecido tal graciosidade e faceirice assim como o gosto pela música e pelo canto.

Para compreender este tipo de reconhecimento faz-se imprescindível recuperar algumas sugestões indiretas de Freyre (2000) e de Ramos (1940) para falar sobre o negro no Brasil: enquadremos o negro no projeto nacional, transformando suas contribuições em símbolos deste último. O negro enquanto negro é sinônimo de bizarro, de exótico, cuja inferioridade cultural pode e deve ser amenizada a partir da educação.

Em Queiroz Jr. (1982), encontramos algumas pistas sobre o reconhecimento dos grupos negros na vida brasileira, em uma perspectiva crítica: as composições populares (carnavalescas) permitiram acompanhar a evolução de um discurso sobre a mulata¹⁰⁰ caracterizado pela existência de dois pólos de avaliação. Neste discurso, tais pólos (positivo e negativo) asseguraram um tratamento ambíguo à mulata, a qual passou a ser um símbolo, este último entendido como um todo coerente multívoco. Para compreender esta dimensão multívoca, refletimos sobre alguns dos atributos que caracterizaram tal símbolo: sensual, amoral, luxuriosa, boa, volúvel, irresponsável, alegre, etc. A esta característica acrescentou-se a contínua reiteração de um padrão social de classificação dos grupos não-brancos, em particular dos negros: a negatividade metamorfoseou-se em um discurso jocoso que se expressou através da ambigüidade.

¹⁰⁰ Nós classificamos este discurso como “discurso da cor”, o qual não se referiu apenas à mulata, mas a todas as populações não-brancas no Brasil.

Os estereótipos da “mulata sensual” e da “mãe preta” referiram-se a um tipo de especialização (de gênero) do estereótipo do negro que encontrou no discurso da cor sua máxima expressão. O preconceito de cor que acompanhou tais estereótipos apresentou-se alicerçado numa idéia de origem (racial e étnica). Dessa relação resultou o diálogo conceitual entre Queiroz Jr. (1982) e Oracy Nogueira (1985): o preconceito de cor (do primeiro) é uma expressão do preconceito de marca (do segundo) vigente no Brasil. Entretanto, é necessário esclarecer que apesar de ser impossível compreender o preconceito de marca dissociado do preconceito de origem, foi através do fenótipo que se estabeleceram as negociações simbólicas, ou seja, que se definiu quem é e quem não é discriminado no país. Outros fatores atuaram nestas negociações e lhes asseguraram um aspecto relacional e conjuntural: o nível educacional, a posição sócio-econômica, etc. Mas estes não deslocaram a predominância dos fatores raciais e étnicos no sistema classificatório que estruturou a idéia de identidade nacional do país.

É através da cor que identificamos o pertencimento grupal de ambos os estereótipos¹⁰¹. A “mãe preta” expressou o papel assumido pelo negro na história oficial do país antes e depois da Abolição: foi apenas um espectador. Ela encontrou um correspondente masculino no estereótipo do “pai João”¹⁰². Na seção, a idéia que sintetizou o significado de “mãe preta” pode ser exemplificada pelo trecho: “prestimosa e utilíssima ama de leite, de nossos pais e avós”. Desse modo, evidenciou-se neste estereótipo uma proposta para a incorporação do negro no projeto nacional brasileiro: submeter-se pacificamente à condição de cidadão de segunda classe, estigmatizado pela escravidão. Já em “mulata sensual”, construiu-se outra opção: dissolver-se enquanto grupo particular (a partir da miscigenação contínua) e jogar na esfera pública e privada

¹⁰¹ Ver sobre a cor e os estereótipos étnico-raciais em FONSECA (1994).

¹⁰² Sobre as idéias que envolvem o estereótipo de “pai João”, ver SCHWARCZ (2001).

com a ambigüidade. Ambas as propostas não se excluíram e apontaram os limites e as possibilidades da valorização da diversidade no país¹⁰³.

A partir de 1930 o pacto social entre as diferentes populações brasileiras estabeleceu-se em torno do nacional, mas, uma vez que as conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais ficaram aquém das expectativas dos grupos negros (a partir das avaliações dos seus grupos organizados), iniciou-se a ruptura com o modelo nacional que negava a diversidade e favorecia a desigualdade. A organização política em bases étnicas e raciais reestruturou-se no país, nas décadas posteriores.

A seção apresentou na temática “Caboclo Amazônico” os seguintes dados sobre a composição demográfica da Amazônia: 48% de pardos, 40% de brancos, 8% de pretos e 4% de amarelos e pessoas que não declararam a cor (resultados do Recenseamento de 1940). E estabeleceu, a partir de tal composição, considerações sobre os benefícios da ausência de uma “[...] contribuição perturbadora vinda de outros elementos raciais”.

Dentre os elementos de outros grupos raciais, apesar de não ser apontado na seção, destacou-se o japonês. Em outras seções de ambas as revistas e em artigos avulsos, tivemos o japonês como objeto de discussão. Para o IBGE (nas décadas de 1930, 1940 e 1950), tratava-se de um grupo perturbador por não ser facilmente assimilável em termos étnicos e culturais e por possuir um forte sentimento nacional. Este último é apontado como consequência da sua imigração recente (a partir da década de 1920): para estes imigrantes, sua referência de nação era o Japão. Outro aspecto problemático foi o fato de vários japoneses não apresentarem interesse em desenvolver atividades voltadas para a agricultura e desejarem permanecer próximos, ou nos centros

¹⁰³ Sobre o olhar sobre a mulher negra, sua cor e seu corpo, ver FONSECA (2000).

urbanos. Isto contrariava os interesses do Governo que, a partir da década de 1940, lançava-se em uma “marcha para a ocupação do oeste brasileiro”.

Selecionamos estes trechos como expressivos da temática “Caboclo Amazônico”:

[...] Região Norte ou Amazônica, é constituída de tipos mestiços (caboclo, moreno, mulato, etc.) oficialmente consignados sob a singela designação de pardos. [...] esta forte mestiçagem pôde se processar e isenta, por assim dizer, da contribuição perturbadora vinda de outros elementos raciais. Tudo isso proporcionou, então à Região Norte, a singular situação de possuir, no Brasil, uma sociedade em que a expressão indígena predomina, tanto sob o ponto de vista étnico, como sob o cultural. [...] Na linguagem do povo, porém, curiboca e mameluco são englobados na denominação geral de caboclo, palavra que, segundo TEODORO SAMPAIO, vem do tupi cac-boc que significa tirado ou procedente do mato. O vocábulo possui, entretanto, outros significados, inclusive o sentimental, em cujo caso passa a ter a significação de pessoa querida. [...] o caboclo quando tapuio, isto é, quando indígena civilizado ou de sangue misturado, no qual, o do indígena prepondera, possui estatura baixa, corpo robusto e uma pele cor de canela ou de uma usada moeda de cobre. O nariz é chato e largo nas extremidades. Os cabelos são negros, duros e lisos, a fronte é curta. Para JOSÉ VERÍSSIMO, a nota dominante do caráter desses tapuios é uma completa, absoluta falta de energia e de ação. [...] O caráter, entretanto, é bom e os seus instintos, pacíficos. [...] os caboclos mamelucos, possuem caracteres físicos muito mais variados. O verdadeiro mameluco possui estatura mais elevada, pele cor de canela passando por todos os matizes, fronte um tanto baixa, olhos menos oblíquos e mais vivos. Os cabelos embora negros e grossos passam a ondulados, algumas vezes. Os mamelucos formam a parte mais característica da população amazônica e se encontram perfeitamente adaptados ao meio (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1948, N.º 4, p. 603-604).

A referência aos tipos mestiços como expressão do nacional da Região Amazônica é sugestiva, pois possibilita demonstrar que temos um padrão nas relações de contato para a construção da idéia de nação: a mistura. Esta apresenta como resultado a noção de um todo estranho, ou seja, de uma unidade física e simbólica indefinida, que encontra nesta característica sua definição. O pardo simboliza oficialmente esta unidade estranha que é o brasileiro. O fato de se constituir enquanto unidade não restringe ou anula sua estranheza, a qual é reconhecida social e institucionalmente a partir da

aparência (desde o final do século XIX), e é teoricamente explicada através de uma unidade conceitual também estranha, que valoriza as aproximações sem descartar as contradições. Denominamos esta unidade conceitual de “ecletismo”.

A intensidade da mestiçagem pôde ser percebida através do dado da presença de 48% de pardos no total da população da Região. Outras questões tratadas nesta temática foram: a recorrência ao uso nativo da categoria “caboclo” e a relevância do fenótipo para a caracterização racial e étnica no país. Sobre a manipulação do sentido nativo de caboclo, gostaríamos apenas de ressaltar a característica sentimental que foi apresentada pela seção. Neste caso, o uso nativo apresentou-se distante da significação etimológica “procedente do mato”, o que, provavelmente, lhe assegurou uma flexibilidade maior para negociação nas relações do cotidiano e nas de classificação *strictu sensu* (no contexto do censo). Estas considerações são importantes uma vez que sugerem que o ocorrido com a categoria caboclo não foi uma exceção. Pelo contrário, o uso nativo é que se difunde e se enraíza nas lembranças e no vocabulário da população. Segundo nossa interpretação, foi o que aconteceu com os conceitos de raça e de cultura no Brasil. Já a referência ao fenótipo apenas ressalta o papel da aparência na construção identitária dos brasileiros.

A compreensão da seção *Tipos e Aspectos do Brasil* adquire real significado quando a contextualizamos na revista: trata-se de uma seção destinada ao reconhecimento e valorização da diversidade brasileira, podendo encontrar-se ao lado de artigos e de outras seções que se caracterizam por abordagens contrárias a esta finalidade. Isto evidencia um aspecto que é recorrente em outras seções e artigos: o ecletismo. Este se trata de um recurso que se faz presente no interior das revistas de Estatística e de Geografia, seja na abordagem teórica, seja na estrutura. *Grosso modo*, podemos afirmar que este recurso assegura a dificuldade de elaborarmos parâmetros

interpretativos classificatórios. Parece existir, a cada tentativa de apreensão do sentido, uma possibilidade de fuga. Isto impõe como um caminho profícuo para a interpretação aceitarmos o fato de não existir uma relação de causa e efeito entre ecletismo e ambigüidade, mas consideramos que ambos são instrumentos de expressão da construção de um perfil identitário oficial e institucional para o país e para o IBGE, que se reforçam mutuamente.

Em *Vultos da Geografia do Brasil e Vultos da Estatística Brasileira* temos seções que comportam o contínuo resgate do valor intelectual, cultural e moral de figuras consideradas significativas para a construção do Brasil Nação, tanto na perspectiva da Geografia quanto na da Estatística. As seções *Vultos*¹⁰⁴ permite-nos realizar uma reconstrução indireta da história das relações de afinidade (cultural, política e institucional) entre o IBGE e outras instituições congêneres no país.

Semelhante reconstrução pode ser sugerida, de forma direta, a partir da consideração sobre a participação dos referidos intelectuais em ambas instituições (IBGE e congêneres). Foram estes os casos de Roquette Pinto e de Oliveira Vianna, citados ao longo do texto. E, de forma indireta, a partir do resgate das obras dos intelectuais que compuseram apenas os quadros das instituições (institutos, museus e faculdades). Lembrando que parte destas teve suas origens no século XIX. Através da rememoração, o legado destes intelectuais foi revivido e considerado exemplo para o IBGE.

Em virtude de apresentarem o mesmo padrão na estrutura e no sentido dos textos, foram seleccionados apenas exemplos da seção *Vultos* da **Revista de Geografia**.

¹⁰⁴ Um aspecto interessante destas seções é o fato de as mesmas serem acompanhadas por um texto e um desenho do vulto retratado.

O recorte justifica-se pelo fato de que tais seções não foram nosso objeto de pesquisa, e sim suportes para algumas discussões presentes na mesma.

Entre os primeiros vultos considerados na **Revista de Geografia**, podemos destacar Rio Branco e Homem de Melo. O primeiro teve seu nome reconhecido na diplomacia brasileira, e, dentre suas contribuições, ressaltou-se a definição dos limites externos do país. Além de vinculado ao IHGB, Rio Branco, foi ministro das Relações Exteriores. O segundo foi um dos presidentes do IHGB e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. O período abarcado por ambos envolveu o final do século XIX e a primeira década do XX. Ambos foram referências nas **Revistas de Geografia**, 1939, N.º 3 e N.º 4, respectivamente.

Em 1940 temos como vultos da Geografia Euclides da Cunha e, ao seu lado, Auguste de Saint-Hilaire. Saint-Hilaire trouxe contribuições substanciais nos campos da Botânica, da Fitogeografia e da Etnografia brasileiras. Também compôs o quadro de intelectuais estrangeiros do IHGB. Já Euclides da Cunha foi considerado um dos maiores geógrafos do país, segundo as considerações presentes nesta seção. Para termos uma dimensão do valor do mesmo para os intelectuais do IBGE, acompanhemos um trecho da seção:

[...] Roquette Pinto, quando estudou Euclides naturalista, classificou-o como “ecólogo”. Maurício Joppert, ao apreciar o engenheiro, acentuou como os planos, projetos e concepções do profissional tinham a base geográfica. Raja Gabaglia e Everardo Backheuser mostraram que nele o geógrafo ao par das idéias mais modernas se traía a cada passo. Firmo Dutra não vacilou em apontar como característica dominante da sua personalidade a de geógrafo explorador (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1940, N.º 2, p. 240).

Como ressaltamos anteriormente, a idéia segundo a qual as concepções euclidianas tiveram influência no contexto ibgeano torna-se perceptível de forma direta,

particularmente, nas seções *Vultos da Geografia do Brasil e Tipos e Aspectos do Brasil*. Em artigos avulsos, em ambas as revistas, encontramos algumas referências indiretas.

Já na Revista N.º 3, em 1940, encontramos os nomes de Paes Leme e Louis Agassiz. O primeiro destacou-se pelo fato de ter sido o diretor do Museu Nacional (1935-1938), de ter participado do Conselho Nacional de Geografia e de ser considerado um dos maiores geólogos de sua geração. Já Agassiz expressou, junto com Saint-Hilaire e outros (na nossa compreensão), o reconhecimento que os intelectuais estrangeiros receberam no país. Agassiz foi considerado sócio honorário do IHGB antes mesmo de chegar ao Brasil. Outro exemplo que nos permitiu dimensionar este reconhecimento foi o de Charles Frederic Hartt. Este último foi chefe da Comissão Geológica do Império do Brasil, em 1875, e diretor da terceira seção de Geologia e Mineralogia do Museu Nacional. De acordo com a seção, segue uma das apreciações sobre este intelectual:

[...] impulsionador e sistematizador dos estudos geológicos no Brasil, [...] Charles Frederic Hartt merece com justiça ser considerado um dos grandes vultos da Geografia pátria (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1940, N.º 4, p. 593).

Encontramos outro vulto, no mesmo número desta revista: o General sergipano Moreira Guimarães. Um dos maiores entusiastas das atividades geográficas da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Este auxiliou na reativação da mesma e se tornou seu presidente em 1925.

Capistrano de Abreu¹⁰⁵ foi o vulto da Revista de N.º 2, em 1944. Uma característica da obra de Capistrano que se encontra presente em outras é o fato de a mesma ser classificada como ensaio, e isto não obscurecer seu caráter científico. Dentre

¹⁰⁵ Esta seção não excedia duas páginas, uma referente ao texto e outra ao desenho. Capistrano de Abreu foi um marco com quatro páginas.

as contribuições do autor, ressaltou-se o papel de tradutor. Ainda neste ano, mas no N.º 3, temos referência a outro intelectual “ensaísta”: Joaquim Nabuco. O aspecto que mais nos despertou interesse nesta seção foi a publicação de trechos, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1944), de um discurso proferido por Nabuco, no começo do século XX. Os trechos pareciam reforçar a posição de aliado que o Brasil havia assumido no conflito: ressaltavam o papel que os Estados Unidos deveriam desempenhar no continente americano e no mundo:

[...] Todos os votos do Brasil, são, com efeito, pelo aumento da imensa influência moral que os Estados-Unidos exercem sobre a marcha da civilização e que se traduz pela existência no mundo, pela primeira vez na história, de uma vasta zona neutra de paz e livre competição humana. [...] Nós imaginamos esta influência ainda mais largamente benfazeja no futuro, não só para as duas Américas como para o mundo inteiro (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1944, N.º 3, p. 368).

A presença de Joaquim Nabuco na seção simboliza a recuperação de parte de seu legado sobre o Brasil e sobre o negro no contexto da década de 1940. Na obra **O abolicionismo**¹⁰⁶, Nabuco fornece alguns subsídios que foram desenvolvidos posteriormente por vários intelectuais. Para elucidar este ponto, destacaremos apenas dois exemplos: Ianni (1988) e Nogueira (1985). *Grosso modo*, podemos dizer que Ianni aprofundou a discussão em torno do significado da escravidão na formação social brasileira, apenas assinalada por Nabuco. Já em Nogueira, encontramos plenamente desenvolvido o que Nabuco somente aventou ao estabelecer uma análise sobre as relações entre Brasil e Estados Unidos: a diferença entre estes dois países encontrava-se principalmente na forma de pensar a inclusão e a exclusão na cidadania. A resposta encontrada por Nogueira foi a diferença entre preconceito de marca (brasileiro) e preconceito de origem (estadunidense). Sobre o negro, outra idéia que se destaca na

¹⁰⁶ Vide referência completa na **bibliografia**.

obra de Nabuco é a necessidade de se realizarem reformas evitando conflitos. Algo extremamente pertinente no contexto da década de 1940.

A seção *Vultos da Geografia do Brasil* foi interrompida em 1951, com a seguinte justificativa presente na revista: “[...] motivo de força maior” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1951, N.º 2, p. 322). No decorrer do texto, já tínhamos salientado o fato de as revistas apresentarem a inserção e retirada de seções sem maiores informações. Contudo, a seção retorna (também sem esclarecimentos).

Em 1955, no N.º 3, o vulto analisado foi Roquette Pinto. Como era característico da seção, destacou-se os feitos do autor, dentre eles o papel importante junto a direção do Museu Nacional (sobre o Museu, a seção ponderou tratar-se de um lugar de sábios autênticos). Segundo informações presentes na seção, uma das preocupações constantes de Roquette Pinto foi o destino dos povos, em particular o do povo brasileiro. Uma questão subjacente a tal preocupação foi a colonização. Temos algumas considerações sobre uma obra de Roquette Pinto, a partir de uma comparação entre o mesmo e Euclides da Cunha:

[...] Como ocorrera com os “Sertões”, que repentinamente elevaram Euclides da Cunha ao fastício da fama, semelhantemente “Rondônia” abria ao seu autor o caminho da glória (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1955, N.º 3, p. 328). [aspas do autor]

A interpretação das seções, em si, da **Revista de Estatística**, não se apresentou como frutífera, pois, em sua maioria, as mesmas foram apresentadas uma única vez, o que nos influenciou a caracterizá-las como artigos. As seções permanentes (*A Estatística na opinião dos mestres, Notícias sobre o desenvolvimento da Estatística, De ontem e de hoje, Resenha, Através da Imprensa, Estudos e Sugestões e Informações Gerais*) forneceram artigos (textos-conferências e textos teóricos) nos termos já assinalados ao longo do texto. Traremos as contribuições dos artigos avulsos no capítulo

IV, realizando, se e quando julgarmos pertinente, observações sobre as seções que neste subcapítulo não foram trabalhadas.

CAPÍTULO IV

COLCHA DE RETALHOS: RAÇA E CULTURA

NOS DISCURSOS IBGEANOS

Digressão necessária:

Este capítulo apresenta um conjunto de interpretações possíveis sobre os recortes por nós realizados nos diferentes discursos sobre imigração e colonização, saúde, educação, distribuição territorial, segurança, organização e unidade nacional, entre outros, ao longo de três décadas (1930, 1940 e 1950), na **Revista Brasileira de Geografia** e na **Revista Brasileira de Estatística**.

Cada um dos discursos supracitados foi classificado, ao longo da dissertação, como um tema-artigo (ou unidade de registro). No entanto, cada tema-artigo, na maioria das vezes, não se restringiu a uma abordagem específica sobre o assunto. Esta nomenclatura (tema-artigo) não sugeriu como a seleção e a compreensão destes artigos havia subsidiado a construção ibgeana do quesito raça/cor. Decorre deste aspecto o fato de termos utilizado tal nomenclatura apenas como um recurso didático para que os leitores pudessem estabelecer os vínculos entre os artigos selecionados e as preocupações políticas e teóricas do período tratado.

A referida nomenclatura foi transformada no presente capítulo. Com este procedimento, objetivamos contemplar a interpretação sobre como tais artigos contribuíram para a elaboração conceitual do quesito raça/cor. Ao invés de falarmos em discursos sobre saúde, educação, colonização, etc., procuramos apresentar como tais discursos se articularam na composição de temas que incidiram diretamente sobre o quesito.

Cada um dos temas gerais foi artesanalmente (re) construído por nós a partir da interpretação dos artigos. Como resultado deste processo, tivemos quatro subcapítulos: “Imigração e trabalhador nacional: experiências de colonização no país”; “O padrão das relações étnicas e raciais no Brasil”; “Reflexões sobre os recenseamentos nacionais: o quesito cor em questão”; e “Unidade e diversidade (raça e território)”.

Em virtude de termos realizado recortes nos artigos, os referidos subcapítulos foram compostos por diferentes fragmentos de discursos. A noção destes fragmentos como retalhos resultou deste processo de reconstrução. Tais retalhos compuseram um tecido (um discurso, um texto) ibgeano sobre o Instituto e sobre o Brasil (GEERTZ, 1989).

A metáfora da colcha de retalhos é significativa uma vez que nos permite flexibilizar as interpretações, demonstrando que as mesmas não esgotaram suas possibilidades no arranjo por nós elaborado. Esta metáfora também determina o fato de que as hesitações e as contradições não foram empecilhos para a construção desta (con) textura ibgeana. Outro aspecto que precisa ser salientado nesta metáfora é que foram as combinações destes fragmentos que forneceram o padrão de classificação do Brasil como nação arco-íris — inclusiva por definição. O conjunto dos fragmentos dos discursos como colcha de retalhos propicia a ambigüidade necessária para a nação arco-íris, pois esta última, ao ser questionada, pode sempre mobilizar suas contradições como forma de deslegitimar o questionamento. Decorre disso a eficácia simbólica e prática desta elaboração no contexto nacional ao longo do século XX e, sobretudo, a partir da década de 1940.

Subcapítulo I

Imigração e trabalhador nacional: experiências de colonização no país

Os conceitos de raça e de cultura passaram a ser mobilizados para responder às necessidades de uma prática discursiva sobre a existência do Brasil como nação, no fim do século XIX. Tais conceitos foram trabalhados e difundidos no interior de várias instituições de pesquisa e de ensino do país, e, posteriormente, incorporados ao sistema classificatório racial oficial da sociedade brasileira (nos recenseamentos de 1872, 1890, entre outros) e consolidados no sistema classificatório do IBGE.

Esta acepção é aceitável tanto para o conceito de raça quanto para o de cultura, pois, ao refletirmos sobre as categorias censitárias do quesito raça/cor, percebemos que elas apresentaram um padrão ao longo do período (1872-2000): continuaram dialogando com o fenótipo e com a ascendência. O discurso cultural, no Brasil, não produziu uma ruptura no padrão de classificação fornecido pelo discurso racial. Ambos, desde o final do século XIX, tornaram-se intercambiáveis a partir da recorrência à categoria nativa “cor” (SODRÉ, 1988). A cor foi e continua sendo o signo que permitiu comunicar as diferenças significativas na cultura como diferenças de raça (MAGGIE, 1991). A partir de tais considerações, podemos entender a função semântica e a retórica do sistema classificatório racial brasileiro: a semântica permitiu reconhecer as particularidades teóricas de raça e de cultura (enfocando as mudanças sem rupturas); a pragmática enfatizou a manipulação de raça e cultura como sinônimos, a partir do discurso da cor (MAGGIE, 2002).

O discurso da cor garantiu que o conceito de cultura funcionasse como suporte teórico para o emprego de raça em seu sentido social e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do racismo. Tanto o discurso racial quanto o cultural foram utilizados

para classificar hierarquicamente os diferentes grupos humanos. No entanto, o discurso cultural diferia do primeiro ao assegurar que a idéia de inferioridade fosse relativizada, já que deixava intacta a concepção de hierarquia. Em Sodré (1988), encontramos uma diretriz para compreender este processo:

[...] Cultura [passou] a demarcar fronteiras, estabelecer categorias de pensamento, justificar as mais diversas ações e atitudes, a instaurar doutrinariamente o racismo e a se substancializar, ocultando a arbitrariedade histórica de sua invenção (SODRÉ, 1988, p. 8).

Assim como raça, cultura é um discurso sobre inclusão e exclusão num grupo determinado ao longo do tempo. Este discurso permitiu que, ao se construir um sentido de pertencimento (ou seja, de unidade), pudesse se desenvolver um sentido de diferença. Na tradição européia ocidental, tais discursos foram mobilizados para demarcar as fronteiras simbólicas dos Estados Nacionais (STOLCKE, 2002, e HOBBSAWM, 2002), ou seja, para definir quem era e quem não era cidadão, e, deste modo, quem tinha e quem não tinha deveres e direitos assegurados pelo Estado. Foram tais discursos que permitiram a elaboração de duas doutrinas contrastantes, mas não excludentes, de nacionalidade¹⁰⁷: o direito do sangue (*jus sanguinis*), a partir da valorização da dimensão racial como expressão de uma determinada sociedade, e o direito do solo (*jus soli*), através do reconhecimento da dimensão cultural enquanto expressão de unidade (STOLCKE, 2002).

No Brasil, a prática da mistura¹⁰⁸ nas relações sociais (particularmente nas sexuais, forçada e permitida desde o início da colonização) entre grupos culturais e

¹⁰⁷ Tais doutrinas não se excluam porque os conceitos que funcionavam como seus alicerces (raça e cultura) complementavam-se em seu sentido último: a classificação hierárquica dos grupos humanos.

¹⁰⁸ No século XIX, a prática da mistura recebeu uma elaboração teórica orientada pelo conceito de raça, que a investiu de cientificidade ao estabelecer que, a partir deste procedimento, era possível reduzir a variabilidade dos sujeitos aparentados e produzir um melhoramento dos resultados dos cruzamentos. Tais idéias a partir de Mendel (final do século XIX) já haviam sido desacreditadas; todavia, continuaram presentes nos discursos ibgeanos sobre imigração e colonização em meados do século XX, no Brasil.

raciais distintos — nativos (indígenas) e estrangeiros (europeus e africanos) — e o ideal de branqueamento, erigido como valor último no final do século XIX, impuseram como alternativa a adoção de ambos os princípios de nacionalidade para a construção do brasileiro. A adoção exclusiva de qualquer um dos princípios trazia inconvenientes políticos e sociais.

A relação (mistura) entre grupos nativos e estrangeiros e o reconhecimento de uma hierarquia entre os mesmos inviabilizava o fundamento da nacionalidade através do *jus sanguinis*. Este último baseava-se numa idéia de pureza como condição para a unidade do grupo. A opção *jus soli* satisfazia ao ideário de branqueamento e de aumento da densidade populacional, mas também criava inconvenientes (um destes era o fato de as correntes imigratórias ameaçarem constantemente a unidade). A unidade a partir do princípio de *jus soli* encontrava-se baseada na mistura entre nativos e estrangeiros, e novamente a questão da pureza permanecia como algo problemático. No Brasil, a mistura como prática sócio-política, para utilizarmos uma expressão de Chauí (2003), impôs como discurso sobre o nacional a combinação dos princípios *jus sanguinis* e *jus soli*, substituindo a noção de pureza *strictu sensu* por processo de depuração (esta última em virtude da larga aceitação da doutrina do branqueamento), e, posteriormente, pela mistura como valor em si mesma (a partir da década de 1930). Neste contexto, o princípio de *jus sanguinis* foi mobilizado retoricamente, enquanto o *jus soli* foi institucionalizado.

A discussão sobre tais princípios de nacionalidade e suas possibilidades e limites para a construção do povo e do território brasileiro estiveram presentes desde a Independência (1822) até a década de 1960 (período abarcado pela pesquisa e caracterizado pela marcha para o oeste brasileiro). Estas discussões encontraram na **Revista de Geografia** e na **Revista de Estatística** do IBGE fóruns de debate

privilegiados. E nos permitiram, também, acompanhar, a partir do tema “*imigração e trabalhador nacional: experiências de colonização no país*”, em ambas as revistas, abordagens ambíguas dos conceitos de raça e de cultura para a elaboração do referencial teórico do quesito raça/cor.

Um retalho da colcha pode ser exemplificado por meio de Deffontaines (1939), que ignorou os relatos históricos sobre os conflitos entre os trabalhadores nacionais e os estrangeiros, particularmente no contexto urbano, assim como entre os trabalhadores em geral e o governo¹⁰⁹. E, desconsiderando as denúncias sobre as péssimas condições de trabalho, afirmava em seu artigo:

[...] o operário leva uma vida fácil e sadia; os conflitos sociais são raros, a noção de classe operária não existe (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1939, N.º 1, 30).

Os adjetivos “fácil” e “sadia” poderiam ser utilizados para explicar a vida dos patrões nas casas-grandes e nos sobrados, mas certamente omitiam a realidade dos operários, suas vidas — nos mocambos (novas senzalas) e nas casas de imigrantes (locais de residência), assim como nas fábricas, nas ruas, nos portos (locais de trabalho) — não eram nem fáceis nem sadias.

Quando citou a raridade dos conflitos sociais, Deffontaines (1939) inverteu de forma conveniente a realidade uma vez que era rara a harmonia nas relações entre os diferentes grupos sociais que compunham a população do país.

Deffontaines (1939), ao explicitar sua opinião sobre a composição étnica brasileira, no final da década de 1930, corroborou os ideais propostos pelas políticas de imigração do final do século XIX, afirmando que as mesmas resultaram na construção da maior população branca dos trópicos:

¹⁰⁹ Ver FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1976.

[...] [O Brasil] é o único país tropical em que os brancos estão em imensa maioria; eles elaboraram um tipo humano em progressão rápida e o país merece pois, sob este ponto de vista, um estudo atento (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1939, N.º 1, p. 31).

A partir deste discurso, o autor explicitou que foram os grupos brancos, ou melhor, as elites políticas e intelectuais brancas, que elaboraram, a partir da política imigratória (orientada pelo ideário de branqueamento), um tipo humano em progressão rápida (a noção de evolução em sentido único fez-se presente nestas considerações do autor). Tal tipo humano (o mestiço, racial e culturalmente branco) foi o resultado do projeto das elites brasileiras para a construção do povo. Um projeto iniciado de forma sistemática, no final do século XIX, e revigorado no século XX, através da contínua imigração europeia e do abandono das populações locais (negros, indígenas e seus descendentes) à própria sorte.

A caracterização da população brasileira (feita por Deffontaines) como imensa maioria branca merece ponderações. Uma das mais significativas é o fato de a referida maioria resultar de um ideal, representado por um postulado difuso, baseado nas idéias racistas de Lacerda, Sílvio Romero, Nina Rodrigues e, mais tarde, Oliveira Vianna sobre miscigenação e branqueamento, e não de pesquisas censitárias consistentes. O citado postulado reconhecia intuitivamente, a partir de projeções estatísticas pouco confiáveis, o desaparecimento gradual das “populações de cor” e o crescimento da população mestiça “branca”, tanto no sentido racial (biológico) quanto no cultural.

Deffontaines (1939) reiterou a interpretação sobre a principal característica do mestiço brasileiro (a cor), ao considerar, como atributo fundamental do seu tipo humano, a preponderância do sangue europeu. E estabeleceu uma correspondência direta com as idéias de Euclides da Cunha, e seus interlocutores nas revistas de Geografia e de Estatística, ao caracterizar como exemplo máximo de seu tipo: o bandeirante.

O projeto de povo e de nação brasileira que emergia das palavras de Deffontaines (1939) excluía os grupos negros e indígenas. Em virtude disso, o autor citou os grupos negros (os quais ele denominava “populações de cor”) apenas para discorrer sobre a péssima influência que tais populações exerciam sobre os hábitos das populações brancas. E considerou os grupos indígenas somente para ressaltar que seu declínio numérico no Brasil justificava a inexistência de uma questão indígena no país, como a existente na América Espanhola¹¹⁰.

Deffontaines (1939) defendeu e congratulou o papel intervencionista do Governo:

[...] Empreendeu-se agora, felizmente, uma verdadeira campanha sanitária para evitar este decréscimo do potencial da raça, em São Paulo sobretudo (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1939, N.º 1, p. 33 e 34).

A supracitada fala de Deffontaines fornece dois elementos interessantes. O primeiro: desloca o fato de a intervenção, a partir de campanhas eugênicas e higiênicas, ser uma constante desde o final do século XIX, e apenas intensificada na década de 1930. O segundo: a conotação de raça ser tanto social quanto biológica. A manipulação do significado biológico deste conceito permitiu ao autor defender a necessidade de evitar o decréscimo do potencial da raça. Já a referência “em São Paulo sobretudo”, forneceu-nos a idéia de que as políticas imigratórias e sanitárias foram elaboradas e implementadas por e para este estado e sua região, e, apenas posteriormente, para a União.

Uma outra abordagem sobre imigração foi a reflexão elaborada pelo consultor técnico do IBGE, Delgado de Carvalho (1941), na seção *Comentários*. Este autor, ao

¹¹⁰ Esta idéia confirma nossa hipótese de que a população indígena brasileira sempre foi considerada uma minoria em sentido político e numérico, a partir da Primeira República.

tratar sobre o tema da colonização dentro do contexto da “marcha para o oeste”, polemizou com o geógrafo norte-americano Preston James¹¹¹. James reconhecia como modelos bem-sucedidos de colonização os núcleos que, ao se expandirem, não deixavam vácuos; e atribuía o sucesso deste tipo de colonização no Brasil aos imigrantes alemães e italianos. Carvalho (1941) discordava que tais núcleos fossem apenas obras de colonos estrangeiros. Segundo ele, todos os brasileiros, inclusive o presidente, encontravam-se empenhados numa “[...] “marcha para o oeste”, mas da marcha expansão e não marcha deslocação” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, N.º 1, p. 126).

No bojo do projeto de colonização, a marcha expansão, o contingente populacional brasileiro (negros, mestiços e indígenas) foi negligenciado enquanto as reflexões sobre a caracterização do imigrante ideal e as experiências de colonização no Brasil ocuparam o cenário político, as preocupações e as disputas intelectuais no período.

Ao enveredar pelos assuntos “imigração” e “colonização”, Carvalho (1941) analisou as considerações de James sobre os colonos alemães no Sul do Brasil. Para James, estes imigrantes, juntamente com os italianos, forneciam o modelo de colono desejável para o país. Os posicionamentos favoráveis ou desfavoráveis com relação a estes imigrantes e aos imigrantes japoneses ocuparam as páginas de vários artigos de ambas as revistas do IBGE, nas décadas de 1930, 1940 e 1950 (da mesma forma que, no fim do século XIX, os debates em torno do imigrante ideal encontraram-se difundidos pela imprensa, pelas revistas dos museus e dos institutos, assim como pelas atas das câmaras, entre outros lugares). Tais posicionamentos marcaram o diálogo do presente (1936 a 1960) com o passado, pois ambos defendiam, com outras palavras, a mesma concepção de nação, a qual aceitava a mistura como uma estratégia para construção do

¹¹¹ Este autor dedicava-se a estudar no Brasil a relação colonização *versus* vácuos.

povo dentro do ideal de branqueamento racial e cultural. O debate subjacente à questão da imigração e do trabalhador nacional no século XX continuava sendo “a formação do povo brasileiro”.

Nas idéias apresentadas por James, no artigo, destacou-se o fato de a pequena mistura entre os grupos alemães e a população nacional ter favorecido:

[...] a influência de agentes e organizadores de movimentos baseados sobre o tema da solidariedade alemã (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, N.º 1, p. 130).

A citada influência, na avaliação de Carvalho (1941), derivava de algumas concepções equivocadas da política de colonização brasileira, as quais não deveriam ser repetidas: dentre elas, a de ter possibilitado o insulamento social dos grupos de imigrantes. Segundo Carvalho, grande parte dos dados que foram utilizados por James, no artigo, foram hauridos de um cientista alemão que vivia há muitos anos no Brasil: Reinhard Maack¹¹². Este último realizava algumas reflexões problemáticas sobre os fundamentos da nacionalidade. O caráter problemático derivava do fato de destacar, do nacional brasileiro, a etnicidade como característica identitária dos grupos alemães no país.

Para Maack, a classificação resultante dos fundamentos (*jus soli* e *jus sanguinis*) da nacionalidade brasileira estabelecia a diferença entre os teuto-brasileiros (alemães nascidos no Brasil) e os *Reichsdeutsche* (alemães nascidos na Alemanha). Carvalho (1941) reconhecia que esta classificação fornecia uma distinção importante entre “os de dentro” e “os de fora”. Contudo, “os de fora”, isto é, os *Reichsdeutsche*, também estavam dentro do Brasil, daí a necessidade de Carvalho discordar dos desdobramentos que Maack construiu sobre tal classificação. Maack, ao falar dos

¹¹² Carvalho (1941) abandonou sua discussão com James, tornando Maack seu interlocutor principal no artigo. Decorre deste posicionamento do autor nossa mudança de enfoque para as concepções de Maack.

Reichsdeutsche, universalizou sua análise para todos os alemães. Ele afirmava que a unidade alemã fundamentada na raça e na cultura é inabalável, e a referência de nação e, desse modo, de cidadania, permanece vinculada à Alemanha. Neste contexto, os *Reichsdeutsche* são:

[...] parte da nação brasileira, mas são nascidos na Alemanha de pais alemães e continuam a ser cidadãos alemães [...] compreensíveis regulamentações do governo brasileiro “— diz ele —” não podem destruir a unidade nacional de todos os alemães, unidos por laços de sangue comum e de cultura comum. Um alemão permanece no estrangeiro sempre alemão, no sentido nacional, qualquer que seja o país a que o seu destino o tenha levado ou o continente em que tenha nascido (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, N.º 1, p. 132). [aspas do autor]

Para contrapor as idéias de Maack sobre nação, qualificadas como “perigosas”, Carvalho (1941) evocou o posicionamento defendido pelo Continente Americano, no Congresso Pan-americano de Lima, em 1938. Era o discurso oficial sendo mobilizado para a defesa da sociedade brasileira, para a salvaguarda da nação arco-íris:

[...] a Ata Final do último Congresso Pan-americano de Lima, em fins de 1938, estipula positivamente, no seu artigo XXVII, que “a proteção das minorias estrangeiras não tem aplicação na América. Os estrangeiros não podem invocar a condição de minorias coletivas. Só podem gozar de direitos correspondentes, ou individuais” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, N.º 1, p. 133 e 134). [aspas do autor]

As resoluções do Congresso, ao estabelecerem que “os estrangeiros não podem invocar a condição de minorias coletivas”, evidenciaram o discurso oficial do Continente sobre o tema. Carvalho (1941), ao mobilizar este discurso, buscou minimizar a influência de discursos como o de Maack., os quais fomentavam e difundiam a idéia de minoria estrangeira no Brasil. A solidariedade com fundamento étnico (de origem racial e cultural) foi colocada pelo discurso oficial fora de lugar no Brasil e na América.

Interessa-nos salientar a contradição apresentada pelos discursos de Maack. Ao mesmo tempo que este autor defendia a condição de minoria, afirmava de forma categórica que era ridículo falar em perigo alemão no Brasil. Carvalho (1941) avaliava que existiam razões para que as elites políticas e intelectuais do país se preocupassem com discursos como o de Maack. Afinal, o perigo alemão era uma realidade, e não era um caso isolado, já que outras organizações com fundamento étnico existiam no Brasil e outras novas poderiam ser criadas. A maior delas, na década de 1930, foi a Frente Negra Brasileira. Justificava-se, desse modo, na concepção de Carvalho, tanto a necessidade como a pertinência das políticas intervencionistas do Estado para a desestruturação de tais organizações visando assegurar a unidade nacional.

Em outro momento do artigo, Carvalho (1941) desenvolveu uma interpretação sobre o significado de minoria no Brasil:

[...] O que distingue essencialmente as minorias raciais da Europa das minorias em países novos é a origem histórica e o processo de formação daqueles e destas: no continente europeu, são oriundas, segundo as vicissitudes das ocupações e das conquistas, das vitórias ou das derrotas, independente da vontade dos atuais representantes dessas minorias. Nos países da América, ao contrário, resultam de uma ocupação pacífica, livre e garantida pela potência detentora dos territórios colonizados, sob a condição da aceitação da soberania e autoridade desta potência. O imigrante que entra é livre, sabe quais as responsabilidades que assume e, ipso facto, se compromete tacitamente a não reivindicar direitos extraterritoriais, que lei alguma lhe pode conceder (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, N.º 1, p. 135 e 136).

Na visão de Carvalho (1941) — do IBGE e do Governo —, a idéia de minoria construída no contexto europeu encontrava-se deslocada no Brasil. A idéia de minoria aceita no país não se referia aos estrangeiros e sim aos nativos. Ou seja, reconhecíamos como minoria os grupos indígenas. Os estrangeiros imigrantes livres (alemães, italianos, japoneses, etc.) e os estrangeiros resultados das imigrações compulsórias (os grupos

negros) não foram e não são reconhecidos como minorias. A classificação de minoria no Brasil era e continua sendo política e numérica¹¹³.

A justificativa encontrada para não considerar os imigrantes livres como minoria refere-se ao fato de sua entrada ter sido pacífica e livre, de acordo com a definição de Carvalho (1941). No entanto, esta justificativa não pode ser mobilizada para os grupos negros, já que sua presença na América (e no território brasileiro, em particular) não foi nem pacífica e nem livre. O maior problema em reconhecer os grupos negros enquanto negros (e, nesta perspectiva, a idéia de minoria) é que os mesmos — em virtude do caráter compulsório das imigrações — poderiam reivindicar direitos extraterritoriais e permanecer nacionais. Esta reivindicação seria legítima, porém traria o inconveniente do questionamento da construção da nacionalidade no país. E forçaria o Brasil a assumir oficialmente que a construção da nacionalidade e, conseqüentemente, da cidadania foi erigida a partir da exclusão da população negra. O *jus soli* foi institucionalizado para favorecer a imigração branca e combinado ao *jus sanguinis*, através da crença no sangue, para a depuração dos produtos dos cruzamentos ao longo das gerações, chegando-se à formação do tipo nacional: o mestiço “branco”. Esta abordagem reforçou a concepção de que houve e há uma dívida histórica com a população negra no país.

No Brasil, o discurso da cor foi a estratégia política e teórica para mobilizar a idéia de mistura entre os diferentes grupos raciais e étnicos, deslocando a noção de união. O instrumento para orientar a forma de estabelecer a diferença no país foi o sistema classificatório racial instituído oficialmente no final do século XIX e ressignificado com o IBGE na década de 1930. Semelhante instrumento encontrou seu fundamento na prática-discursiva da mistura.

¹¹³ Como já apontado, anteriormente, na interpretação de Deffontaines (1939).

Neste contexto, o estímulo ao reconhecimento e à valorização da percepção racial e étnica, sem correspondência com o nacional, foi e continua sendo considerado uma afronta à idéia de nação brasileira mestiça, e, dessa forma, uma ameaça à unidade nacional.

No país, os únicos grupos reconhecidos como minoria são os indígenas, pois estes, além de serem nativos, apresentam um montante populacional reduzido. Pode-se afirmar que os indígenas foram envolvidos pelo discurso da cor, através da idéia de raça amarela no final do século XIX, e da categoria “pardo” na Segunda República¹¹⁴. No entanto, não parece ter sido o fenótipo (em particular a cor) a característica que particularizou as populações indígenas, e sim uma interpretação enrijecida de cultura (uma compreensão que aproximou “cultura” de uma concepção determinista do conceito de raça). Essas circunstâncias parecem ter fornecido as condições para que os grupos indígenas pudessem se desvencilhar do discurso da cor. Ou seja, tais circunstâncias parecem ter contribuído para que houvesse o reconhecimento da existência de uma questão étnica indígena no país (a partir de 1960), que foi construída politicamente por alguns intelectuais, lideranças indígenas e políticos, culminando com a inserção da categoria censitária “indígena”, na década de 1990¹¹⁵, no quadro ibgeano.

A questão étnica, ao ser transposta para outros grupos além dos indígenas, não encontrou receptividade no Brasil. Isto parece resultar do fato de os demais grupos (negros, japoneses, alemães, italianos, etc.) serem considerados estrangeiros. O reconhecimento destes segmentos populacionais como grupos étnicos é concebido como uma ameaça à unidade nacional. Esta última estaria vinculada ao fato de tais grupos colocarem em xeque a inclusão da sociedade arco-íris, demonstrando que a mesma seria

¹¹⁴ As facetas da utilização do discurso da cor para os grupos indígenas exigem um trabalho específico, que esta dissertação não tem ambição de abordar nem de forma introdutória.

¹¹⁵ Esta consideração é uma hipótese e não um pressuposto. Neste contexto, os estudiosos da questão étnica indígena poderiam afirmá-la ou refutá-la em pesquisas futuras.

mais retórica do que efetiva. Os problemas sociais brasileiros, até a década de 1950, eram vistos como “problemas de classe”. O reconhecimento dos grupos (negros, japoneses, alemães, italianos, etc.) fora do modelo nacional mestiço colocaria em questão o fato de que tais problemas apresentavam outro fundamento: a etnia (isto é, a raça ou a cultura)¹¹⁶. A idéia genérica de povo (concebida e difundida pelos teóricos ibgeanos) não comportava este tipo de abordagem, por isso o silêncio sobre a questão étnica no país.

A noção de cultura brasileira¹¹⁷ e a idéia genérica de povo que a mesma alicerçava foram mobilizadas, até a década de 1950, como uma estratégia para obscurecer seu caráter ideológico (MOTA, 2002). Ou seja, para ocultar a fragilidade e, de certa forma, a arbitrariedade de uma elaboração identitária que aceitou apenas pragmaticamente a diversidade no país.

Na década de 1950 iniciou-se um sutil processo de revisão (teórica e política), marcado principalmente pelo reconhecimento do subdesenvolvimento do Brasil e, desta forma, da existência das desigualdades resultantes das classes sociais (MOTA, 2002). No entanto, tratava-se de um processo limitado, pois continuou manipulando a idéia de unidade cultural e étnica (fundamentada no mestiço) como argumento para a existência de uma suposta igualdade simbólica no país.

No Brasil, continuou atuante a metáfora da cor e a concepção de mistura para os grupos “estrangeiros”. Para os grupos negros, a metáfora da cor e a concepção de mistura funcionaram (e ainda funcionam) como um instrumento para deslegitimar as reivindicações por uma redistribuição simbólica, uma vez que havia e há uma

¹¹⁶ O conceito de etnia parece sintetizar as compreensões que os teóricos ibgeanos possuíam de raça e de cultura. Qualquer uma das concepções mobilizadas por raça, por cultura ou por etnia é vista como uma ameaça ao modelo nacional mestiço.

¹¹⁷ Tal noção tinha sido elaborada segundo as concepções de Freyre, a partir das décadas de 1920 e 1930, e atualizadas nas décadas posteriores, por Fernando de Azevedo. Ver o próximo **subcapítulo**.

“igualdade”. Ao passo que, para os grupos alemães e italianos (dentre outros), funcionaram como um entrave no processo de explicitação do hífen oculto, ou seja, como um obstáculo para o reconhecimento dos teuto-brasileiros, dos ítalo-brasileiros, etc., como nacionais não estereotipados (LESSER, 2001).

Prince (1941), em artigo publicado na seção *Comentários*, discutia sobre o cruzamento entre grupos étnicos diferentes, nos seguintes termos:

[...] durante curtos períodos de tempo, o cruzamento de membros de grupos étnicos muito diversos, poderá dar lugar a desharmonias físicas e mentais, as quais tendem a desaparecer através de certo número de gerações. O assunto reclama mais ampla investigação, porquanto, embora parcamente e sujeitos à crítica os resultados obtidos até aqui, tendem eles a demonstrar a existência de certo fundamento biológico e social nos planos nacionais de governos, planos de iniludível importância, como a política oficial dum “Austrália Branca” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, N.º 2, p. 412).
[aspas do autor]

As idéias sobre degeneração que apareceram no artigo como “desharmonias físicas e mentais” sugeriram uma concepção sobre mistura ou sangue que se encontrava relacionada a uma interpretação biológica de “grupos étnicos”. Esta dimensão biológica apresentava-se fundamentada nas teorias raciais do fim do século XIX, e reforçava a noção de que grupos étnicos e grupos raciais foram tratados como sinônimos mesmo em meados do século XX. Ou melhor, que o conceito de etnia só adquiriu significado no Brasil quando associado ao conceito culturalizado de raça e racializado de cultura.

Apesar de não ter sido citado por Prince (1941), o Brasil também implementou várias políticas (imigratórias, em sua maioria) cujo fundamento era biológico e social. A diferença entre o discurso oficial brasileiro e o australiano consistiu no fato de o primeiro ter realizado um discurso ambíguo que ora defendia a proposta de criação de uma nação branca nos trópicos, ora reconhecia o mestiço como o símbolo nacional (omitindo que este mestiço era o mestiço nos moldes do branqueamento).

As idéias de Prince (1941) sobre as “populações de cor” foram convenientes para os discursos ibgeanos e do governo que defendiam a intervenção na vida pública e privada destas populações como uma estratégia para promover a educação e a saúde das populações brancas. Acompanhemos as considerações de Prince:

[...] Como acontece em Flórida, as populações de cor ou de baixos padrões de vida, tornam-se verdadeiros reservatórios infecciosos para a contaminação dos brancos (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, N.º 2, p. 413).

Uma publicação com este teor, ao focalizar a Flórida, permitia que as elites políticas e intelectuais brasileiras pudessem explicitar e difundir um discurso racista, assim como sugerir algumas diretrizes, também racistas, para a formação do tipo étnico brasileiro sem se comprometerem politicamente. Eis a sutileza dos discursos das revistas ibgeanas. Dentre tais diretrizes, destacava-se a continuidade da imigração européia (para assegurar a continuidade do branqueamento) e o estabelecimento de políticas eugênicas e higiênicas para as “populações de cor”.

A visão sobre tais populações como “reservatórios infecciosos” corroborava a interpretação de Costa (1989) sobre a utilização do corpo escravo e, após a Abolição, do corpo negro pela sociedade brasileira: ambos foram manipulados no imaginário social como exemplos de corrupção moral e física. Exemplos que necessitavam da intervenção normativa do Estado “para o seu próprio bem e para o bem coletivo” (FONSECA, 2000).

De acordo com Mibielli de Carvalho (1942), na **Revista Brasileira de Estatística**, os dados preliminares do recenseamento de 1940 impuseram a necessidade de rever a política imigratória do país. Para a referida revisão, houve uma proposta de Mibielli (que será apresentada mais adiante). Contudo, o que nos chamou atenção foram

as considerações deste autor sobre o trabalhador nacional. Para nós, as mesmas demonstraram o lugar político e social ocupado por tal trabalhador na vida brasileira.

O interior, segundo a leitura dos dados do recenseamento por Mibielli, permanecia despovoado, e a maior causa disso seria o decréscimo da imigração¹¹⁸. Este fato resultava da política imigratória implementada na década de 1930:

Ás vezes que se levantaram no seio da Constituinte de 1934 em prol de uma restrição imigratória com fins étnicos vieram juntar-se as daqueles que pleiteavam a mesma providência afim de assegurar maior proteção ao trabalhador nacional contra a competição do estrangeiro (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1942, N.º 9, p. 114).

Um dos aspectos interessantes desta citação é a referência sobre a competição entre nacionais e estrangeiros. Esta referência aponta para a existência de conflitos entre os mesmos, algo que havia sido negado por Deffontaines (1939), em outra edição da revista.

As vezes que defendiam restrições para a imigração, apoiadas em fins étnicos, fizeram-se ouvir. O resultado foi a implementação da restrição imigratória. Todavia, a forma como a mesma foi implementada não satisfaz os opositores da imigração japonesa no Brasil.

Segundo Mibielli de Carvalho (1942), a quota foi o critério definido para a restrição e teve como base o contingente fixado no país nos últimos cinquenta anos. Este critério, nas palavras de Mibielli, beneficiou “somente uma imigração por todos os motivos indesejável para o Brasil, — a japonesa” (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1942, N.º 9, p. 116). Os motivos considerados pelo autor ancoravam-se no repertório racial do final do século XIX que apontava a raça (amarela) como

¹¹⁸ Particularmente o decréscimo da imigração européia.

intermediária na cadeia evolutiva e portadora de uma cultura bárbara, inassimilável¹¹⁹. A categoria “indesejável” foi manipulada para classificar os imigrantes que não serviam para o modelo mestiço de nacional. Este foi o caso da população japonesa, que apenas foi reconhecida como parte da nação brasileira a partir de uma visão estereotipada:

Importa abolir a legislação de emergência ora em vigor, que vem favorecendo a entrada de elementos indesejáveis, os quais se estão estabelecendo, exclusivamente, em nossos centros urbanos e neles proliferando como cogumelos; [...] (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1942, N.º 9, p. 122).

Assim como os grupos negros, mestiços e indígenas, os grupos japoneses perderam sua humanidade em vários discursos ibgeanos. Para obtermos uma dimensão deste processo, consideremos as supracitadas palavras de Mibielli de Carvalho (1942) sobre sua proliferação como “cogumelos” nos centros urbanos brasileiros.

Para este autor, a revisão da política imigratória brasileira deveria favorecer a recuperação de seu antigo e mais importante propósito, ou seja, a imigração de europeus brancos. Outro aspecto salientado pelo autor era a necessidade de assegurar que, entre esses imigrantes desejáveis, fossem selecionados aqueles que possuíssem maiores afinidades culturais com a população brasileira (o que não era o caso dos japoneses). Deste modo, o discurso de Mibielli (1942) apresentava uma percepção de raça e de cultura como diferentes dimensões (de origem) que eram fundamentais para assegurar a unidade nacional existente.

As vozes que reivindicavam proteção para o trabalhador nacional também foram atendidas pelo governo, a partir de suas políticas trabalhistas, de saúde e de previdência. No entanto, as respostas do governo ficaram aquém das expectativas dos

¹¹⁹ No Brasil, do final do século XIX até meados do XX, a concepção de “raça amarela” é ambígua, referindo-se aos grupos nativos (os indígenas) e aos grupos estrangeiros (japoneses). As visões positivas e negativas migram de um grupo ao outro dependendo do contexto.

trabalhadores, tanto em âmbito quantitativo quanto qualitativo. Para isto, não houve uma proposta de Mibielli de Carvalho.

No entanto, foi este autor, ao falar do êxodo rural (em particular, da migração interna, do Norte para o Sul do Brasil), que nos possibilitou um ótimo exemplo de como o trabalhador nacional foi definido e tratado pelo governo e pelos patrões. O êxodo foi uma consequência do abandono do trabalhador nacional, o qual, sem perspectiva, saiu em busca de melhores oportunidades nas regiões favorecidas pelos processos de urbanização e de industrialização:

[...] Abandonando em grandes levadas a sua terra, [...] centenas de indivíduos (“baianos”, como pitorescamente são conhecidos no interior, embora procedam de outros Estados do Norte) perecem no caminho, ou ao alcançar a estação da Central do Brasil (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1942, N.º 9, p. 117). [aspas do autor]

Mibielli de Carvalho (1942) ao estudar esta migração, apontou algumas das justificativas fornecidas por fazendeiros (principalmente do Estado de São Paulo) para não empregarem os trabalhadores nacionais supracitados (os “baianos”). Apesar de estes últimos não serem provenientes apenas do Estado da Bahia, como afirmou o autor, mas de diferentes estados do Norte e Nordeste, foram classificados como um grupo homogêneo (baianos) a partir de um estigma. De acordo com Guimarães (2002) destacar como aspecto definidor de um grupo hábitos deficientes de higiene e de limpeza é uma forma de estigmatizá-lo. No caso dos “baianos” encontramos este procedimento.

O trecho abaixo resulta das justificativas apontadas pelos fazendeiros paulistas para não empregarem os “baianos”, isto é, aponta a qualificação atribuída a estes trabalhadores a partir de dois adjetivos: ignorante (sem educação) e doente (sem saúde):

[...] O nordestino, vindo de regiões onde há absoluta carência de recursos materiais [...] sem conforto, sem educação e sem saúde, ao instalar-se [nas casas construídas para os colonos estrangeiros] deixa que elas se arruinem [...] seria de maior proveito para o país, ao nosso ver, que se procurasse arraigar o nordestino no seu Nordeste. [...] Deixemos o sul, onde o clima é mais ameno, de preferência para a colonização alienígena, e para o paulista, o paranaense, o catarinense e o gaúcho, tipos para os quais o sangue estrangeiro muito concorreu, com apreciáveis resultados para a raça (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1942, N.º 9, p. 118-119).

No entanto, faz-se necessário apontar que a referência negativa ao Estado da Bahia, não é casual, pois é este o estado que apresenta a maior população negra do país. Neste sentido, o termo “baiano” não suscita apenas a existência de hábitos deficientes de higiene e de limpeza, mas uma síntese de diferentes estigmas (pobreza, anomia, delinqüência, etc.) que reitera as visões difundidas sobre os grupos negros no Brasil.

Ao caracterizar o paulista, o paranaense, o gaúcho, o catarinense, dentre outros, como tipos preferenciais para a colonização do Sul do país, o autor apresentou como aspecto definidor do tipo sua composição somática (e nesta, a presença do sangue europeu). O nordestino, por ser desprovido de tal atributo, não seria reconhecido como um tipo aceitável e apreciável de mestiço brasileiro. Exceto o nordestino bandeirante.

Mibielli de Carvalho (1942), ao apresentar tais justificativas, garantiu que pudéssemos perceber a dimensão da rejeição que o trabalhador nacional e, em particular, o trabalhador nordestino, enfrentava no país. Existia (e ainda existe) uma valorização dos sulinos, o que, em última instância, representava uma valorização do mestiço símbolo do brasileiro ideal (o mestiço com sangue europeu). Nas entrelinhas destes discursos (de Mibielli e dos fazendeiros) percebemos uma idéia difusa sobre a existência de mestiços superiores (sulinos, com a colaboração incisiva da imigração) e inferiores (nortistas, sem a contribuição efetiva da imigração estrangeira). Tanto o estigma atribuído aos “baianos” quanto a valorização (racial e cultural) dos “sulinos”

encontravam-se alicerçados em um referencial racista, que ora aparece de forma explícita, ora se esconde nas páginas das revistas do Instituto.

Se o artigo de Mibielli (1942) suscitou a segregação territorial como proposta, o artigo de Câmara (1948)¹²⁰ apresentou-a como uma realidade no Estado de Santa Catarina. No entanto, deve-se destacar que tal realidade não foi exclusividade deste estado, e sim intensificada nas regiões com maior presença de imigrantes europeus.

Mais uma faceta da colcha de retalhos ibgeana: a **Revista Brasileira de Geografia** publicou, na seção *Noticiário*, um artigo sobre as recomendações estabelecidas pelo Congresso Demográfico Interamericano (ocorrido em 1943, no México) para a realização do recenseamento de 1950 e da política de imigração no Continente. Sobre esta última, o Congresso estabelecia a necessidade do compromisso dos países em combater o preconceito racial na seleção dos imigrantes, assim como de assegurar que a eugenia fizesse parte da política de melhoramento da população nacional (mas que fosse empregada para os diferentes grupos raciais do país, sem discriminações). Na mesma seção e número, publicou-se o posicionamento contrário às referidas recomendações, salientando as orientações oficiais brasileiras nas palavras de Ernani Reis (representante do Conselho de Imigração e Colonização brasileiro) ao Ministro Brasileiro das Relações Exteriores:

[...] 1) a Imigração é [...] um problema de cada país; igualmente é um problema estritamente de ordem interna de cada país a distribuição e fixação do imigrante; 2) Para evitar a formação de núcleos impermeáveis ao clima espiritual e às condições econômicas do Continente, e bem assim, dada a predominância do jus soli na América, a criação de massas heterogêneas na população nativa, é conveniente que os países americanos se mantenham fiéis às tendências da sua evolução étnica e, especialmente, conjurem qualquer ameaça de introdução, no quadro demográfico americano, de novos contingentes étnicos irredutíveis, dentro de curto prazo, aos padrões da vida americana ou nacional de cada país; deve ser evitada, assim, toda corrente imigratória não européia, e, na Europa, devem ser

¹²⁰ O autor terá seu artigo interpretado neste **subcapítulo**.

preferidos os contingentes étnicos que se tenham revelado mais suscetíveis de assimilação; 3) as condições de assimilação e o aspecto étnico da imigração devem prevalecer contra as preocupações de ordem econômica imediata; [...] 6) as preocupações com o desenvolvimento de uma política imigratória não devem tender a assegurar ao imigrante a criação de condições de assistência e proteção ao trabalho superiores àquelas de que gozam as populações nativas (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1943, N.º 4, p. 690).

A manutenção da visão hierárquica, característica das categorias de pensamento mobilizadas por raça e por cultura no Brasil, determinou que as populações européias continuassem como interesse principal de nossas políticas imigratórias para não comprometer o princípio institucional de nacionalidade: o *jus soli*. E, além disso, principalmente para assegurar a permanência do padrão brasileiro, no caso, o branqueamento. Com este padrão, pretendia-se dar continuidade à nossa evolução étnica (ou seja, a dimensão física e cultural) como mestiços, e mais: como mestiços superiores. Neste discurso de Reis (1943), podemos inferir a presença das idéias de Nina Rodrigues (1976) e de Vianna (1934) orientando tanto o seu imaginário quanto o de parte da intelectualidade ibgeana. Como expoentes desta intelectualidade e mentalidade, destacamos: Deffontaines (1939), Delgado de Carvalho (1941), Mibielli de Carvalho (1942), dentre outros.

As orientações de Reis (1943) sobre imigração eram: evitar toda corrente imigratória não européia, sobrepôr o aspecto étnico ao econômico, não permitir que o trabalhador estrangeiro tivesse condições de assistência e de proteção ao trabalho superiores às do nacional. Tais orientações funcionaram como respostas ao medo antigo, porém constante, da degeneração racial e dos conflitos sociais e raciais no país.

O discurso de Reis (1943) sugeriu-nos, no mesmo número e seção, uma interpretação sobre os conceitos de raça, de cultura e de etnia como sinônimos,

semelhante interpretação era contrária a orientação presente na revista¹²¹. É neste contexto que podemos afirmar que existia um posicionamento teórico e político dos intelectuais ibgeanos que permitia a manutenção da ambigüidade com relação a tais conceitos, tal como uma estratégia para deslegitimar possíveis questionamentos ao projeto de nação brasileira.

A importância deste posicionamento teórico e político dos intelectuais ibgeanos revela-se, na conjuntura da década de 1940, ao considerarmos que o Brasil foi colocado (pela comissão criada pelo Congresso) como a referência para o Continente Americano no processo de elaboração das estatísticas e apreciação dos seus resultados.

A seção *Noticiário* de 1947 apresentou o posicionamento presidencial sobre a política imigratória do país, no período após o Estado Novo. Segue um trecho publicado do discurso do Presidente da República:

[...] “o Govêrno decidiu levar a cabo uma série de providências no sentido de estimular a vinda de apreciáveis correntes humanas, condicionadas aos novos interesses, econômicos, sociais, políticos e étnicos” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1947, N.º 1, p. 148).

Com esta fala o Governo pretendeu fornecer uma idéia de renovação da política imigratória, a qual vinha sendo solicitada desde o começo da década de 1940. De fato, o discurso contrário ao critério da quota para a imigração ganhou força neste contexto. No entanto, tal renovação esbarrou em um limite: o europeu continuou sendo o tipo de imigrante ideal para os novos (na verdade, velhos) interesses políticos, sociais, econômicos e étnicos brasileiros. Tal limite foi reafirmado pela publicação do Decreto-lei N.º 7967, de setembro de 1947¹²².

¹²¹ A citação que explicita que os referidos conceitos não deveriam ser confundidos encontra-se interpretada neste **capítulo**, no **subcapítulo III**.

¹²² Este último versava sobre a seleção de imigrantes e o trabalhador nacional, nos seguintes termos:

Lourival Câmara, ao construir sua análise sobre a colonização no Sul do Brasil, foi um dos poucos intelectuais do IBGE que assumiu a apropriação teórica com relação a Oliveira Vianna, mas um dos muitos que a fez. Câmara, em artigo de 1948, partiu da classificação proposta por Vianna, na obra **Populações Meridionais**¹²³, para compreender a composição da sociedade catarinense. De acordo com Câmara (1948), existiam três zonas antropogeográficas com um tipo significativo: o praiano, o serrano e o colono. O praiano resultava da tentativa empreendida por Portugal para solucionar o problema de alta densidade demográfica nos Açores. Desse modo, foi produto das relações entre portugueses e negros, com a predominância das características raciais e culturais destes últimos. Isto serviu como argumento, ao longo da análise do autor, para explicar a apatia e o sentimento de inferioridade que eram expressivos do tipo praiano. Encontramos em Câmara um discurso ambíguo sobre o determinismo do meio e da raça: ora o determinismo era inflexível ora era relativizado. A relativização resultava da crença nos benefícios das políticas higiênicas e eugênicas. Como exemplo de uma concepção endurecida do determinismo, temos:

Se o homem é função do alimento, como a psicologia o é da morfologia, bem se avaliam os resultados dessa alimentação [dos praianos], monótona, desarmonica, incompleta [...] (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1948, N.º 2, p. 212).

Ao acompanharmos a reflexão do autor, pareceu-nos evidente a relação de causa-efeito entre uma determinada alimentação e a constituição psíquica e física do tipo analisado. As noções “desarmonia”, “monotonia”, etc., migraram da alimentação

[...] “Art. 2.º - Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1947, N.º 2, p. 266).

¹²³ Obra publicada na década de 1920.

para a classificação do praiano e o colocaram como um tipo no qual as idéias de progresso e evolução seriam irrealizáveis.

Quando estudou o tipo serrano, Câmara (1948) o relacionou ao bandeirante paulista e ao sertanejo euclidiano. Reconheceu neste tipo um mestiço aceitável (resultado das relações entre brancos e indígenas). Na análise do autor, o meio exerceu uma influência poderosa sobre a psicologia do tipo serrano e explicou, pelo menos parcialmente, os sentimentos de superioridade (proveniente de sua ascendência portuguesa) e de impulsividade (resultado de sua ascendência indígena) característicos do tipo:

O segundo tipo humano de Santa Catarina é o serrano, revivescência somática do bandeirante mamaluco, cuja antropogênese, por sua vez é das mais complexas, tanto que resultante de cruzamentos e recruzamentos do português, onde vários sangues se englobaram, com o indígena tupi. [...] O meio, ora pela sua amplidão, ora pela sua agressividade natural, mais acentuada em virtude das condições de insulamento, exerceu poderosa influência na psicologia do serrano, [...] (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1948, N.º 2, p. 213).

O discurso de Câmara (1948) convergiu com alguns discursos apresentados anteriormente no que tange à ênfase sobre a mestiçagem¹²⁴ aceitável (indígenas e brancos), e a não-desejável (negros e brancos ou negros e indígenas). Os atributos negativos encontram-se sempre relacionados, direta ou indiretamente, à ascendência negra.

O colono foi o terceiro e último tipo catarinense trabalhado por Câmara (1948). O autor dissertou sobre o mesmo reconhecendo sua contribuição para o branqueamento e para o progresso industrial e agrícola do Sul do país. De acordo com Câmara, foi o

¹²⁴ Os termos “mestiçagem” e “miscigenação” são intercambiáveis nos discursos ibgeanos, como eram no fim do século XIX e no começo do XX. Isto reforça a idéia de mudança (sem ruptura) do referencial teórico racial para o cultural. Este deslocamento assegurou a ambigüidade como característica principal dos discursos.

desenvolvimento cultural dos grupos (alemães e italianos) que assegurou tal progresso. Sem a contribuição estrangeira (européia), seria impossível falar em evolução étnica e em evolução da estrutura produtiva do Sul. Outro aspecto ressaltado pelo autor foi o fato da “linha de cor” ter contribuído para intensificar a prosperidade da região. Uma interpretação subjacente a esta questão é a defesa difusa da idéia de pureza racial e cultural. Decorre desta abordagem a desvalorização da mistura como um valor em si.

No entanto, Câmara (1948) fez questão de diferenciar a “linha de cor” brasileira da estadunidense, afirmando que a brasileira não apresentou conflitos declarados como os linchamentos. Com isto o autor parecia querer veicular um antigo mito: a violência era uma característica das relações raciais nos Estados Unidos e não no Brasil¹²⁵.

Negro e colono, notadamente alemão, constituem em Santa Catarina, elementos que se repelem. A famosa “color line” norte-americana é fenômeno que se manifesta nas colônias tudescas, embora sem linchamentos [...]. Onde se encontra o alemão, cioso do seu sangue e visceralmente racista, o negro não toma lugar ao sol (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1948, N.º 2, p. 232). [aspas do autor]

Negro e alemão não se repelem enquanto indivíduos, e sim enquanto grupos raciais e étnicos distintos. Todavia, esta ojeriza (baseada numa referência de origem) é uma construção social, que, no Brasil, teve como marco o contexto da Abolição da Escravatura e a escolha do branqueamento como ideal. Este sistema definia o lugar social, político, econômico e cultural dos diferentes grupos sociais que compunham a população brasileira; com a destruição de tal sistema, desenvolveu-se a necessidade de um novo para garantir a diferenciação. Esta, por sua vez, foi concretizada com a transformação do escravo em negro através do sistema classificatório racial oficial.

¹²⁵ Para um estudo geral sobre o tema da violência envolvendo o recorte de cor ver: **A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil** (1998), com referência completa na **bibliografia**.

Nas palavras de Câmara (1948), a aversão entre negro e alemão perdeu sua dimensão de construção histórica, assegurando ao racismo uma idéia de imanência, de naturalidade. O grupo alemão apresentou-se com o seu perfil psicológico determinado pela composição racial, daí a idéia de grupo cioso de pureza. O determinismo do meio e da raça que afluía da análise do autor explicava a psicologia do colono e continuava a orientar os diagnósticos dos problemas brasileiros.

A falta de dados bioestatísticos minuciosos, afirmou Câmara, impediu que se calculasse os coeficientes de fusibilidade de cada etnia, segundo as orientações de Vianna na obra **Raça e Assimilação** (1934). No entanto, o autor diagnosticou alguns fatores que dificultaram a assimilação dos colonos alemães no Brasil: o isolamento a que tais grupos foram submetidos ao chegarem no país e a educação no idioma de origem. Isto favoreceu tais grupos a manterem um sentimento de identificação com os ideais e os valores da cultura alemã. Desta forma, pode-se perceber como a política de colonização do governo brasileiro contribuía para a formação de “quistos” no país:

Se alemães e italianos se empenharam na manutenção dos quistos, é forçoso reconhecer que nós brasileiros lhes favorecemos o estabelecimento de clima propício a êsse objetivo, fomentando ainda a separação de raças, especialmente no decorrer das campanhas eleitorais. Partidos e políticos brasileiros não titubearam, no afã de adquirir simpatias e votos, nos meios coloniais, de apontar ao repúdio do eleitorado de ascendência estrangeira candidatos de nomes genuinamente vernáculos. Em 1947, o processo repetiu-se, ainda que pareça incrível (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1948, N.º 2, p. 243).

Câmara (1948) sugeriu duas medidas para as novas políticas de imigração e de colonização no Brasil. A primeira (implementada desde a década de 1930), consistia em desestruturar as organizações educacionais e culturais que permitissem desenvolver ou revigorar os sentimentos de identificação com ideais e valores contrários à sociedade arco-íris (a mistura como prática sócio-política). A segunda, por sua vez, consistia em

combater as manifestações de xenofobia, particularmente nas campanhas eleitorais, para evitar que os diferentes grupos articularassem uma representação política com fundamentos raciais e étnicos que colocassem o padrão universalista brasileiro em xeque, mostrando seu caráter exclusivista¹²⁶.

Por sinal, esta preocupação com as manifestações de xenofobia no país¹²⁷ foi retomada em 1949 na Primeira Conferência Brasileira de Imigração. Daí o enfoque no processo de assimilação do colono estrangeiro no país. As teses aprovadas na conferência compuseram uma espécie de declaração de princípios da colonização. Foi Speridião Faissol, na seção *Comentários* de 1949, que nos forneceu o quadro geral da mesma. Segundo a declaração, a colonização deveria processar-se sem preconceitos de raça, nacionalidade ou religião. Sua principal finalidade era a “melhoria dos padrões culturais — agrícolas ou industriais — existentes no país” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1949, N.º 2, p. 274).

O ponto fundamental da colonização devia ser, a partir deste período:

[...] integração do colono estrangeiro na comunidade nacional, por um processo inteligente de assimilação (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1949, N.º 2, p. 274).

Recomendou-se também, para o bom desenvolvimento da colonização, que os poderes públicos elaborassem o seguinte:

¹²⁶ Para uma discussão sobre o exclusivismo da perspectiva universalista do Direito brasileiro ver: GUIMARÃES, A. S. A. & HUNTLEY, L. (ORGS.). **Tirando a Máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹²⁷ Mortara, em conferência realizada em 1946, no Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro de São Paulo, também expressou preocupação com as manifestações de xenofobia no país. Expôs que as estimativas sobre o número de italianos no Brasil estavam exageradas antes de 1940, e que, mesmo assim, haviam sido acolhidas e divulgadas oficial e extra-oficialmente para estimular conflitos entre estes grupos e a população brasileira.

[...] uma lei agrária que [visasse] a valorização do homem rural brasileiro, como elemento de colonização e de fomento à produção (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1949, N.º 2, p. 275).

As ponderações contidas na conferência orientaram a elaboração do Plano de Colonização de Goiás e de outros territórios. Tais ponderações sugeriram que o enfoque da imigração havia sido alterado (não havia uma recomendação explícita sobre o imigrante desejável) e o momento do trabalhador nacional parecia ter se concretizado (valorização do homem rural brasileiro). No entanto, a mudança foi apenas aparente, pois, nos planos de colonização, buscou-se estabelecer a vinda de imigrantes italianos e holandeses enquanto o trabalhador nacional continuou em segundo plano¹²⁸.

A colonização e a imigração unificaram órgãos de diferentes esferas do governo tanto para seu planejamento quanto para sua execução. Tornaram-se instrumentos imprescindíveis para povoar terras novas e para revitalizar antigas. Neste contexto, a contribuição destas políticas para o processo de organização nacional consistiu na exigência de repensar os vínculos institucionais (entre e dentro das diferentes esferas de governo) e atualizar o referencial racial nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Esta atualização realizou-se a partir das propostas de intervenção (eugenia e higiene) na vida pública e privada dos diferentes grupos que compunham a população nacional, favorecendo os imigrantes (de ascendência européia) em detrimento das populações não-brancas, em particular dos grupos negros. Este aspecto pode ser compreendido ao considerarmos que “nossos caboclos”, como afirma Faissol (1949), deveriam continuar como coadjuvantes no processo de engrandecimento da pátria, pois os protagonistas ou mestres continuaram sendo os imigrantes.

¹²⁸ Veja-se, a título de exemplo, a seguinte passagem: “[...] o imigrante como um grande auxiliar na construção de uma pátria engrandecida, um mestre para os nossos caboclos, [...]” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1949, N.º 2, p. 275).

Subcapítulo II

O padrão das relações étnicas e raciais no Brasil

O legado teórico de Gilberto Freyre e de Fernando de Azevedo, intelectuais ibgeanos, orientou a construção e consolidação do discurso sobre o padrão das relações étnicas e raciais no Brasil, no período de 1930 a 1960. O conceito de cultura desenvolvido por Freyre, atualizado e difundido por Azevedo, objetivou a elaboração de uma idéia genérica de povo, marcada pelas noções de harmonia, de interpenetração e de reconhecimento da diversidade no país. Tal conceito ocultou a arbitrariedade histórica de sua construção, o que lhe assegurou a eficácia do seu caráter ideológico (SODRÉ, 1988). A concepção de cultura brasileira compartilhada por Freyre e Azevedo compreendeu (com sucesso) um projeto intelectual e político de monopólio oficial das idéias sobre a brasilidade para dentro e para fora do Brasil (MOTA, 2000).

O fato de Freyre procurar atribuir a Boas a influência sobre seu entendimento de cultura apresentou-se como uma estratégia para se afirmar como intelectual moderno no contexto brasileiro, uma vez que sua abordagem do conceito de cultura pouco se diferenciava da realizada no país desde o começo do século XIX.

A diferença presente no conceito freyreano consistiu na valorização discursiva da mistura. O limite desta interpretação encontrou-se no fato de a concepção de interpenetração (que ocorreu de fato) ter se apresentado como sincretismo. Para que se pudesse falar em sincretismo, os grupos envolvidos na mistura (negros, indígenas, brancos) teriam que ser equivalentes enquanto “lugares” diferenciados no processo de troca simbólica, mas esta condição nunca foi satisfeita no Brasil. O sincretismo foi apenas retórico e funcionou, para utilizarmos uma idéia de Sodré (1988, p. 132), como um “biombo ‘harmônico-pluralista’ para esconder a realidade da discriminação” no

país. A concepção hierárquica e a visão determinista referem-se a outro limite da abordagem freyreana. Foi este limite que caracterizou o processo de culturalização do conceito de raça e de racialização do conceito de cultura, amplamente difundido nas e pelas obras de Freyre e de Azevedo.

Em virtude do fato de as interpretações destes autores orientarem várias discussões no interior de ambas as revistas do Instituto, optamos por realizar um recorte e apresentar cinco expoentes significativos: Kingston e Deffontaines (década de 1930), Mortara (década de 1940), e Barreto e Ribeiro (década de 1950).

A colcha de retalhos ibgeana permitiu entrever os antagonismos, mas não as contradições, e, deste modo, elaborar um quadro a partir do qual definiram-se os limites e as possibilidades do padrão das relações étnicas e raciais no país. Foi o significado ambíguo e ideológico de cultura que assegurou o desenvolvimento da noção de etnia no Brasil, a partir da década de 1930.

Em artigo publicado na **Revista de Economia e Estatística**, Jorge Kingston (1937) fez algumas ponderações interessantes sobre o conceito de etnia:

O problema ethnico assume hodiernamente aspectos de excepcional importancia. Do campo das pesquisas scientificas, dos resultados observacionais da biologia e psychologia sociaes, passou para a esphera politica, como corollário das doutrinas imperialistas surgidas após-guerra. Assistimos á preponderancia constante da questão racial nas campanhas eugenicis, nas limitações immigratorias, no expansionismo que vem caracterizando a orientação politica de certos povos (REVISTA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1937, N.º 2, p. 19).

O discurso de Kingston expôs como, na década de 1930, a questão étnica repercutiu no âmbito externo. Ela migrou da esfera científica para a política, orientando o resgate e a manipulação de doutrinas imperialistas ancoradas nos conceitos de raça e de cultura. Isto não foi diferente no Brasil. A partir das discussões sobre imigração e

colonização, os discursos políticos e intelectuais difundiram um corolário racial, nos moldes do século XIX, como corolário cultural. A utilização dos conceitos de raça e de etnia como sinônimos foi consequência da interpretação ambígua de cultura (ora flexível, ora enrijecida). Apesar de a ambigüidade dificultar qualquer tentativa de interpretação que ambicione classificar o significado de cultura, de raça e de etnia neste período, é possível afirmarmos que a manipulação do termo “grupos étnicos” consistiu em um tropo para grupos raciais. Foi a partir de uma compreensão de raça que os grupos étnicos (negros e seus descendentes) foram considerados preferenciais como objetos de intervenção das políticas eugênicas e higiênicas no país. Do mesmo modo, foi de acordo com uma classificação racial que os grupos de imigrantes europeus tornaram-se correntes apreciáveis, ao passo que os grupos japoneses foram considerados indesejáveis. Raça e cultura não se opuseram nas análises, e, sim, se complementaram. Este diálogo deu-se a partir do flerte entre o significado semântico flexível de raça e o sentido determinista de cultura.

Deffontaines, em artigo na **Revista de Geografia** de 1939, deslocou a composição étnica como o aspecto principal para a definição humana de uma região, e elegeu os gêneros de vida como elementos fundamentais:

[...] A definição humana de uma região é dada não tanto pela repartição da população ou por distribuições étnicas, mas, sobretudo, pelo conhecimento dos gêneros de vida, cuja associação íntima assegura a exploração do solo (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1939, N.º 1, p. 22).

Ao realizar semelhante deslocamento, o autor ressaltou o fazendeiro como o principal personagem-tipo dos gêneros de vida no Brasil. Nesta abordagem, objetivou reforçar o papel desempenhado pela família patriarcal na formação social, econômica e

cultural brasileira. Tal interpretação convergia com as principais idéias e valores difundidos por Gilberto Freyre alguns anos antes.

Em artigo intitulado “A população do Brasil”, Giorgio Mortara (1945) resgatou a visão idílica freyreana sobre as relações étnicas e raciais no país:

[...] Não existe no mundo outro grande país em que a convivência e a fusão de grupos étnicos profundamente diversos atinjam a extensão em que estes fenômenos se verificam no Brasil, que pode legitimamente orgulhar-se desta demonstração de superioridade humana e moral (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1945, N.º 4, p. 638).

O discurso de Mortara (1945) valorizou uma interpretação cujos pilares foram as noções de harmonia, interpenetração e reconhecimento da diversidade. Estas noções, apesar de encontrarem-se implícitas no texto do artigo, foram responsáveis por assegurar a superioridade moral e humana brasileira, louvada pelo autor. Neste contexto, faz-se necessário explicitá-las: a convivência e a fusão não-adjetivadas por Mortara, consistiam, de fato, na convivência (pacífica) e na fusão (sincrética). Foram esses adjetivos que caracterizaram as relações entre os diferentes grupos étnicos e raciais do país. Os termos “pacífica” e “sincrética” demarcaram os limites do reconhecimento da diversidade: a diferença apenas era aceitável dentro do modelo mestiço de nacional; em caso contrário, era uma ameaça à unidade.

Mortara (1945) assim como Deffontaines (1939), Delgado de Carvalho (1941), Mibielli de Carvalho (1942), Reis (1943) e Câmara (1948), sugeriu que a finalidade última da política imigratória brasileira foi e continuava sendo produzir uma população mais próxima do padrão branco (racial e culturalmente). Demonstrou que a “branquitude” como um valor consistia em um movimento em sentido único: os frutos das uniões mistas tentavam passar do “preto” para o “pardo”, e do “pardo” para o “branco”. Isso impõe uma consideração sobre o processo de construção da identidade

étnica e racial no país: a valorização da brancura funcionava como um obstáculo para o reconhecimento de uma representação étnica e racial considerada inferior (negra, indígena, etc.). Assumir-se como “preto” ou “pardo” significava (como ainda significa) resgatar uma síntese de estigmas (FONSECA, 1994).

Mortara (1945), ao apontar os obstáculos que dificultavam a passagem (“preto” para “pardo” e “pardo” para “branco”), destacou o reconhecimento da existência de um contingente considerável de populações pretas e pardas no país. O fato de estas populações apresentarem os piores índices sócio-econômicos justificava, na análise do autor, sua elevada mortalidade. No entanto, é interessante observarmos que não houve uma proposta para elevar os índices destas populações¹²⁹. Isso se deveu ao fato de tal quadro contribuir, indiretamente, para a finalidade das políticas de imigração e colonização no país: o aumento da população branca.

[...] A reduzida importância do elemento indígena e a cessação da imigração forçada dos escravos concorreram, nos últimos cem anos, para tornar o crescimento dos grupos de cor parda e preta menos rápido do que do grupo de cor branca, alimentado pela imigração européia. Para o mesmo efeito concorreram as uniões mistas, cujos frutos passam do grupo preto para o pardo e do pardo para o branco com maior frequência do que no sentido oposto. E ainda concorreu a maior mortalidade que se verifica entre os pretos e pardos, não em relação a fatores étnicos e sim em consequência do mais baixo nível econômico e cultural, [...] Apesar destas circunstâncias, os pretos e os pardos tiveram um considerável incremento e ainda constituem uma parte considerável da população do Brasil (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1945, N.º 4, p. 638).

Outro dado significativo do discurso de Mortara (1945) foi a não referência à cor dos escravos. Afinal, a condição de escravos retirava a necessidade de outra diferenciação social. Após a Abolição, mobilizou-se a cor como característica dessas populações, e o termo “grupos de cor” evidenciou esta utilização que foi largamente

¹²⁹ Tais propostas existiram; contudo, enfocaram apenas políticas eugênicas e higiênicas.

difundida e consolidada no e pelo sistema classificatório racial ibgeano a partir da década de 1940. A nova era científica dos recenseamentos nacionais no Brasil foi marcada pela utilização da cor como categoria chave.

O fato de a cor ser uma categoria versátil e “vazia” de sentido semântico pré-estabelecido permitiu que ela fosse utilizada como símbolo (SCHNEIDER, 2004). Ou seja, permitiu sua apropriação, sem rupturas, pelo referencial racial e pelo cultural. Ao torna-se símbolo, a cor pôde mobilizar atualizando (inclusive através do conceito de etnia) os significados nativos e científicos de raça e de cultura. Resulta deste processo um discurso ambíguo — o da cor — que é ao mesmo tempo semântico-referencial e pragmático-retórico, responsável por garantir a eficácia do sistema classificatório supracitado.

No artigo “Importância atual dos problemas de população”, Castro Pais Barreto (1950) expôs o que ele considerava ser o problema mais grave de uma nação: a luta entre grupos raciais.

[...] no Brasil, a amalgamação foi a mais completa desde os primeiros tempos, apesar das guerras e crueldades dos brancos. Temos a felicidade de não nos vermos a braço com o mais grave de todos os problemas internos de uma nação — a luta entre grupos raciais, como acontece nos Estados Unidos, na África do Sul, na Índia ou na Palestina (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1950, N.º 43, p. 407).

O discurso sobre a prática sócio-política da mistura (a “amalgamação”, nas palavras de Barreto) reiterou as noções de harmonia, interpenetração e reconhecimento da diversidade no país, presentes nas décadas anteriores. Contudo, percebemos neste discurso o empenho do autor em diferenciar as relações raciais brasileiras das relações em outras nações, como os Estados Unidos ou a África do Sul, num momento de revisão política e teórica do conceito de raça em âmbito externo e interno ao Brasil

(após a Segunda Guerra e, particularmente, num período de questionamento da veracidade da existência da democracia racial no país).

A idéia do Brasil como um país democrático encontrava-se difundida de tal modo que, na década de 1950, o país foi escolhido para ser objeto de uma série de estudos (realizados com o patrocínio da UNESCO) sobre o tema das relações raciais. Os dados apontados pelo recenseamento de 1940 tinham sugerido desigualdades sócio-econômicas quando comparadas as populações negras (preta e parda) com as populações brancas. No entanto, estes dados não haviam sido objeto de uma interpretação que problematizasse tais desigualdades. Os estudos patrocinados pela UNESCO trouxeram uma nova abordagem: apontaram a existência do racismo, e o início da desmistificação (em âmbito teórico)¹³⁰ da idéia de democracia racial brasileira, difundida no país e no exterior.

Este contexto estimulou os teóricos ibgeanos para a defesa da nação arco-íris. Uma faceta deste processo foi encontrada no discurso de Barreto (1950). Este autor, ao mencionar que “as guerras entre os grupos raciais distintos e a crueldade dos grupos brancos” era algo expressivo do passado, pôde negar a existência dos conflitos entre os diferentes grupos raciais e étnicos brasileiros no período de 1950. Tal reconhecimento a-histórico dos conflitos foi significativo em um momento de intenso debate sobre a existência de preconceito racial no Brasil, pois permitiu que o conflito fosse deslocado retoricamente para o passado.

O presente (década de 1950), no entanto, caracterizava-se pelas disputas, em âmbito político, entre os grupos negros e as elites políticas e intelectuais brancas. Tais

¹³⁰ Em âmbito político, a idéia de democracia racial estava sendo objeto de questionamentos desde a década de 1930 por parte do movimento negro. É importante considerar que as críticas teóricas resultaram, em sua maioria, do projeto da UNESCO. A Escola Paulista publicou os frutos deste projeto nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Dentre tais trabalhos, podemos destacar: FERNANDES (1978); IANNI (1988) e NOGUEIRA (1985), dentre outros. Para uma discussão aprofundada sobre as críticas teóricas às noções de cultura brasileira e democracia racial, ver, respectivamente: MOTA (2002) e GUIMARÃES (2002). As referências completas encontram-se na **bibliografia**.

disputas culminaram na aprovação da Lei Afonso Arinos que objetivava a proibição da discriminação racial no país. É fato que a forma como a mesma foi redigida e aprovada retirou seu caráter de luta política, tornando-a uma espécie de concessão das elites. Foi a noção de concessão que permitiu que a publicação da lei fosse abordada, nos artigos das revistas do IBGE, como prova da democracia racial vigente no país. O discurso de Barreto (1950), assim como o dos demais intelectuais ibgeanos, procurou, através deste tipo de abordagem, dissolver a contradição e, desse modo, assegurar a eficácia prática e simbólica da idéia de nação arco-íris.

Encontramos na seção *Comentários* um artigo do autor português Orlando Ribeiro (1958), que resgatou as idéias centrais difundidas por Freyre (a partir da publicação de **Casa-Grande & Senzala**) e algumas noções da obra **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Holanda — ambas da década de 1930. As convergências entre as concepções de tais autores podem ser observadas sobre três temas: o padrão harmônico das relações raciais no Brasil¹³¹, a defesa da colonização portuguesa nos diferentes continentes e o papel desempenhado pelas mulheres não-brancas no processo de formação da sociedade brasileira.

Sobre o padrão harmônico das relações raciais no Brasil, afirmava Ribeiro:

[...] Por nação branca eu não quero significar qualquer discriminação racial, que não existe aqui como em nenhum dos lugares onde os portugueses se estabeleceram. [...] o Brasil [obteve] por intermédio das levas de escravos, um dos elementos mais importantes da sua civilização, fundindo-se ameríndios, negros africanos, portugueses da Europa e gente de toda a parte, neste extraordinário cadinho de povos, irmanados pelo mesmo espírito de tolerância, de compreensão, de cordialidade, de dignidade de viver, que faz a grandeza humana, só comparável à grandeza territorial deste imenso Brasil (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1958, N.º 3, p. 325).

¹³¹ No bojo desta discussão, a noção de “cordialidade” de Sérgio B. de Holanda foi explorada por Ribeiro e por alguns intelectuais ibgeanos. A idéia de cordialidade parece ter sido lida como sinônimo de harmonia e de passividade.

Antes de adentrarmos na interpretação propriamente dita do artigo, faz-se necessário considerar que o mesmo foi publicado num período de avaliação da colonização portuguesa no Brasil e no Continente Africano, e que tanto Freyre quanto Ribeiro encontravam-se numa espécie de cruzada em defesa dos valores portugueses dentro e fora do Brasil. A noção de democracia racial havia sido colocada na berlinda pelo movimento negro (interno e externo), incitando um discurso sobre a redistribuição simbólica e econômica para as vítimas da exploração colonial. Neste contexto, os discursos ibgeanos vociferaram em defesa da nação brasileira, acusando os grupos étnicos e raciais negros de racistas, ressaltando, contudo, que essas idéias não faziam parte do espírito dos grupos negros brasileiros, e sim da influência de agentes externos (comunistas ou não) que deveriam e precisavam ser combatidos, assim como aqueles que se deixassem convencer por tais idéias. Tem-se, deste modo, uma nova reivindicação por intervenção na vida das populações negras brasileiras, a qual justificava-se pela necessidade de evitar que a ordem e a unidade representativas do *status quo* fossem rompidas.

Mesmo não sendo um teórico do IBGE, Ribeiro compartilhava e expressava com primor as idéias sobre o padrão das relações étnicas e raciais no Brasil difundidas pelos teóricos do Instituto. A definição de Ribeiro (1958) de nação brasileira como “nação branca” é um exemplo desta afinidade política e intelectual que se caracterizava pelo reconhecimento do branqueamento como um valor e um projeto do e para o Brasil.

Ribeiro (1958), ao remeter-se às populações escravizadas, não destacou a cor como uma característica significativa das mesmas (semelhante interpretação convergia com a realizada por Mortara em 1945); a condição de escravos era suficiente no processo de diferenciação social. Ribeiro mobilizou a cor para se referir à formação do povo brasileiro a partir do mito das três raças. Nesta construção mítica, os processos de

racialização e etnicização puderam ser percebidos a partir da utilização do termo “negros” para os grupos africanos. O discurso da cor desempenhou sua função retórica neste processo, permitindo o reconhecimento da etnicidade apenas dentro do modelo mestiço nacional brasileiro.

Acompanhemos através das palavras de Ribeiro a história da “simpática” colonização portuguesa no Brasil a partir da relação entre colonizadores e colonizadas:

[...] Se é certo que grande parte das raças de côr tombou sob o domínio dos povos coloniais na forma de escravatura, é certo que esta escravatura foi sempre, nas áreas de colonização portuguesa, mitigada por uma intensa simpatia humana, diria especialmente por uma intensa simpatia feminina, que fazia com que as escravas passassem facilmente a um papel de senhoras secundárias (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1958, N.º 3, p. 322).

Discorrer sobre o caráter ideológico da supracitada “simpatia humana” dos portugueses nas colônias é desnecessário, uma vez que foi a mesma que assegurou o genocídio das populações indígenas e a intensa miscigenação com as populações africanas no Brasil. A característica principal das relações entre colonizados e colonizadores foi a violência simbólica, em particular a física (castigos corporais, o estupro, as mutilações, etc.), dispensada aos colonizados.

Para representar a visão do português sobre a mulher negra e seu afeto pela mesma, Ribeiro (1958) citou um trecho de Camões. O poema é “Endechas à Bárbara Escrava”:

[...]
Pretidão de d’amor,
tão doce a figura
que a neve lhe jura
que trocara a côr
(REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1958, N.º 3, p. 322).

O título do poema em si mesmo já é sugestivo: “Endechas à Bárbara Escrava”. Os termos “bárbara” e “escrava” eram ao mesmo tempo substantivos e adjetivos. Interessa-nos, nesta interpretação, sua utilização como adjetivos. Os termos “bárbara” e “escrava” qualificavam os atributos da mulher negra e sua condição humana na visão de Camões, na de Ribeiro, na de Freyre e na da maioria dos discursos ibgeanos, ou seja, descreviam o reconhecimento do seu ser feminino e da sua humanidade pela negação de sua civilidade e pelo apontamento da não-posses de si mesma.

A representação social da cor, apresentada por Ribeiro (1958), expressava o mesmo padrão que esta categoria nativa recebeu no Brasil: a valorização da brancura e a desvalorização da negrura. A troca de cor efetivada pela neve funcionava como um subterfúgio lingüístico para a valorização da mulher negra na poesia: sem esta referência não existiria positividade nesta mulher.

As interpretações ibgeanas sobre a formação do povo brasileiro legaram-nos um problema teórico e político expresso pelo tratamento dos conceitos de raça, de cultura e de etnia ora como sinônimos, ora como dimensões distintas da construção da diferença no país. O desafio foi e continua sendo captar e interpretar os contextos nos quais esta dinâmica se desenvolveu, não como algo determinado, mas sim como algo ambíguo, apenas conjunturalmente acessível ao conhecimento (GEERTZ, 1989).

Subcapítulo III

Reflexões sobre os recenseamentos nacionais: o quesito cor em questão

A concepção da estatística como um instrumento seguro e objetivo para a análise da realidade social brasileira vinha se consolidando desde o final do século XIX e atingiu seu apogeu com a construção do IBGE, em 1936. Os resultados estatísticos obtidos a partir dos recenseamentos nacionais (realizados pelo Instituto) desempenharam um papel fundamental ao fornecer o quadro a partir do qual o Estado articulou suas ações de políticas públicas na educação, na saúde, na imigração, na colonização, no trabalho, na assistência social, na segurança, etc. Os ideais que estiveram presentes na política de organização nacional promovida pelo Estado possuíam uma correspondência com os das diferentes instituições do país. Neste contexto, compreende-se qual o significado do trabalho desenvolvido pelo IBGE e sua influência sobre o processo de organização nacional.

O IBGE realizou seu primeiro recenseamento nacional na década de 1940, e buscou, a partir de seus procedimentos e concepções (políticas e teóricas), estabelecer-se como um órgão científico e moderno, situado junto às orientações seguidas nas demais nações. Neste sentido, o IBGE procurou demarcar sua atuação como não-preconceituosa ao inquirir sobre a cor da população brasileira. A preocupação do Instituto era compreensível, já que o mesmo foi criado no contexto da ditadura do Estado Novo. Para garantir que sua interpretação não fosse classificada como racista, o Instituto propôs a indagação sobre as origens étnicas da população brasileira a partir da cor, como se este procedimento tivesse um respaldo externo. Tal respaldo inexistia. A utilização da categoria nativa cor (como um tropo para falar em raça, etnia e cultura) encontrava sua justificativa nas interpretações realizadas no Brasil, no final do século

XIX, pelos e nos museus, institutos de História e de Geografia, e academias de Direito e de Medicina. Tais interpretações foram atualizadas pelos discursos ibgeanos como uma orientação interna, e não externa, como se tentou difundir. Deriva destas considerações o discurso de Mortara (1940), que procurou veicular, como uma exigência dos aspectos internacionais do recenseamento, o questionamento sobre a cor da população brasileira.

[...] Quer-se saber a cor do recenseado, para apurar, em grandes grupos, a constituição étnica da população, e não para sancionar separações sociais segundo uma escala cromática. Indaga-se a naturalidade do recenseado e de seus pais, para reconstruir as origens étnicas da população atual, e não para formar graduações de preferência segundo a origem (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1940, N.º 3, p. 430-431).

Mortara (1940), consultor ibgeano, ao expor que a utilização da categoria “cor” consistia em um instrumento para acessar as informações sobre as origens étnicas da população brasileira, forneceu respaldo para a interpretação presente nesta dissertação. Segundo tal interpretação, foi o discurso da cor que permitiu articular de forma ambígua o referencial racial e o cultural, sem comprometer o Instituto e o governo politicamente. A cor como categoria nativa (flexível, que permitia classificar descrevendo) forneceu a “válvula de escape” teórica e política que o Instituto precisava.

Mortara (1940), com seu discurso politicamente correto, procurou obscurecer o fato de o questionamento sobre as origens étnicas da população brasileira ter como finalidade sustentar propostas de imigração e colonização de acordo com “graduações de preferência segundo a origem”, além de justificar políticas (eugênicas e higiênicas) de intervenção apenas para determinados grupos raciais e étnicos brasileiros. A partir do quadro fornecido pelo recenseamento, defendeu-se a imigração de europeus e a restrição aos imigrantes asiáticos (em particular, japoneses), assim como as políticas eugênicas e

higiênicas para as “populações de cor”¹³² (negros e seus descendentes etc.). É fato que tal quadro também serviu para resgatar as origens étnicas brasileiras, dentro, todavia, do padrão de valorização do branqueamento e, deste modo, do reconhecimento das contribuições étnicas, culturais e raciais (de origem portuguesa, alemã, italiana, etc.) e de desvalorização e folclorização das contribuições de origem não-branca (negra, indígena, japonesa, síria, etc.).

As interpretações de Gilberto Freyre sobre o padrão das relações étnicas e raciais brasileiras (as noções de harmonia, de interpenetração e de reconhecimento da diversidade no Brasil) foram resgatadas e largamente difundidas nos discursos sobre os recenseamentos nacionais. Isto foi significativo, uma vez que tais discursos funcionavam como uma espécie de “comissão de frente” do IBGE e, nestes termos, do Brasil, para apresentar-se ao exterior:

[...] os descendentes das mais diversas estirpes confraternizam numa atmosfera de liberdade e de igualdade, e pela comunhão no trabalho e pelos conúbios fecundos, fundem-se num só povo, apagando ódios milenários e reconstituindo numa nação nova a primitiva unidade dos filhos de Adão. [...] A diversidade das origens étnicas não atenua nos brasileiros a intensidade do sentimento nacional, antes lhe confere um caráter particular de solidariedade humana na elevação dos ideais comuns (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1940, N.º 3, p. 431).

Foi este cenário de harmonia, de abertura à diversidade, descrito e reiterado por vários artigos das revistas, ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950, que permitiu ao Brasil ser considerado um exemplo para as demais nações num período de disputas nacionalistas (ancoradas no preconceito racial). Uma característica interessante no discurso de Mortara (1940) foi a diversidade ter sido apontada como um fator de unidade, tendo sido a mesma, em outros discursos, considerada um problema para a

¹³² O termo “populações de cor” foi largamente utilizado e difundido nos e pelos recenseamentos a partir de 1940.

unidade nacional. A interpretação sobre a diversidade como fator de coesão foi explorada principalmente pelos discursos de Fernando de Azevedo. Tal interpretação encontrava-se alicerçada nas obras de Gilberto Freyre e de Sérgio B. de Holanda.

Encontramos na seção *Noticiário*, as recomendações do Primeiro Congresso Demográfico Interamericano, realizado no México, em 1943. Dentre tais recomendações, constava uma que orientava os governos americanos para a realização, nos recenseamentos nacionais, do levantamento das características culturais das populações. É necessário enfatizarmos: das características culturais e não das raciais. Resulta deste aspecto um problema para o Brasil. Tal problema pode ser apresentado nos seguintes termos: como suscitar as diferenças culturais, a partir do seu questionamento no recenseamento, se estas foram interpretadas ao longo de décadas como uma ameaça à nação brasileira, e, desse modo, intensivamente combatidas? Realizar semelhante indagação poderia sugerir uma revisão da idéia genérica de povo, e, desta forma, produzir um questionamento sobre o que se convencionou classificar de cultura brasileira. Diante deste quadro, tornava-se inviável questionar cultura no Brasil. Outro aspecto que reforçava este inconveniente era o fato de ter instituído como sistema classificatório oficial o sistema racial.

O conceito de raça, desde o século XIX, foi mobilizado para designar uma diferenciação, baseada na origem, entre os grupos que formavam a população brasileira, e, desse modo, mobilizado para instituir sua exclusão ou inclusão como cidadãos. A ressignificação de raça a partir da categoria cor, nos discursos ibgeanos, permitiu a incorporação de cultura e de etnia por parte da idéia de raça. Esta relação conceitual marcada pela ambigüidade precisava ser preservada para assegurar a eficácia simbólica e prática da nação arco-íris, e a escolha pelo questionamento sobre a cor da população serviu a este propósito.

As recomendações do Congresso Demográfico (1943) apresentaram-se como resoluções para serem seguidas pelos diferentes países do Continente Americano. Dentre tais resoluções, destacou-se a denominada “Preconceito Racial”. Seu objetivo era o combate ao preconceito a partir da condenação da utilização de qualquer quesito que pudesse ser compreendido neste sentido. A resolução apresentava a seguinte redação:

[...] 1) Recomendar aos governos americanos que repudiem em absoluto toda política e toda ação de discriminação de caráter racial; 2) Que para tal fim o vocábulo raça não seja usado em um sentido que implique além da herança comum das características físicas, qualidades psicológicas e características culturais, religiosas e lingüísticas, tomando em consideração que os critérios de classificação racial cientificamente válidos, só denotam caracteres somáticos hereditários, sem implicar nenhum outro caráter psicológico e cultural; 3) Que por a Eugenia deve entender-se estritamente em sua acepção científica, como fator para o melhoramento biológico e social do indivíduo, qualquer que fôr a raça que pertença. Nesse sentido se considera ante-científica toda tendência que tenha por propósito fomentar os sentimentos de superioridade racial que além de serem contrários as conclusões da ciência negam os elevados princípios de justiça social que todas nações americanas sustentam (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1943, N.º 4, p. 689).

Temos, nesta citação, uma afirmação categórica sobre a condenação do preconceito racial¹³³. Os ibgeanos, em particular Mortara, parecem ter realizado uma interpretação bem oportuna sobre raça a partir desta resolução. A cientificidade “dos caracteres somáticos hereditários” permitiu a substituição do conceito de raça pela categoria cor nos discursos ibgeanos. Este procedimento propiciou ao Instituto não romper com o sistema classificatório oficial existente desde o final do século XIX, além demonstrar que não era racista. No entanto, a cor, ao fornecer uma solução, criou um novo problema e colocou o IBGE numa situação desconfortável diante da resolução

¹³³ No **subcapítulo I**, deste **capítulo**, ao tratarmos sobre as políticas imigratórias e coloniais, demonstramos, a partir do discurso de Reis (1943), uma interpretação brasileira sobre tais recomendações. O discurso ibgeano fazia uma defesa contrária às recomendações e reafirmava o preconceito racial vigente no país.

“Preconceito Racial”. Esta última defendia a necessidade de definir os conceitos, não permitindo que raça implicasse em qualidades psicológicas e características culturais, religiosas ou lingüísticas. O discurso da cor efetivado pelo Instituto assegurou justamente uma interpretação de raça considerada não-científica.

Outros dois aspectos interessantes da supracitada resolução foram: a crítica à utilização do significado estático de cultura (a qual foi realizada pelo Instituto) e a recomendação sobre a política eugênica (de acordo com a resolução todos os grupos raciais poderiam sofrer semelhante intervenção para um possível melhoramento biológico e social, e não apenas os grupos não-brancos, como foi instituído no Brasil).

O Congresso de 1943 recomendava o aumento dos recursos financeiros, por parte do Governo, para que houvesse um crescimento populacional. Devia-se investir para melhorar as condições biológicas, econômicas e higiênicas das populações, principalmente das populações mestiças e indígenas. Não havia uma recomendação para os grupos negros, o que evidencia a importância que esta população tinha para as elites políticas e intelectuais.

Sobre os grupos indígenas encontramos a seguinte consideração:

[...] é de nosso dever demográfico tratar de salvar o índio como ente humano que tem o direito a viver em forma civilizada ou a que ele mesmo decida, [...] que durante seu processo de melhoramento não perca suas características culturais [...] (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1943, N.º 4, p. 689 e 690).

A noção de cultura presente neste trecho sugere uma visão estática (a própria resolução é contraditória, pois em outro momento, havia criticado este tipo de abordagem), na qual determinadas práticas (religiosas, sociais, artísticas, etc.) não poderiam assumir diferentes dimensões ao longo do tempo. Esta interpretação de cultura favoreceu a folclorização e a exotização dos grupos não-brancos no Brasil. A identidade

cultural dos indígenas, pela concepção proposta no artigo, seria algo fixo, imutável, poderíamos até mesmo crer que biologicamente determinado. Outra questão que merece nossa observação é a referência à cultura indígena como algo não-civilizado. Apesar do “dever demográfico” de salvar as populações nativas (que foram vitimadas pelas elites políticas dos diferentes países do continente), tais grupos continuavam a ocupar um lugar político e simbólico desprivilegiado.

Mortara (1945) forneceu duas pistas fundamentais para que posteriormente os grupos pardos e pretos pudessem ser reunidos em uma única categoria (negros): o nível sócio-econômico e sua distribuição espacial. De acordo com este autor, a discriminação de pretos e pardos como grupos diversos era arbitrária, pois suas condições sócio-econômicas se equivaliam como as piores do país. Ao passo que a distribuição territorial

[...] destes dois grupos de cor — entre os quais é difícil, e em parte arbitrária, a discriminação — é determinada principalmente pelos conhecidos fatores históricos; não somente pelos de data mais antiga, como também pelas migrações interiores que seguiram à abolição da escravatura e das mais recentes, e ainda em andamento, para as maiores aglomerações urbanas (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1945, N.º 4, p. 639).

A expressão distribuição espacial era uma forma sutil de falar em concentração dos grupos negros e seus descendentes nas áreas periféricas (desprovidas de infraestrutura) tanto do meio urbano quanto do rural. Os conhecidos fatores históricos antigos referiam-se ao abandono destas populações à sua própria sorte após a Abolição, enquanto os fatores modernos referiam-se ao tratamento dispensado aos trabalhadores nacionais¹³⁴, em particular, aos estigmatizados “baianos”. O que caracterizou historicamente a situação destes “grupos de cor” (pardos e pretos) e permitiu que os mesmos fossem reunidos em uma categoria (negros) foi o contínuo descaso público.

¹³⁴ Preteridos para favorecer os imigrantes, ver FERNANDES, 1978, v. I. Referência completa na **bibliografia**.

Segundo Mortara (1945) o grupo de cor amarela merecia atenção especial uma vez que permanecia rebelde ao processo de assimilação desenvolvido pelo governo. A maior parte do grupo era composta por japoneses e seus descendentes, os quais se localizavam, principalmente, no Estado de São Paulo. As particularidades do grupo apontadas por Mortara eram:

[...] Êsse grupo, não em virtude da cor, que praticamente se confunde com a de inúmeros brasileiros de outra origem, mas em consequência de outros fatores étnicos, e ainda mais de fatores sociais como os ideais políticos e a religião, parece até agora quase rebelde àquela assimilação progressiva que obteve êxitos tão notáveis em outros grupos de imigrados (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1945, N.º 4, p. 639).

A cor simbolizava, no discurso do autor, um fator étnico. Esta definição tinha apenas uma função retórica (não se utilizava raça; todavia, não se definia etnia). A aparência dos grupos se confundia quando considerada apenas a cor (os descendentes de indígenas poderiam ser confundidos com os descendentes de japoneses). Deriva disto a compreensão da cor como uma dimensão racial (fenotípica) e, ao mesmo tempo, étnica (política) e cultural (religiosa, artística, etc). Esta interpretação da cor encontrava-se alicerçada numa abordagem implícita que circunscrevia raça como um conjunto de caracteres biológicos hereditários expressivos de determinado grupo. Etnia, por seu turno, como uma postura política de grupos identificados e identificáveis na população brasileira como grupos (raciais). E, por fim, cultura como um conjunto de práticas expressivas de um grupo, as quais não poderiam ser modificadas ao longo do tempo.

Mortara (1945), ao discorrer sobre o grupo branco, forneceu-nos alguns elementos significativos para a compreensão da classificação racial no país. Segundo o autor, era através da marca, ou seja, da cor que se determinava quem era e quem não era branco no país. Já nos Estados Unidos, a classificação racial encontrava-se alicerçada na

ascendência, isto é, na origem (NOGUEIRA, 1985). A brancura continuava sendo, no discurso de Mortara, um ideal e um projeto brasileiro capaz de ser alcançado pela prática da mistura:

Os brancos, que constituem a maioria da população do Brasil, em boa parte são brancos de alvura imperfeita, que o agente recenseador dos Estados Unidos excluiria sem hesitar dessa classe. Entretanto está certo que a côr média, resultante da mistura dos inúmeros matizes individuais e coletivos dos brasileiros, está muito menos distante hoje, do que há cem anos, da convencionalmente denominada “branca” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1945, N.º 4, p. 639).
[aspas do autor]

O modelo de mestiço defendido e desejado pelos ibgeanos não era o “moreno”. De acordo com o discurso de Mortara (1945), pode-se perceber que este modelo era o “branco de alvura imperfeita”. Foi a preocupação com o branqueamento que orientou as políticas públicas eugênicas, higiênicas, imigratórias e coloniais para a construção de um tipo de cor média, que fosse resultado da mistura de “inúmeros matizes individuais e coletivos”. Mortara, ao apontar que a cor média encontrava-se “hoje” (na década de 1940) mais próxima daquela convencionalmente concebida como branca, afirmava o sucesso da construção deste modelo de brasileiro.

Na seção *Resenha* de 1949, encontravam-se alguns dos preparativos para o censo de 1950, o denominado “Censo das Américas”¹³⁵. Os trabalhos sobre o recenseamento de 1940 serviram de base para a realização do de 1950. Com relação ao quesito cor, ficou estabelecida a sua permanência, mas nos seguintes termos:

[...] O quesito referente à “côr”, finalmente, foi mantido, apesar das dúvidas suscitáveis quanto à exatidão das respostas, a fim de permitir a continuação de confrontos retrospectivos que vêm constituindo as únicas indicações disponíveis sôbre o caldeamento das raças

¹³⁵ Este censo foi proposto em 1943 como uma forma de integrar o continente americano, a partir do conhecimento sobre o mesmo. Ele estabelecia a realização dos censos nos diferentes países quase de forma simultânea.

formadoras da etnia brasileira, com tôdas as reservas que comportam em sua expressão absoluta (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1949, N.º 37, p. 130). [aspas do autor]

O IBGE ao defender a permanência do quesito cor, colocando-o entre aspas, evidenciou, no final da década de 1940, o que nós havíamos apontado como uma característica presente nos discursos, desde a criação do Instituto. Ou seja, a recorrência a “cor” consistia em uma estratégia teórica do IBGE para não se comprometer politicamente. O discurso da cor foi a maneira encontrada pelo mesmo para remeter-se aos referenciais racial e cultural sem evidenciar rupturas. “As dúvidas suscitáveis quanto à exatidão das respostas” nunca foram consideradas problemas para os ibgeanos, pois eram elas que asseguravam a ambigüidade no processo de negociação das identidades, a partir do recenseamento. Já a noção de formação da etnia brasileira segundo o caldeamento das raças consistia numa interpretação de Oliveira Vianna, na obra **Raça e Assimilação** (1934), na década de 1930¹³⁶. A continuidade sugerida pela contextura ibgeana encontrava-se na abordagem hierárquica e determinista dos conceitos de raça, de cultura e de etnia.

Mortara (1950), ao utilizar a expressão “quem lembrar” para referir-se à escravidão, sugeriu que tal processo havia sido esquecido, principalmente pelas vítimas, ou seja, pelos ex-escravizados. Contudo, entre o desejo que isso fosse verdade e a realidade dos fatos havia uma distância considerável. Vejamos a passagem em questão:

[...] quem lembrar que a escravidão no Brasil durou até 1888 não pode deixar de considerar dignas de nota as quotas relativamente elevadas de pretos e pardos em posição independentes, que se encontram em vários ramos de atividade, especialmente rurais (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1950, N.º 45, p. 569).

¹³⁶ Nesta obra, Vianna definia, na p. 174, que as raças correspondiam as etnias antropologicamente consideradas. Esta noção evidencia para nós apenas um deslocamento retórico do conceito de raça para o de etnia, mantendo intacto o referencial racial.

O discurso de Mortara (1950) procurava subtrair a importância da escravidão para a análise das diferenças sociais no país afirmando que existia “quotas relativamente elevadas de pretos e pardos em posição independente”. Semelhante afirmação contradizia o próprio autor, pois em 1945 foi ele que apontou as desigualdades sócio-econômicas entre os grupos (pretos e pardos) e os brancos, destacando que os primeiros apresentavam os piores índices do país.

Ao situar a escravidão num passado não lembrado, Mortara procurou realizar uma abordagem conveniente sobre o tema, principalmente por tratar-se de um período de efervescência em torno da aprovação da Lei Afonso Arinos, resultante de propostas realizadas pelo movimento negro brasileiro, desde meados da década de 1940, para o combate ao preconceito racial no país. A escravidão (e a cor como seu símbolo) não fazia parte do passado, como afirmava Mortara, e sim do cotidiano das relações sociais que envolviam os descendentes de ex-escravizados no Brasil. Ela era utilizada para estigmatizar os grupos negros e, deste modo, para tentar colocá-los e mantê-los em um lugar político e simbólico subalterno.

Certamente os grupos “baianos” ou “pretos e pardos”, provenientes, na sua maioria, do campo, discordavam da avaliação de Mortara (1950) sobre suas “posições independentes em vários ramos de atividade”, especialmente nos rurais.

Ao explicitarmos as definições subjacentes a cor (raça, cultura e etnia), demonstramos como esta categoria pôde desempenhar o seu papel nos recenseamentos nacionais, o qual consistiu em assegurar a eficácia simbólica e prática da nação arco-íris.

Subcapítulo IV

Unidade e diversidade (raça e território)

No século XIX, o tema das bandeiras e os discursos sobre imigração, colonização e trabalhador nacional traziam como questão subjacente a idéia da existência de dois Brasis: um ao Norte outro ao Sul. O sentido da relação Norte e Sul foi fornecido pela noção de oposição. Esta última concepção foi desenvolvida por autores brasileiros assim como por estrangeiros no Brasil. Ela permaneceu ao longo do século XX ora como um problema, ora como a característica fundamental da unidade brasileira.

Os embates envolvendo o rural e o urbano, assim como o tradicional e o moderno, expressaram-se como facetas desta interpretação (Norte *versus* Sul) nos âmbitos político, cultural, econômico e social.

Como um expoente da referida interpretação, podemos citar o geógrafo Preston James¹³⁷. Ao analisar as colônias permanentes no Sul do Brasil, o autor, em 1939, expôs que o país era caracterizado pelo contraste entre o interior e a cidade, ou seja, pelo contraste entre o rural e o urbano. Ele chamou a atenção para as formas de ocupação e exploração do interior, destacando que ambas ocorreram de maneira predatória gerando, como resultados, o desgaste do solo e o pequeno efetivo populacional. James salientou que o contraste físico entre o urbano e o rural consistia também em um contraste de modos de vida e de idéias. E que os processos de urbanização e industrialização estavam acentuando as diferenças ao invés de atenuá-las:

¹³⁷ Este intelectual estadunidense teve seu artigo interpretado também no **subcapítulo I** deste **capítulo**.

[...] Contudo, o conflito entre esses dois modos de existência [agrícola e industrial] não se [deu] sem perturbações fundamentais. [...] O resultado [foi] que o interior agrícola, já fraco de início, [tornou-se] cada vez mais fraco com o desenvolvimento das grandes cidades. O contraste entre a cidade e o campo [tornou-se] cada vez maior (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1939, N.º 4, p. 73).

James (1939) argumentou que o descompasso entre as idéias e a estrutura produtiva do país podia ser percebido através da consideração de que, no Brasil, a noção de uma existência industrial e urbana com todas as suas conseqüências (adensamento populacional *versus* êxodo, concorrência entre nacionais e estrangeiros no mercado de trabalho, etc.) colocou-se antes de um satisfatório desenvolvimento agrícola.

As concepções de Preston James (1939) sobre a marcha para o oeste foram debatidas no contexto ibgeano. Este autor entendia que a marcha simbolizava a retomada do interior e a valorização da agricultura; contudo, ela encontraria seus limites na maneira como estava sendo implementada. O Governo brasileiro, ao estimular a população a se deslocar para o oeste — sem que as áreas já ocupadas estivessem desenvolvidas —, favorecia a mesma a permanecer desapegada à terra. Para explicar a importância deste aspecto, James estabeleceu um paralelo entre a marcha para o oeste estadunidense e a brasileira, demonstrando que a primeira foi conseqüência da densidade populacional no leste do país, diferentemente da segunda. Outra questão salientada pelo autor foi o fato de os Estados Unidos terem mantido a marcha através da imigração, enquanto o Brasil tinha optado pela restrição à mesma. Nas palavras de James, o temor de que os imigrantes não fossem assimilados justificou a opção brasileira por uma legislação (critério das quotas) que restringisse a imigração no país.

A preocupação com a assimilação dos grupos estrangeiros no Brasil foi reforçada diante de um contexto marcado pelas doutrinas imperialistas de após a Segunda Guerra. Os imigrantes japoneses e alemães foram classificados como grupos

de difícil assimilação física e cultural. A manipulação ambígua dos conceitos de raça, de cultura e de etnia serviu para este propósito. Tais grupos (em particular o japonês) foram considerados ameaças potenciais a unidade nacional.

O IBGE avaliou que um dos maiores problemas brasileiros encontrava-se na “nacionalização dos elementos alienígenas”. Esta análise foi apresentada em uma comunicação denominada “Raça e Assimilação”. A Divisão de Publicidade do Instituto, ao publicar um documento com este título, em 1940, explicitou uma influência que se encontrava nas entrelinhas dos discursos ibgeanos: a presença teórica e política de Oliveira Vianna. Foram as idéias de Vianna sobre raça e assimilação que orientaram as propostas sobre trabalho, previdência social, imigração e colonização no Brasil, assim como a campanha do Recenseamento Geral de 1940. Tais propostas e campanha foram implementadas pelo Governo como parte do processo de nacionalização e abasileiramento dos estrangeiros no país.

Na seção *Inquéritos Geográficos*, em 1940, o comentarista¹³⁸, ao trabalhar o tema “etnografia”, referiu-se à existência de três raças distintas (branca, preta e amarela) na espécie humana. Esta compreensão, segundo o autor, encontrou respaldo em Augusto Comte. Sobre as três raças afirmou o consultor:

[...] “Cada uma delas é superior às outras duas, ou em inteligência, ou em atividade, ou em sentimento”, segundo as observações precisamente científicas (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1940, N.º 4, p. 595). [aspas do autor]

Esta interpretação aproximava-se da realizada por Vianna (1934): a desigualdade não se mostrava no indivíduo, apenas aparecia ao se considerar o coletivo, ou seja, a raça.

¹³⁸ Esta seção não foi assinada pelo comentarista, que era consultor técnico na temática.

O comentarista, ao estabelecer a superioridade entre as raças como resultado de “observações precisamente científicas”, evidenciou o significado retórico de seu discurso: a cientificidade não era explicada. Outro aspecto deste discurso foi o resgate e o reforço de estereótipos — brancos (inteligência), índios (atividade), negros (sentimento) — e a manipulação dos mesmos como justificativa para que as raças não apresentassem desdém mútuo. Este tipo de abordagem, que reforçava estereótipos e afirmava estar combatendo os preconceitos, foi constante neste artigo e nas revistas do Instituto.

Além de Comte, o consultor mobilizou em seu artigo Humboldt, o naturalista. Segundo o autor este último

[...] “[concordava] com a teoria da unidade da espécie humana, *Homo sapiens*, mas [rejeitava] a consequência necessária, a distinção irracional de raças superiores e de raças inferiores” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1940, N.º 4, p. 596). [aspas do autor]

A construção do discurso do comentarista é ambígua. Ao versar sobre as idéias de Comte, o autor não reconheceu a existência da superioridade entre as raças humanas como um problema. Já ao mencionar as idéias de Humboldt, classificou a mesma como uma “distinção irracional”. O comentarista, ao sugerir que a “distinção irracional” era uma “consequência necessária”, impôs que a necessidade deste tipo de interpretação encontrava-se no fato de permitir um subterfúgio teórico e político.

No decorrer do artigo, a distinção entre os conceitos de raça e de cultura tornou-se evidente à medida que raça não podia ser alcançada, fosse pela analogia de costumes, fosse pela existência de uma língua comum. Raça, segundo o comentarista, referia-se a um fenômeno biológico enquanto cultura a um fenômeno social. A dimensão biológica de raça reforçava a lentidão das mudanças dos marcos raciais. Já a

dimensão social de cultura assegurava que ela pudesse ser difundida, num curto período de tempo, entre grupos sociais distintos. O consultor apresentou a seguinte afirmação a partir de tais considerações:

[...] A cultura não poderá servir de padrão para identificação de diversidade dos grupos sociais (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1940, N.º 4, p. 598).

Esta aceção sobre o conceito de cultura precisa ser problematizada. A noção de cultura que impedia que a mesma pudesse servir como padrão para identificar a diversidade dos grupos sociais era a definição de cultura brasileira. Tal interpretação expressava-se através dos adjetivos “genérica” e “homogênea”. Este conceito de cultura comportava a diversidade apenas como um obstáculo que precisava ser superado pela prática-discursiva da mistura. Neste contexto, o conceito de cultura brasileira justificava, em última instância, a validade da utilização do conceito de raça como o marco para a identificação da diversidade no Brasil na década de 1940.

Ao refletir sobre a história do Brasil, Fernando de Azevedo (1941) afirmou que, desde a colonização, houve uma oposição entre Norte e Sul, e que esta foi marcada pelos aspectos geográficos, pela formação racial e pelas diferenças de ritmo do desenvolvimento econômico. Sua compreensão dialogava com a realizada por James (1939).

Tudo no Brasil, segundo Azevedo (1941), suscitava o seu desmembramento. Contudo, verificou-se que

[...] o país, sob a pressão de todas essas forças telúricas e sociais que trabalharam por desmembrá-lo, se foi formando como um grande povo homogêneo e coeso (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1941, N.º 8, p. 868).

Estas homogeneidade e coesão foram obra, segundo Azevedo, das epopéias das bandeiras de Norte a Sul do país, as quais construíram desde os primeiros dias

[...] “a síntese de um tipo nacional único, vazado nos mesmos moldes ideológicos e depurado na frágua dos mesmos sentimentos” (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1941, N.º 8, p. 869). [aspas do autor]

Foram os conceitos genéricos de cultura e de povo brasileiro que permitiram a construção do “tipo nacional único”, ou seja, do “mestiço de alvura imperfeita”, representado pelo bandeirante (mistura de estrangeiro branco com nativo indígena). Os moldes ideológicos foram forjados a partir da doutrina do branqueamento, que orientou a interpenetração de corpos e idéias. A doutrina, ao ser acrescida por uma interpretação ufanista da grandeza física do país, assegurou ao Brasil uma dignidade, uma esperança projetada no futuro. Foi o desejo de tornar a esperança uma realidade que permitiu que se desenvolvesse um sentimento comum de pertencimento. Tal sentimento será chamado, por Azevedo, de nacional:

O sentimento nacional que se formava, desta maneira, pela interpenetração dos povos, e, portanto, pela intercomunicação de tradições, sentimentos, idéias e aspirações, enquanto as entradas e as bandeiras trabalharam para conquistar e em arredondar o território da nação, não tardou em crescer e afirmar-se nas lutas contra as invasões estrangeiras pelas costas desguarnecidas. O sentimento nacional só se torna claro na consciência, diz Höffding, chocando-se e irritando-se contra o estrangeiro (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1941, N.º 8, p. 870).

As reações nativas no Brasil (a expulsão dos holandeses no Norte; o combate aos piratas franceses no Sul, etc.) reforçaram o caráter nacional, ou seja, permitiram que o sentimento nacional se tornasse claro na consciência. A nacionalidade brasileira constituía-se, desse modo, ambigualmente: de um lado a defesa do princípio *jus soli* e,

de outro, a reação contra alguns grupos de estrangeiros. O tema nacional fomentou os sentimentos de diferença e de unidade na dinâmica entre os de dentro e os de fora.

No Brasil, a marcha para o oeste recuperou e intensificou os ideais das bandeiras a partir da década de 1940. Seu objetivo era a conquista definitiva da unidade nacional. Daí a forma de ser implementada tornar-se objeto de disputa pelos ibgeanos. As idéias de James (1939) e de Azevedo (1941) sobre a questão diversidade *versus* unidade permitiram-nos, por sinal, dimensionar a relevância dos conceitos de raça e de meio (território) para as interpretações ibgeanas à respeito da sociedade brasileira na década de 1940 e nas posteriores.

A defesa do federalismo pode ser entendida equivocadamente como uma defesa da diversidade no país. O equívoco desta interpretação encontra-se no fato de a defesa do federalismo consistir num aspecto da ambigüidade do discurso sobre o nacional. A questão do federalismo apresentada por Fernando de Azevedo (1941) consistia em uma avaliação crítica sobre as verdadeiras condições de controle administrativo e político por parte da União. Desse modo, na discussão centralização *versus* descentralização, Azevedo posicionava-se abertamente em defesa desta última, e problematizava com Azevedo Amaral. Sobre este aspecto, afirmava Fernando de Azevedo que as tendências de centralização que se acentuaram a partir da década de 1930 poderiam romper a unidade já existente do povo brasileiro, ao invés de assegurá-la, como acreditava Amaral. A unidade era considerada um fato para Fernando de Azevedo, no entanto, um fato como resultado de um processo, ou seja, como algo dinâmico, suscetível de mudanças. Daí a prudência de manter a característica da prática-discursiva que assegurava a unidade: a ambigüidade.

Nas palavras de Fernando de Azevedo (1941) o sistema escolar era visto como um aliado na construção da unidade nacional ao desenvolver o sentimento de pátria em cada indivíduo:

O sentimento de pátria realiza “êste milagre de arrancar o indivíduo ao seu egoísmo e de dispô-lo a amar o grupo de que faz parte, a dar-se a êle e a defender até a morte os direitos coletivos” (REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, 1941, N.º 8, p. 881). [aspas do autor]

Tal sentimento baseava-se nas construções simbólicas fornecidas pela História e pela Geografia. Tais áreas do conhecimento permitiam contar e recontar as conquistas e as derrotas, assim como descrever as grandezas do país, desenvolvendo vínculos entre o passado, o presente e o futuro, e entre os diferentes lugares. Tanto a História quanto a Geografia estimulavam o sentimento de “mesmo”, isto é, um sentimento difuso de ser brasileiro.

Deffontaines retornou às páginas da **Revista de Geografia** em 1946, na seção *Comentários*. Nesta última, discorreu sobre a idéia de unidade que orientou as diversas áreas do conhecimento e que prevaleceu na Geografia Política do Brasil: “[...] a unidade provém antes da diversidade do que da uniformidade” (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1946, N.º 2, p. 252). Este discurso de Deffontaines afinava-se com o proferido por Azevedo em 1941. No entanto, devemos ponderar que a diversidade era valorizada apenas discursivamente.

Na seção *Comentários* de 1958 encontramos um artigo de J. Cezar de Magalhães que discutia sobre a organização do mundo após a Segunda Guerra. Neste contexto, o autor dissertava sobre os conceitos de Estado, país e nação ressaltando suas diferenciações. Na concepção de Magalhães, o Estado compreendia

[...] o país que é a “terra”, o “território” do estado, portanto de significação muito menos ampla do que se lhe dá na linguagem

comum. Além de país, há contido no conceito de estado a expressão nação que compreende um conjunto de indivíduos vivendo agrupados às vezes num mesmo território enfrentando tôdas as vicissitudes e sobrepujando-se a elas porque se comportaram através da História como um elo espiritual; a nação constitui portanto a base etnográfica do estado como acha Backheuser; porém é preciso não esquecer que há nações como a Suíça formada de povos alemães, italianos e franceses onde as diferenças étnicas foram sobrepujadas para haver uma união contra as dificuldades do relêvo e dos assaltos dos povos vizinhos. Desta forma seria melhor empregarmos ao invés da palavra etnográfica, a expressão base demográfica (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1958, N.º 2, p. 230). [aspas do autor]

Magalhães trabalhou com uma idéia de nação que se aproximava do conceito de etnia ao apontar que “a nação constitui portanto a base etnográfica do estado”. Este tipo de interpretação foi compartilhado por outros ibgeanos: Fernando de Azevedo e Vianna, entre outros. No caso deste último, é possível afirmar que a expressão “etnia brasileira”¹³⁹ expressou a fusão dos conceitos de etnia e de nação. Tal fusão foi possível a partir de uma abordagem genérica de cultura alicerçada na idéia de mistura (e no conceito de assimilação).

Compreendemos que o conceito de nação se aproxima do de etnia ao enfocarmos o fato de que ambos podem se apresentar como construções políticas, cujo fundamento pode ser tanto racial quanto cultural. Todavia, tais conceitos se afastam ao considerarmos que podem existir etnias que não assumem a dimensão nacional, como também pode haver nações que não suscitam as diferenciações étnicas. Deriva desta interpretação fato de que a utilização de uma ou outra abordagem depende das escolhas políticas e teóricas dos ibgeanos, e que os mesmos optaram pela indefinição.

A conclusão de Magalhães (1958), segundo a qual seria melhor empregar “a expressão base demográfica” para falar a respeito do povo brasileiro, representa sua escolha por não suscitar as diferenças étnicas e culturais do e no Brasil. Tal opção

¹³⁹ Difundida a partir da obra **Raça e Assimilação** (1934).

reforça uma visão ideológica de cultura, a qual pode ser expressa através do adjetivo brasileira (homogênea). Esta idéia de cultura nega a diversidade que caracteriza o “povo brasileiro” e contribui para reafirmar o padrão idílico das relações étnicas e raciais no país, instituído a partir da década de 1930. Semelhante representação de Brasil satisfaz (e ainda satisfaz) o ideal de unidade da nação arco-íris (genérica, harmônica e inclusiva por definição), porém, plural, conflituosa e excludente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou, a partir da interpretação dos discursos ibgeanos, fornecer um caminho para responder à indagação sobre como a cor passou a ser a categoria-chave do sistema classificatório racial brasileiro de modo oficial. Maggie (1991) já havia demonstrado o “porquê” desta escolha e parte de suas implicações sociais. Nossa pesquisa contribuiu ao proporcionar uma compreensão que versou sobre o “como”, no período de 1936 a 1960. No que tange à análise de Maggie (1991), reforçamos a idéia de que tal escolha teria determinado que os segmentos sociais historicamente discriminados no país (os não-brancos e, em particular, os negros) mantivessem-se excluídos das noções de nacionalidade e de cidadania brasileira. Dentre as implicações, salientamos o fato de semelhantes segmentos tornarem-se cidadãos de “segunda classe” (IANNI, 1972).

O modelo mestiço de “nacional” permitiu uma visão ambígua sobre os segmentos negros, indígenas e seus descendentes. A positividade dos grupos consistiu na contribuição que os mesmos propiciaram para a formação de um tipo novo (o nacional), a partir da mistura. Fora deste processo de assimilação racial, étnica e cultural, ressaltou-se apenas a negatividade de tais grupos. Suas diferenças deixaram de ser construções sociais, apresentando-se como algo inato aos grupos. Neste contexto, as dimensões de origem foram consideradas obstáculos que precisavam ser superados. Esta visão influenciou e justificou a implementação das políticas públicas de imigração, colonização, saúde, educação, segurança, dentre outras, no país.

A prática-discursiva da mistura compreendeu o caminho da “inclusão”, seu limite, no entanto, foi o combate à diferença e não à desigualdade entre os grupos sociais. Desse modo, a nação arco-íris, inclusiva por definição, consistiu em uma

estratégia política eficiente (e conveniente), pois permitiu deslocar a idéia de conflito: todos (negros, indígenas, brancos, asiáticos, dentre outros) fizeram e fazem parte da nação brasileira. A representação do arco-íris, suscitada através das categorias censitárias (parda, preta, branca, amarela e indígena), sintetizou de forma primorosa a construção da diferença em um país no qual o respeito à diversidade foi apenas retórico.

Buscamos demonstrar, ao longo deste trabalho, os alicerces teóricos de tais categorias: os conceitos de raça e de cultura, assim como as abordagens que serviram de suportes aos mesmos. Dentre estas, destacaram-se as concepções determinista e hierárquica. Ambas se realizaram através do discurso da cor, que permitiu manipular raça e cultura ressaltando mudanças conceituais, sem rupturas. A ambigüidade dos discursos ibgeanos resultou deste processo.

Ao abordarmos tais discursos através da análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e seu diálogo com a hermenêutica (RICOEUR, 1969), asseguramos que os significados dos mesmos fossem captados nos contextos em que se desenvolveram e, desse modo, que fossem entendidos não como algo rígido, determinado, e, sim, ambíguo, isto é, conjunturalmente acessível ao conhecimento.

O pensamento ibgeano apropriou-se do legado político e teórico fornecido pelos museus, faculdades de Direito e Medicina, e, particularmente, institutos de História e de Geografia para a construção e difusão de um pensamento nacional oficial. Tal legado compreendeu os sistemas de classificação racial oficial e extra-oficial.

Ao entendermos que toda classificação funciona como uma espécie de pré-requisito para um tipo de interpretação por apresentar categorias que são usadas semântica e retoricamente, podemos dimensionar a relevância do resgate de tais sistemas de classificação pelo IBGE. O sistema ibgeano estruturou a idéia de Brasil

como nação arco-íris, o que implicou em manipular categorias cujos limites de suas aplicações estiveram e ainda estão determinados pelo próprio sistema.

O deslocamento do conceito de “miscigenação” para o de “mestiçagem” efetuou-se como uma faceta do deslocamento do discurso racial para o cultural. Tais discursos complementaram-se no processo de formação do tipo nacional brasileiro (mestiço) e de negociação da identidade nacional. O IBGE propiciou um valor ímpar para o recenseamento, no processo de negociação, ao torná-lo o mais amplo instrumento para acessar as opiniões da população. Através do mesmo, o Instituto suscitou estereótipos, sobre determinados segmentos, no imaginário social. Tais estereótipos alicerçaram-se no ideal de branqueamento.

A história do IBGE enfocou o papel desempenhado pela Geografia e pela Estatística no processo de construção de um órgão moderno no período de centralização política. A partir da década de 1930, o IBGE aprimorou o discurso da cor e promoveu sua difusão para todo país como parte do projeto de organização nacional. Os discursos ibgeanos forneceram uma interpretação sobre o próprio significado da modernidade no Brasil: a aparência de síntese e a essência eclética. Eis os contornos do nacional brasileiro. Tal interpretação foi imposta como um diagnóstico para a (N)ação, a partir da necessidade de equacionar a relação passado, presente e futuro, fornecendo uma noção de organização institucional do país.

O discurso sobre assimilação fundiu-se com o discurso da miscigenação, promovendo, assim, de um lado, a racialização da cultura e, de outro, a culturalização da raça. O termo “mestiçagem” sintetizou bem este processo e o discurso da cor foi sua máxima expressão. Para compreendermos o desenrolar deste processo no sistema classificatório ibgeano, foi preciso interpretar algumas das considerações, presentes na **Revista Brasileira de Geografia** e na **Revista Brasileira de Estatística**, sobre os

intelectuais que influenciaram as reflexões em torno dos conceitos de raça e de cultura no Instituto, assim como sobre suas obras. Nossas hipóteses sobre as influências de Oliveira Vianna (raça e etnia) e Gilberto Freyre (cultura) no pensamento ibgeano confirmaram-se. Outra hipótese que encontrou respaldo foi o papel de Fernando de Azevedo como sistematizador destas influências.

A idéia genérica de cultura brasileira (desenvolvida e difundida por Freyre e Azevedo) serviu para negar a diversidade que caracteriza o “povo brasileiro”, reafirmando o padrão idílico das relações étnicas e raciais no país para satisfazer ao ideal de unidade da nação arco-íris (harmônica, inclusiva e genérica), apesar de conflituosa, excludente e plural.

Partimos do pressuposto de que a representação do Brasil como nação arco-íris não se esgotou nas décadas posteriores ao período da pesquisa. Isto nos remete à problematização do referencial teórico do quesito raça/cor ibgeano de 1961 a 2005, embora tal recorte não tenha sido contemplado no presente estudo. E, neste sentido, uma reflexão sobre os significados dos conceitos de raça, de cultura e de etnia.

Ao interpretarmos o sistema classificatório do IBGE, procuramos demonstrar que houve e há padrões de identificação no país, os quais foram e ainda são estabelecidos de acordo com uma concepção hierárquica, na qual os segmentos brancos ocupam o ápice. O aspecto da permanência encontra-se assegurado, parcialmente, pela imutabilidade do quadro de suas categorias sociais, desde de 1940¹⁴⁰. Neste contexto, ressaltamos ainda, apontando para estudos posteriores, o caráter fundamental do questionamento sobre como se desenvolveu e se desenvolve a crítica ao sistema classificatório racial, no interior do Instituto, após 1960. E isto, interpretando quais as relações entre o Instituto, as universidades públicas e o movimento negro brasileiro.

¹⁴⁰ Salvo a inserção da categoria “indígena” na década de 1990.

Aventamos, ao longo do trabalho, algumas relações entre as vertentes iberista, americanista e ufanista no Brasil, a partir das considerações de Lippi (1997). Entretanto, as mesmas não foram equacionadas, apenas apontaram possíveis caminhos a serem explorados ou refutados por pesquisas futuras.

Sugerimos, no início desta dissertação, que o conceito de “classe social” tornou-se imprescindível para classificar os grupos negros, ao passo que o de “etnia” apresentou-se como monopólio para a identificação dos grupos indígenas. Tal sugestão foi acompanhada de uma reflexão sobre o “porquê” de tal procedimento, embora não tenhamos fornecido, aqui, um apontamento sobre o “como”. Tal aspecto, conforme destacamos reincidentemente, poderá ser objeto de estudos futuros.

Apresentamos como hipótese que a revelação do hífen oculto, conceito trabalhado por Lesser (2001) — propiciada pelas categorias “teuto-brasileiro”, “italo-brasileiro”, dentre outras —, compreende um processo distinto do expresso pela categoria “afro-brasileiro”. A confluência dos processos estaria apenas no reconhecimento dos aspectos étnico e racial no modelo nacional. Todavia, a aproximação entre as categorias “teuto-brasileiro” e “afro-brasileiro” poderia apontar para um aspecto problemático: o fato de sugerir que as histórias destes grupos, no projeto nacional brasileiro, teriam sido similares. Uma questão subjacente é o fato de a categoria “afro-descendente” não apresentar uma relação com a noção de nacional. Confirmar ou refutar tal hipótese faz-se importante, uma vez que “afro-descendente” e “afro-brasileiro” seduzem, hoje, possíveis partidários, nos discursos universitário e midiático, deslocando as categorias “preto” e “negro” e a dimensão fenotípica da classificação racial brasileira.

A ambigüidade consistiu no instrumento teórico e político do IBGE para construir a nação arco-íris. No entanto, ela pode ser apreendida, desvelando o que é

antagônico e o que é contraditório, mostrando o que é mudança e o que é ruptura. Neste contexto, a ambigüidade (ao envolver os conceitos de raça, de cultura e de etnia) não impede que possamos realizar uma interpretação da realidade social brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, A. **O Brasil na crise atual**. São Paulo: Nacional, 1934.
- AZEVEDO, C. C. M. **Onda negra medo branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, F. **A Cultura brasileira**: Introdução ao estudo da cultura no Brasil. Brasília: UnB e Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- AZEVEDO, T. **Democracia racial**: Ideologia e realidade. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BACKHEUSER, E. **Problemas do Brasil**: Estrutura geopolítica o “Espaço”. Rio de Janeiro: OMNIA, 1933.
- BANTON, M. **A idéia de raça**. Trad. Antonio Marques Bessa, Lisboa: Editora 70, 1977.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BASTIDE, R. **As religiões africanas no Brasil**: Contribuição a uma Sociologia das interpretações de civilizações. Trad. Maria E. Capellato e O. Krähenbuhl. São Paulo: Pioneira, 1989.
- BRAIDA, C. R. Apresentação. In SCHLEIERMACHER, F. D. E. **Hermenêutica**: Arte e técnica da interpretação. Trad. Celso Reni Braidá. Bragança Paulista - SP: Universitária São Francisco, 2003.
- BERQUÓ, E. **Demografia da desigualdade**: Algumas considerações sobre o negro no Brasil. Anais VI Encontro da ABEP, v. 3, 1998.
- BRANDÃO, C. R. **Identidade e etnia**: Construção da Pessoa e Resistência Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BROOKSHAW, D. **Raça & cor na literatura brasileira**. Trad. Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

- CAMARGO, A. Do federalismo oligárquico ao federalismo democrático. In PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- CARONE, E. **A primeira República**: Texto e contexto (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1969.
- CARVALHO, J. M. Vargas e os militares. In PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- CARVALHO, M. M. C. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In LORENZO, H. C. & COSTA, W. P. (Orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997.
- CHAUÍ, M. Considerações sobre o nacional-popular. In **Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2003.
- COMAS, J. et al. **Raça e ciência I**. Trad. Dora Ruhman e Geraldo G. de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- COSTA, T. C. N. A. O princípio classificatório “cor”, sua complexidade e implicações para um estudo censitário. **Revista Brasileira de Geografia** – IBGE. Rio de Janeiro, Ano XXXVI, nº. 3, p. 91-102, jul./set. 1974.
- CRAPANZANO, V. Estilos de interpretação e a retórica de categorias sociais. In MAGGIE, Y. e REZENDE, C. B. (Orgs.). **Raça como retórica**: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CUNHA, M. C. da. **Negros estrangeiros**: Os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. **Revista de Cultura e Política**, p. 35-39, agosto, 1979.

CUNHA, O. M. G. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DEGLER, C. N. **Nem preto nem branco**: Escravidão e relações raciais no Brasil e nos EUA. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

DE LUCA, T. R. **A Revista do Brasil**: Um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: UNESP, 1999.

DIÉGUES JR., M. **Etnias e culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. (Coleção Retratos do Brasil).

DUNN, L. C. et al. **Raça e ciência II**. Trad. Fernando dos Santos Fonseca. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ENGEL, M. **Metrizes e doutores**: Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Trad. Adriano Caldas. Rio de Janeiro: Fator, 1983. (Coleção Outra Gente, v. I)

FAUSTO, B. **A revolução de 1930**: Historiografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1970.

_____. O Estado Novo no contexto internacional. In PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. v. I e II. São Paulo: Ática, 3 ed., 1978. (Ensaio 34).

FONSECA, D. J. **Piada: discurso sutil da exclusão**: Um estudo do risível no “racismo à brasileira”. 1994. Dissertação de Mestrado – Ciências Sociais, PUC, São Paulo.

_____. **Corpos Negros (I)Maculados**: Mulher, catolicismo e testemunho. 2000. Tese de Doutorado – Ciências Sociais, PUC, São Paulo.

_____. A (re)invenção do cidadão de cor e da cidadania. **Cadernos do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social)**, Salvador, nº. 210, p. 65-83, mar./abr., 2004.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 39 ed., 2000.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GUIMARÃES, A. S. A. How to work with “race” in sociology. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, nº. 1, p. 94-107, jan./mar. 2003.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

_____. ‘Raça’, racismo e grupos de cor no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, nº. 27, p. 45-63, abril de 1995.

HASENBALG, C. Discursos sobre a raça: pequena crônica de 1988. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, nº. 20, p. 187-195, 1988.

HOBBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade**. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo**. Curitiba: Hucitec, Scientia et Labor, 2 ed., 1988.

_____. **Raça e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, nº. 36, p. 51-72, jan./fev. 2002.

KITAHARA, S. T. Os comportadinhos na casa dos Gaijins. In OLIVEIRA, D. et. al. **A cor do medo: Homicídios e relações raciais no Brasil**. Brasília: UnB, Goiânia: UFG, 1998.

KUPER, A. **Cultura**: A visão dos antropólogos. Trad. Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru - SP: EDUSC, 2002. (Coleção Ciências Sociais).

LACOSTE, Y. **Geografia**: isso serve para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LAHUERTA, M. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In LORENZO, H. C. & COSTA, W. P. (Orgs.) **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional**: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Trad. Patrícia de Q. C. Zimbres. São Paulo: UNESP, 2001.

LIM, N. Interessa quem responde à questão sobre a cor? Classificação racial e desigualdade de raça no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, nº. 36, p. 7-27, dez. 1999.

MAGGIE, Y. **A ilusão do concreto**: Análise do sistema de classificação racial no Brasil. 1991, 127 f. Tese (Concurso de Professor Titular de Antropologia) – Dep. de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. e REZENDE, C. B. (Orgs.) **Raça como retórica**: A construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAIO, M. C. e SANTOS, B. V. (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

_____. e SANTOS, R. V. Qual “retrato do Brasil”? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 10 (1), p. 61-95, 2004.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, L. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento retórico ou mudança conceitual? In MAIO, M. C. e SANTOS, B. V. (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

MATTA, R. da. **Relativizando**: Introdução a Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1981.

MELLO e SOUZA, A. C. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

MEMMI, A. **Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

MORAES, A. C. R. **Geografia, pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira: Pontos de partida para uma revisão histórica**. São Paulo: Ática, 1994.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988. (Série Fundamentos, v. 34).

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Negritude: Usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

NABUCO, J. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000. (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco: Estudos de relações raciais**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

OLIVEIRA E OLIVEIRA, E. de. O mulato, um obstáculo epistemológico. **Argumento**, Rio de Janeiro, p. 65-73, jan. 1974.

OLIVEIRA, L. L. Questão nacional na Primeira República. In LORENZO, H. C. & COSTA, W. P. (Orgs.) **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997.

OLIVEIRA, R. C. de **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

OSORIO, R. G. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. In BERNARDINO J. & GALDINO, D. (Orgs.) **Levando a raça a sério: Ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PACHECO, M. P. A questão da cor nas relações de um grupo de baixa renda. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.º. 14, p. 85-97, 1987.

PAIXÃO, M. Desenvolvimento humano e as desigualdades étnicas no Brasil: um retrato de final de século. **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, Ano 29, set./nov. 2000.

PIZA, E. e ROSEMBERG, F. Cor nos censos brasileiros. **Revista da USP**, São Paulo, n.º. 40, dez./fev. 1998/99.

POUTIGNAT, P. e STREIFF, J (Orgs.). **Teorias da etnicidade: Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras**. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

QUEIROZ, JR. T. **Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira**. São Paulo: Ática, 1982.

RAMOS, A. **O negro brasileiro**. São Paulo: Nacional, 2 ed., 1940.

REIS FILHO, N. G. Cultura e estratégias de desenvolvimento. In LORENZO, H. C. & COSTA, W. P. (Orgs.) **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997.

REX, J. **Raça e etnia**. Lisboa: Estampa, 1988.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

RICOEUR, P. **O conflito das interpretações: Ensaio de hermenêutica**. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil**. Brasília: INL; São Paulo: Nacional, 4^a. Edição, 1976.

SALZANO, F. M. & FREIRE-MAIA, N. **Populações brasileiras**: Aspectos demográficos, genéticos e antropológicos. São Paulo: Nacional/USP, 1967.

SANSONE, L. As relações raciais em Casa Grande & Senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização. In MAIO, M. C. e SANTOS, B. V. (Orgs.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

_____. Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.º. 22, p. 143-174.

SARTRE, J. P. **Reflexões sobre o racismo**. Trad. J. Guinsburg, São Paulo: DIFEL, 1960.

SCHNEIDER, J. Discursos simbólicos e símbolos discursivos: Sobre a etnografia da Identidade Nacional. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 10 (1), p. 97-129, 2004.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

_____. **Retrato em branco e negro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

_____. & QUEIROZ, R. (Orgs.) **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1997.

SCHWARTZMAN, S. Fora do foco: Diversidade e Identidades étnicas no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, n.º. 55, p. 83-96, nov. 1999.

SEIFERTH, G. Os paradoxos da miscigenação: observação sobre o tema Imigração e Raça no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.º. 20, p. 165-185, jun. 1991.

SILVA, N. do V. Morenidade: modo de usar. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.º. 30, p. 79-95, dez. 1995.

_____. Uma nota sobre 'raça social' no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.º. 26, p. 67-80, set. 1994.

_____. Aspectos demográficos dos grupos raciais. **Estudos Afro-Asiáticos**, n.º. 23, p. 7-15, dez. 1992.

_____. Cor e processo de realização sócio-econômica. In. HASENBALG C. e Silva, N. do Valle (Orgs.) **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: IUPERJ/ VÉRTICE, p. 144-163, 1988.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco**: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, M. **A verdade seduzida**: Por um conceito de cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **Claros e escuros**: Identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

STOLCKE, V. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, nº. 20, p. 101-119, jun.1991.

_____. A “natureza” da nacionalidade. In MAGGIE, Y. e REZENDE, C. B. (Orgs). **Raça como retórica**: A construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VIANNA, O. **Raça e assimilação**. São Paulo: Nacional, 2 ed., 1934.

WEBER, M. Relações Comunitárias Étnicas. In **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. v. I. Brasília: UNB, 2000.

WOOD, C. Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil. In Peggy Lovell (Org.). **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Cedeplar, p. 93-111, 1991.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS DO IBGE

(História e Memória do Instituto)

Anuário Estatístico do Brasil: Resenha histórica. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

Estudos sobre a composição da população do Brasil segundo a cor. Estudos de Estatística Teórica e Aplicada, Estatística Demográfica, n.º. 11. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

VIII RECENSEAMENTO GERAL – Comissão Censitária Nacional – Parecer sobre o âmbito em extensão e profundidade do censo demográfico – agosto de 1969.

CÂMARA, L. Exame crítico da Estatística Brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, CNE, nov. 1951. (mimeo).

COSTA, I. T. M. Memória institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico. Documentos para Disseminação n.º. 4. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

FREITAS, M. A. T. Em defesa das “Estatísticas Brasileiras”. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

LOPES, W. A crise do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

MENDONÇA, Y. B. Roteiro para uma monografia sobre a história do IBGE. 1979. (mimeo)

PENHA, E. A. A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo. Memória Institucional, n.º. 4. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

SCHWARTZMAN, S. O presente e o futuro do IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

ARTIGOS DA REVISTA DE ESTATÍSTICA – IBGE (1936-1960)

ABREU, F. O IBGE em 1953. **Revista Brasileira de Estatística – IBGE**. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XV, nº. 59, p. 141-146, jul./set. 1954.

ALVES, E. A composição por idade da população do Brasil e de suas diferentes partes. **Revista Brasileira de Estatística – IBGE**. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XV, nº. 59, p. 155-163, jul./set. 1954.

AMARAL, A. Significação econômica do censo de 1940. **Revista de Economia e Estatística – INE**, Rio de Janeiro: Ano II, nº. 2, p. 9-13, 1937.

ANJOS, G. A. A alimentação racional e os recursos econômicos. **Revista de Economia e Estatística – INE**, Rio de Janeiro, Ano II, nº. 2, p. 15-17, 1937.

AZEVEDO, F. A unidade nacional e a educação. **Revista Brasileira de Estatística – IBGE**. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano II, nº. 8, p. 851-882, out./dez. 1941.

BARRETO, A. C. P. Importância atual dos problemas de população. **Revista Brasileira de Estatística – IBGE**. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XI, nº. 43, p. 400-413, jul./set. 1950.

BARRETO, C. O homem – fator supremo da segurança nacional. **Revista Brasileira de Estatística – IBGE**. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XII, nº. 46, p. 149-160, 1951.

_____. A superpopulação da terra e suas perspectivas. **Revista Brasileira de Estatística – IBGE**. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVIII, nº. 69/70, p. 18-25, jan./jun. 1957.

BARROS, E. T. As migrações interiores no Brasil. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XV, nº. 58, p. 78-84, abr./jun. 1954.

BOLDRINI, M. As ciências naturais e a biometria. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano VIII, nº. 32, p. 759-764, out./dez. 1947.

BULHÕES, O. G. Os planos econômicos de intervenção do Estado. **Revista de Economia e Estatística** – INE, Rio de Janeiro, Ano III, n.º. 1, p. 13-15, 1938.

CARVALHO, A. V. Alguns aspectos da natalidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XV, nº. 59, p. 177-185, jul./set. 1954.

CARVALHO, F. M. População e imigração. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano III, nº. 9, p. 111-124, jan./mar. 1942.

CISNEROS, C. A Estatística nos programas de colonização. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XXI, nº. 83/84, p. 166-174, jul./dez. 1960.

DIÉGUES JR., M. Experiências e perspectivas da assimilação cultural dos imigrantes no Brasil. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XV, nº. 58, p. 96-101, abr./jun. 1954.

DOCCA, S. (General). A Estatística a segurança nacional. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano III, nº. 11, p. 401-408, jul./set. 1942.

FALCÃO, P. B. Evolução industrial do Brasil. **Revista de Economia e Estatística** – INE, Rio de Janeiro, Ano III, n.º. 3, p. 259-269, 1938.

_____ . Evolução industrial do Brasil. **Revista de Economia e Estatística** – INE, Rio de Janeiro, Ano III, n.º. 4, p. 363-376, 1938.

FELIPPE, J. C. A educação e a cultura no recenseamento geral de 1940. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano II, n.º. 7, p. 439-444, jul./set. 1941.

_____ . O recenseamento geral de 1940 e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano IV, n.º. 14, p. 193-195, abr./jun. 1943.

_____ . O censo continental de 1950. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano VII, n.º. 27, p. 503-510, jul./set. 1946.

FISCHLOWITZ, E. Conseqüências sociais da “explosão demográfica” na América Latina. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XXI, n.º. 85/86, p. 33-46, jan./jun. 1961.

FREITAS, M. A. T. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a segurança nacional. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano I, n.º. 1, p.100-103, jan./mar. 1940.

_____ . A Estatística e a organização nacional. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano II, n.º. 5, p. 91-104, jan./mar. 1941.

_____ . Problemas de organização nacional. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano II, n.º. 6, p. 277-282, abr./jun. 1941.

_____ . O conselho nacional de Estatística no “batismo cultural” de Goiânia.

Revista Brasileira de Estatística – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano III, nº. 11, p. 451-460, jul./set. 1942.

_____ . A estatística e a reforma social. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XI, nº. 44, p. 527-552, out./dez. 1950.

FREYRE, G. Sociologia e Estatística **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano III, nº. 11, p. 417-422, jul./set. 1942.

GOMES, O. L. A. Estatística demográfica **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XV, nº. 58, p. 85-90, abr./jun. 1954.

JARDIM, G. G. O bem-estar social e a Estatística. **Revista de Economia e Estatística** – INE, Rio de Janeiro, Ano II, nº. 3, p. 33-39, 1937.

KINGSTON, J. Normas para organização da Estatística agro-pecuária. **Revista de Economia e Estatística** – INE, Rio de Janeiro, Ano II, nº. 1, p. 43-50, INE, 1937.

_____ . O factor ethnico na economia agrária. **Revista de Economia e Estatística** – INE, Rio de Janeiro, Ano II, nº. 2, p. 19-25, 1937.

_____ . A XXIV sessão do Instituto Internacional de Estatística em Praga. **Revista de Economia e Estatística** – INE, Rio de Janeiro, Ano III, nº. 4, p. 377-385, 1938.

LEDUC, G. Os grandes problemas da vida econômica internacional contemporânea. **Revista de Economia e Estatística** – INE, Rio de Janeiro, Ano II, nº. 3, p. 7-11, 1937.

_____ . Sobre a natureza e os limites do problema econômico. **Revista de Economia e Estatística** – INE, Rio de Janeiro, Ano III, nº. 3, p. 225-233, 1938.

MIGLIEVICH, M. H. G. (Trad.) O programa mundial de recenseamentos da população.

Revista Brasileira de Estatística – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XIX, nº. 75/76, p. 94-107, jul./dez. 1958.

MONTENEGRO, T. H. Panorama da Estatística nas Américas. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XXI, nº. 81/82, p. 1-11, jan./jun. 1960.

MORAIS, O. A. A estatística e o recenseamento, do ponto de vista do município. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano I, nº. 3, p. 473-485, jul./set. 1940.

MORTARA, G. Os aspectos internacionais do recenseamento. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano I, nº. 3, p. 421-431, jul./set. 1940.

_____. Atividades e posição na ocupação, nos diversos grupos de cor da população do Brasil. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XI, nº. 44, p. 559-579, out./dez. 1950.

_____. Aspectos culturais da evolução e das características demográficas do Brasil. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVI, nº. 62, p. 81-89, abr./jun. 1955.

_____. Distribuição territorial dos japoneses no Brasil. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVII, nº. 65, p. 1-3, jan./mar. 1956.

NERY, F. A estatística da Bahia na era Ibgeana. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano IX, nº. 33, p. 33-36, jan./mar. 1948.

OLIVEIRA, E. A. Sugestões para as atividades de um Instituto Brasileiro de Conjuntura. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XIII, nº. 49, p. 9-18, 1952.

PEREIRA, J. A. B. Estatística e religião. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano IX, nº. 34, p. 188-191, abr./jun. 1948.

PESSOA, H. E. A. A cooperação disciplinada e os recentes progressos da Estatística no Brasil. **Revista Brasileira de Estatística** – INE, Rio de Janeiro, Ano I, nº. 1, p. 86-99, jan./mar. 1940.

RICE, S. A. Conceitos estatísticos na união soviética apreciados sob pontos de vista científicos geralmente aceitos. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XIII, nº. 50, p. 91-106, abr./jun. 1952.

RODRIGUES, M. S. Erros e ilusões no uso da Estatística. **Revista Brasileira de Estatística** – INE, Rio de Janeiro, Ano I, nº. 1, p. 29-35, jan./mar. 1940.

_____ . A formação do estatístico. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano VII, nº. 26, p. 245-254, abr./jun. 1946.

RONDON, F. Colonização nacional e o magno problema brasileiro. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano VII, nº. 28, p. 763-774, out./dez. 1946.

SAUVY, A. A responsabilidade do estatístico perante a opinião e os poderes públicos. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XXI, nº. 83/84, p. 175-180, jul./dez. 1960.

SILVA, B. A cooperação inter-administrativa na Estatística brasileira. **Revista de Economia e Estatística** – INE, Rio de Janeiro, Ano II, nº. 1, p. 27-42, 1937.

_____. A reforma “sui generis” do sistema estatístico brasileiro. **Revista de Economia e Estatística** – INE, Rio de Janeiro, Ano II, nº. 2, p. 27-34, 1937.

_____. Classificação das despesas públicas. **Revista de Economia e Estatística** – INE, Rio de Janeiro, Ano II, nº. 3, p. 41-49, 1937.

SOARES, J. C. M. Estatística, Geografia, recenseamento. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano III, nº. 11, p. 393-400, jul./set. 1942.

_____. A obra de prospecção nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano IV, nº. 14, p. 179-192, abr./jun. 1943.

XAVIER, R. A organização nacional e o município. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano VII, nº. 25, p. 65-75, jan./mar. 1946.

_____. O sistema dos serviços estatísticos brasileiros e a defesa nacional. **Revista Brasileira de Estatística** – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano IX, nº. 36, p. 613-626, out./dez. 1948.

REVISTA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: INE, Ano I, nº. 1, p. 51-52, 1936. Seção A Estatística Na Opinião Dos Mestres.

REVISTA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: INE, Ano I, nº. 2, p. 51-54, 1936. Seção A Estatística Na Opinião Dos Mestres.

REVISTA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: INE, Ano II, nº. 1, p. 51-53, 1937. Seção A Estatística Na Opinião Dos Mestres.

REVISTA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: INE, Ano I, nº. 1, p. 53-55, 1936. Seção Notícias Sobre O Desenvolvimento Da Estatística.

REVISTA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: INE, Ano I, nº. 2, p. 55-61, 1936. Seção Notícias Sobre O Desenvolvimento Da Estatística.

REVISTA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: INE, Ano II, nº. 1, p. 55-63, 1937. Seção Notícias Sobre O Desenvolvimento Da Estatística.

REVISTA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: INE, Ano II, nº. 2, p. 41-46, 1937. Seção Notícias Sobre O Desenvolvimento Da Estatística.

REVISTA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: INE, Ano II, nº. 3, p. 59-73, 1937. Seção Notícias Sobre O Desenvolvimento Da Estatística.

REVISTA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: INE, Ano II, nº. 4, p. 65-70, 1937. Seção Notícias Sobre O Desenvolvimento Da Estatística.

REVISTA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: INE, Ano III, nº. 1, p. 69-72, 1938. Seção Notícias Sobre O Desenvolvimento Da Estatística.

REVISTA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: INE, Ano III, nº. 3, p. 295-299, 1938. Seção Notícias Sobre O Desenvolvimento Da Estatística.

REVISTA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: INE, Ano III, nº. 4, p. 407-412, 1938. Seção Notícias Sobre O Desenvolvimento Da Estatística.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano I, nº. 3, p. 552-553, jul./set. 1940. Seção De Ontem e de Hoje.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano IV, nº. 15, p. 515-530, jul./set. 1943. Seção De Ontem e de Hoje.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano V, nº. 19, p.387-413, jul./set. 1944. Seção De Ontem e de Hoje.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano VIII, nº. 29, p. 109-124, jan./mar. 1947. Seção De Ontem e de Hoje.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano IX, nº. 36, p. 643-656, out./dez. 1948. Seção De Ontem e de Hoje.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XI, nº. 41, p. 44-51, jan./mar. 1950. Seção De Ontem e de Hoje.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XII, nº. 46, p. 164-183, 1951. Seção De Ontem e de Hoje.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XIV, nº. 53, p. 39-41, jan./mar. 1953. Seção De Ontem e de Hoje.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVI, nº. 62, p. 144-150, abr./jun. 1955. Seção De Ontem e de Hoje.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVI, nº. 64, p. 339-345, out./dez. 1955. Seção De Ontem e de Hoje.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVII, nº. 65, p. 32-35, jan./mar. 1956. Seção De Ontem e de Hoje.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano I, nº. 3, p. 599-607, jul./set. 1940. Seção Resenha.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano VII, nº. 28, p. 823-826, out./dez. 1946. Seção Resenha.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano IX, nº. 33, p. 144-150, jan./mar. 1948. Seção Resenha.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano X, nº. 37, p. 129-132, jan./mar. 1949. Seção Resenha.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XII, nº. 46, p. 243-250, 1951. Seção Resenha.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XIV, nº. 53, p. 80-81, jan./mar. 1953. Seção Resenha.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XIV, nº. 54, p. 197-203, abr./jun. 1953. Seção Resenha.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XIV, nº. 56, p. 384-385, out./dez. 1953. Seção Resenha.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XV, nº. 59, p. 234-236, jul./set. 1954. Seção Resenha.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVI, nº. 61, p. 65-68, jan./mar. 1955. Seção Resenha.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVI, nº. 62, p. 179-180, abr./jun. 1955. Seção Resenha.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVII, nº. 65, p. 72-73, jan./mar. 1956. Seção Resenha.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano I, nº. 4, p. 798-800, out./dez. 1940. Seção Bibliografia.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVII, nº. 65, p. 53-55, jan./mar. 1956. Seção Através da Imprensa.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVII, nº. 66, p. 149-154, abr./jun. 1956. Seção Através da Imprensa.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XXI, nº. 81/82, p. 75-78, jan./jun. 1960. Seção Através da Imprensa.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano X, nº. 38, p. 237-243, abr./jun. 1949. Seção Estudos e Sugestões.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XI, nº. 42, p. 323-331, abr./jun. 1950. Seção Estudos e Sugestões.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XIII, nº. 49, p. 41-51, 1952. Seção Estudos e Sugestões.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XIX, nº. 73/74, p. 41-46, jan./jun. 1958. Seção Estudos e Sugestões.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVI, nº. 63, p. 303-305, jul./set. 1955. Seção Informações Gerais.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVII, nº. 66, p. 143-144, abr./jun. 1956. Seção Informações Gerais.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVII, nº. 67, p. 237-240, jul./set. 1956. Seção Informações Gerais.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVII, nº. 68, p. 324-328, out./dez. 1956. Seção Informações Gerais.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XVIII, nº. 71/72, p. 112-117, jul./dez. 1957. Seção Informações Gerais.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – IBGE. Absorveu a Revista de Economia e Estatística, Rio de Janeiro, Ano XX, nº. 79/80, p. 196-200, jul./dez. 1959. Seção Informações Gerais.

A ESTATÍSTICA NA AMÉRICA. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XII, nº. 46, p. 184-198, 1951.

OBTUÁRIO. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XIX, nº. 73/74, p. 73-74, jan./jun. 1958.

REPORTAGEM. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XX, nº. 79/80, p. 193-195, jul./dez. 1959.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Revista Brasileira de Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XXI, nº. 85/86, p. 125-146, jul./dez. 1961.

NOTÍCIAS ECONÔMICO-FINANCEIRAS. Revista de Economia e Estatística. Rio de Janeiro: INE, Ano III, nº. 1, p. 61-67, 1938.

A ORDEM ECONÔMICA NA NOVA CONSTITUIÇÃO. Revista de Economia e Estatística. Rio de Janeiro: INE, Ano III, nº. 1, p. 3-4, 1938.

QUADRO MUNICIPAL BRASILEIRO. Revista de Economia e Estatística. Rio de Janeiro: INE, Ano II, nº. 4, p. 57-58, 1937.

ADMINISTRAÇÃO E ESTATÍSTICA. Revista de Economia e Estatística. Rio de Janeiro: INE, Ano I, nº. 2, p. 3-5, 1936.

NOTÍCIAS BIBLIOGRÁFICAS. Revista de Economia e Estatística. Rio de Janeiro: INE, Ano I, nº. 2, p. 77-81, 1936.

O CRESCENTE INTERESSE MUNDIAL PELO SERVIÇO ESTATÍSTICO. Revista de Economia e Estatística. Rio de Janeiro: INE, Ano II, nº. 1, p. 3-5, 1937.

O VERDADEIRO CONCEITO DO MÉTODO ESTATÍSTICO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DOS FATOS ECONÔMICOS. Revista de Economia e Estatística. Rio de Janeiro: INE, Ano II, nº. 2, p. 3-5, 1937.

O PAPEL DAS AGÊNCIAS MUNICIPAIS NO SISTEMA ESTATÍSTICO BRASILEIRO. Revista de Economia e Estatística. Rio de Janeiro: INE, Ano III, nº. 2, p. 157-163, 1938.

O CENSO GERAL DE 1940. Revista de Economia e Estatística. Rio de Janeiro: INE, Ano III, nº. 3, p. 221-222, 1938.

O PROBLEMA DA COMPARABILIDADE INTERNACIONAL DAS ESTATÍSTICAS. Revista de Economia e Estatística. Rio de Janeiro: INE, Ano III, nº. 4, p. 347-348, 1938.

ARTIGOS DA REVISTA DE GEOGRAFIA – IBGE (1939-1960)

BACKHEUSER, E. Geopolítica e geografia política. **Revista Brasileira de Geografia** – IBGE. Rio de Janeiro, Ano IV, nº. 1, p. 21-36, jan./mar. 1942.

CÂMARA, L. Estrangeiros em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Geografia** – IBGE. Rio de Janeiro, Ano X, nº. 2, p. 211-246, abr./jun. 1948.

CARVALHO, A. A lei agrária e a Geografia. **Revista Brasileira de Geografia** – IBGE. Rio de Janeiro, Ano X, nº. 4, p. 535-550, out./dez. 1948.

CARVALHO, D. A cultura brasileira. **Revista Brasileira de Geografia** – IBGE. Rio de Janeiro, Ano VI, nº. 2, p. 258-264, abr./jun. 1944.

CASTRO, C. L. de. Histórico da criação do Conselho Nacional de Geografia. **Revista Brasileira de Geografia** – IBGE. Rio de Janeiro, Ano I, nº. 1, p. 9-17, jan. 1939.

DEFFONTAINES, P. Geografia humana do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia** – IBGE. Rio de Janeiro, Ano I, nº. 2, p. 20-34, abr. 1939.

FREITAS, M. A. T. A redivisão política do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia** – IBGE. Rio de Janeiro, v. 3, nº. 3, p. 533-554, jul./set. 1941.

GUERRA, A. T. e GUERRA, I. A. L. T. Subsídios para uma nova divisão política do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia** – IBGE. Rio de Janeiro, Ano XXII, nº. 2, p.169-200, abr./jun. 1960.

JAMES, P. E. O problema da colonização permanente no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia** – IBGE. Rio de Janeiro, Ano I, nº. 4, p. 70-81, out. 1939.

MORTARA, G. A população do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia** – IBGE. Rio de Janeiro, Ano VII, nº. 4, p. 631-642, out./dez. 1945.

NEIVA, A. H. Aspectos Geográficos da imigração e colonização do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia** – IBGE. Rio de Janeiro, Ano IX, nº. 2, p. 249-268, abr./jun. 1947.

REIS, A. C. F. O planejamento regional – suas características e particularidades; ensinamentos decorrentes de experiências estrangeiras. **Revista Brasileira de Geografia** – IBGE. Rio de Janeiro, Ano XX, nº. 4, p. 341-379, out./dez. 1958.

VARGAS, G. Discurso do Rio Amazonas. **Revista Brasileira de Geografia** – IBGE. Rio de Janeiro, Ano IV, nº. 2, p. 259-262, abr./jun. 1942.

VIANA, J. S. (Major). Divisão territorial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia** – IBGE. Rio de Janeiro, Ano II, nº. 3, p. 372-387, jul. 1940.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Etnografia. Rio de Janeiro: IBGE, Ano II, nº. 4, p. 594-616, out. 1940. Seção Inquéritos Geográficos.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Geografia urbana. Rio de Janeiro: IBGE, Ano III, nº. 2, p. 407-408, abr./jun. 1941. Seção Inquéritos Geográficos.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. As fronteiras do Brasil no regime colonial. Rio de Janeiro: IBGE, Ano I, nº. 4, p. 91-109, out. 1939. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Colonização e núcleos em expansão. Rio de Janeiro: IBGE, Ano III, nº. 1, p. 125-136, jan./mar. 1941. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. “White settlers in the tropics”. Rio de Janeiro: IBGE, Ano III, nº. 2, p. 409-414, abr./jun. 1941. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Fundamentos geográficos do método no folclore brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, Ano V, nº. 4, p. 631-637, out./dez. 1943. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Geografia e nacionalismo: uma discussão. Rio de Janeiro: IBGE, Ano VIII, nº. 1, p. 133-138, jan./mar. 1946. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Dez anos de trabalho geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, Ano VIII, nº. 2, p. 251-252, abr./jun. 1946. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. A transferência da capital do país para o Planalto Central. Rio de Janeiro: IBGE, Ano VIII, nº. 4, p. 567-581, out./dez. 1946. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. A Geografia na guerra e na paz. Rio de Janeiro: IBGE, Ano X, nº. 1, p. 128-130, jan./mar. 1948. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. A mudança da capital do país. Rio de Janeiro: IBGE, Ano X, nº. 3, p. 449-451, jul./set. 1948. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Problemas de colonização na conferência de Goiânia. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XI, nº. 2, p. 274-278, abr./jun. 1949. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. O que aprendi no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XII, nº. 3, p. 419-428, jul./set. 1950. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Que é colonização? Rio de Janeiro: IBGE, Ano XIV, nº. 3, p. 363-367, jul./set. 1952. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. A mudança da capital do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XVII, nº. 2, p. 196-209, abr./jun. 1955. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Algumas noções sobre Geografia Política. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XX, nº. 2, p. 230-238, abr./jun. 1958. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Raízes antigas da Geografia brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XX, nº. 3, p. 319-325, jul./set. 1958. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Dinâmica da população e desenvolvimento econômico de áreas subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XX, nº. 4, p. 467-475, out./dez. 1958. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Geografia e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XXI, nº. 4, p. 539-550, out./dez. 1959. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. A África e a comunidade francesa. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XXI, nº. 4, p. 551-555, out./dez. 1959. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Importância da Geografia no poder nacional. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XXV, nº. 4, p. 485-492, out./dez. 1963. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. A Geografia aplicada na conservação dos recursos naturais básicos, tendo em vista o poder nacional e a segurança nacional. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XXVIII, nº. 1, p. 57-60, jan./mar. 1966. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Geografia e poder nacional. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XXVIII, nº. 3, p. 267-281, jul./set. 1966. Seção Comentários.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA — IBGE. Rio de Janeiro, nº. 4, p. 594-617, out./dez. 1940. Seção Inquéritos Geográficos.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. O Vaqueiro de Marajó. Rio de Janeiro: IBGE, Ano II, nº. 1, p. 90, jan. 1940. Seção Tipos e Aspectos do Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Negras baianas. Rio de Janeiro: IBGE, Ano III, nº. 4, p. 882, out./dez. 1941. Seção Tipos e Aspectos do Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. O Vaqueiro do Nordeste. Rio de Janeiro: IBGE, Ano III, nº. 2, p. 432, abr./jun. 1941. Seção Tipos e Aspectos do Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Caboclo amazônico. Rio de Janeiro: IBGE, Ano X, nº. 4, p. 603-604, out./dez. 1948. Seção Tipos e Aspectos do Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano I, nº. 4, p. 87, out. 1939. Vultos da Geografia do Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano II, nº. 1, p. 55-56 e 90, jan. 1940. Vultos da Geografia do Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano II, nº. 2, p. 240, abr. 1940. Vultos da Geografia do Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano II, nº. 4, p. 588 e 593, out. 1940. Vultos da Geografia do Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano III, nº. 2, p. 403, abr./jun. 1941. Vultos da Geografia do Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano III, nº. 3, p. 609, jul./set. 1941. Vultos da Geografia do Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano VI, nº. 2, p. 237-240, abr./jun. 1944. Vultos da Geografia do Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano VI, nº. 3, p. 365-368, jul./set. 1944. Vultos da Geografia do Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano VII, nº. 3, p. 477-482, abr./jun. 1945. Vultos da Geografia do Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XVII, nº. 3, p. 327-330, jul./set. 1955. Vultos da Geografia do Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano IV, nº. 3, p. 673-677, jul./set. 1942. Noticiário.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano V, nº. 1, p. 169-170, jan./mar. 1943. Noticiário.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano V, nº. 4, p. 667-691, out./dez. 1943. Noticiário.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano VII, nº. 3, p. 511-516, abr./jun. 1945. Noticiário.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano VIII, nº. 3, p. 393-410, jul./set. 1946. Noticiário.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano IX, nº. 1, p. 146-151, jan./mar. 1947. Noticiário.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XI, nº. 4, p. 629-633, out./dez. 1949. Noticiário.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XIII, nº. 2, p. 322, abr./jun. 1951. Noticiário.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, Ano XIII, nº. 4, p. 612, out./dez. 1951. Noticiário.